

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

VICTOR CEZAR RODRIGUES

**COESÃO PARTIDÁRIA NO NÍVEL MUNICIPAL: UM ESTUDO A PARTIR DOS
VEREADORES MINEIROS**

JUIZ DE FORA

2019

VICTOR CEZAR RODRIGUES

**COESÃO PARTIDÁRIA NO NÍVEL MUNICIPAL: UM ESTUDO A PARTIR DOS
VEREADORES MINEIROS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa Pós-Graduação em Ciências Sociais, do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Marta Mendes da Rocha

JUIZ DE FORA

2019

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Rodrigues, Victor Cezar .

Coesão Partidária no Nível Municipal:Um Estudo a partir dos Vereadores Mineiros / Victor Cezar Rodrigues. -- 2019.

120 p. : il.

Orientadora: Marta Mendes da Rocha

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, 2019.

1. Municípios. 2. Partido político . 3. Vereadores. 4. Coesão . 5. Dispersão . I. Rocha, Marta Mendes da, orient. II. Título.

VICTOR CEZAR RODRIGUES

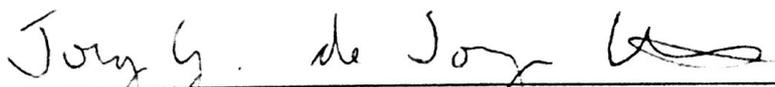
COESÃO PARTIDÁRIA NO NÍVEL MUNICIPAL: UM ESTUDO A
PARTIR DOS VEREADORES MINEIROS

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Ciências Sociais da
Universidade Federal de Juiz de Fora
como requisito parcial à obtenção do grau
de Mestre em Ciências Sociais.

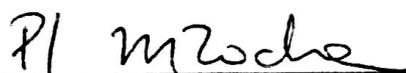
Dissertação defendida e aprovada em 27 de agosto de 2019.



Prof^a. Dr^a. Marta Mendes da Rocha
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Jorge Gomes de Souza Chaloub
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Paulo Magalhães Araújo
Universidade Federal do Espírito Santo

A minha mãe, Sylvania, por toda sua dedicação, inspiração, força e coragem. Mulher de muita luta e sabedoria que sempre incentivou e acreditou na minha capacidade e qualidades enquanto ser humano. Palavras nunca serão suficientes para demonstrar meu amor, carinho e admiração. Te amo!

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a professora Marta Mendes da Rocha, orientadora deste trabalho, pela confiança, disponibilidade, oportunidades, conhecimentos, respeito, experiência e inspiração proporcionadas ao longo da minha trajetória acadêmica.

Aos professores Oswaldo Amaral e Jorge Chaloub, membros da banca examinadora de qualificação, pelas críticas, sugestões e orientações que foram fundamentais para o aprimoramento desta pesquisa. Agradeço também o professor Paulo Magalhães por aceitar a fazer parte nessa reta final com seu conhecimento na banca de defesa.

À CAPES, por ter possibilitado o desenvolvimento e conclusão dessa pesquisa por meio do seu financiamento.

Ao PPGCSO e todos os professores, pelo conhecimento proporcionado durante todo o período nas ciências sociais.

Aos colegas do Núcleo de Estudos sobre Política Local (NEPOL), pelos trabalhos, discussões e disponibilização da base de dados para a construção dessa pesquisa.

Aos meus familiares, por todo apoio e por acreditarem no meu potencial. Em especial minha Avó Aparecida e meu irmão Robert.

A todos os meus amigos e amigas, que direta ou indiretamente me ajudaram a enfrentar este desafio. Em especial agradeço à Kíssila Mendes pelos anos de amizade e companheirismo em todos os momentos. À Nara Sales, agradeço pelos conselhos, suporte e carinho que me trouxeram mais tranquilidade. O Walmir Miranda, pela colaboração nos assuntos estatísticos. O Thierre Cardinelli, agradeço pelos inúmeros momentos de descontração e conselhos para vida. Estendo esses agradecimentos aos queridos e queridas: Luiza Mattheis, Richard Tavares, Camila Rios, Mariana Cardozo, Augusto Queiroz, Rodrigo Camurça, Carlos Eduardo, Felipe Teixeira, Cristiane Ribeiro, Igor Davi, Alison Lima, Ana Paula, Caroline Mendonça e Lucas Almeida.

À Universidade Federal de Juiz de Fora, instituição que proporcionou meu crescimento acadêmico e pessoal ao longo dos últimos anos. Minha trajetória na UFJF não seria a mesma se não fosse meu envolvimento e militância na Kizomba e no DCE-UFJF em defesa de um ensino público e de qualidade. Agradeço em especial meus companheiros e companheiras que

construíram essa história ao meu lado: Laíz Perrut, Mateus Coelho, Leonardo Azevedo, Mirelly Cardoso e Fabíola Paulino.

Por fim, agradeço a todos e todas que me ajudaram neste processo de alguma forma. Espero que essa dissertação contribua com a produção do conhecimento e o fortalecimento da ciência brasileira.

RESUMO

Objetivo, com essa pesquisa, analisar a coesão partidária entre membros do legislativo municipal a partir de uma amostra de vereadores do estado de Minas Gerais. Verifico se existe coesão ou dispersão entre vereadores do mesmo partido analisando suas opiniões, atitudes e comportamento em torno de quatro dimensões: autoclassificação ideológica; importância atribuída aos partidos políticos; opiniões sobre o papel do Estado e do mercado; e questões polêmicas presentes na agenda pública brasileira. A hipótese geral aventada é a de que, ao contrário do que normalmente se supõe, os partidos importam para estruturar as percepções, atitudes e comportamentos dos vereadores, sendo possível encontrar diferenças entre os vereadores de diferentes partidos e coesão entre vereadores de um mesmo partido. As hipóteses subsequentes são as de que o grau de coesão varia em função do campo ideológico, do tamanho dos municípios e do tempo de filiação dos vereadores aos partidos. Ou seja, considero que fatores contextuais, organizacionais e individuais impactam o grau de coesão. Nesse sentido, esperei encontrar maior grau de coesão entre vereadores de partidos de esquerda, entre os filiados há mais tempo a seus partidos, e entre os vinculados aos municípios médios e grandes. Este é um estudo de caráter descritivo e exploratório, desenvolvido a partir de dados obtidos por meio de um *survey* realizado junto a 422 vereadores de 44 municípios do estado de Minas Gerais, eleitos em 2012 para a legislatura 2013-2016.

Palavras-chave: Coesão; Dispersão; Município; Partido político; Vereadores.

ABSTRACT

My goal with this research is to analyze the party cohesion among municipal legislature members from a sample of councilmen of the state of Minas Gerais. I verify if exists cohesion or dispersion between councilmen of the same party analyzing their opinions, attitudes and behaviors around four political dimensions: ideological self-classification; importance attached to political parties; opinions concerning the role of the State and the market; and controversial issues present in the Brazilian public agenda. The general hypothesis is that, contrary to what is commonly supposed, parties matter in order to structure the councilmen's perceptions, attitudes and behaviors. It is possible to find differences between councilmen from different parties and cohesion between councilmen of the same party. Subsequent hypothesis are that the degree of cohesion varies according to the ideological field, the size of the municipalities and the councilmen's time of involvement with the party. So, I consider that contextual, organizational and individual factors impact the degree of cohesion. In this sense, I hoped to find a greater degree of cohesion among councilmen of left-wing parties, among the ones which are long time affiliated with their parties and among the ones which are linked to the medium and large municipalities. It is a descriptive and exploratory study developed from data obtained from a survey conducted with 422 councilmen from 44 municipalities in the state of Minas Gerais, elected in 2012 for the 2013-2016 legislature.

Keywords: Cohesion; Dispersal; Municipality, Political party, Councilmen.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Classificação ideológica dos partidos brasileiros segundo a literatura	43
Quadro 2 - Questões e métodos utilizados para construção do índice de partidarismo	71

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de vereadores incluídos na análise por partido.....	75
Tabela 2 – Organização dos dez partidos analisados nos municípios da amostra (2015)	76
Tabela 3 – Dispersão dos vereadores na autoclassificação e na classificação do próprio partido por partido e porte do município	77
Tabela 4 - Socres dos partidos na escala esquerda - direita	82
Tabela 5 - Mediana do índice de partidarismo por partido político.....	86
Tabela 6 - Correlação entre tempo de filiação e partidarismo.....	91
Tabela 7 - Índice de coesão na dimensão da Relação Estado-Mercado	94
Tabela 8 - Índice de coesão na dimensão da Relação Estado-Mercado - Municípios pequenos	96
Tabela 9 - Índice de coesão na dimensão da Relação Estado-Mercado - Municípios médios e grandes.....	96
Tabela 10 - Índice de coesão na dimensão das pautas polêmicas	102
Tabela 11 - Índice de coesão na dimensão das pautas polêmicas - Municípios pequenos.....	103
Tabela 12 - Índice de coesão na dimensão das pautas polêmicas - Municípios médios e grandes	104
Tabela 13 - Correlação entre ocupou cargo no partido e partidarismo	119
Tabela 14 - Correlação entre frequência que participou das reuniões e partidarismo.....	119

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Dispersão nas respostas dos vereadores na dimensão da classificação ideológica	79
Gráfico 2 – Dispersão nas respostas dos vereadores nos municípios pequenos na dimensão da classificação ideológica	80
Gráfico 3 - Dispersão nas respostas dos vereadores nos municípios médios e grandes na dimensão da classificação ideológica.....	80
Gráfico 4 - Posicionamento dos partidos analisados na escala esquerda- direita.....	83
Gráfico 5 - Posicionamento dos partidos analisados na escala esquerda-direita nos municípios pequenos	85
Gráfico 6 - Posicionamento dos partidos analisados na escala esquerda-direita nos municípios médios e grandes	84
Gráfico 7 - Índice de partidarismo por porte do município.....	86
Gráfico 8 - Índice de partidarismo por partido nos municípios pequenos	87
Gráfico 9 - Índice de partidarismo por partido nos municípios médios e grandes.....	87
Gráfico 10 - Diferenças no grau de partidarismo entre vereadores do PT por porte do município	89
Gráfico 11 - Diferenças no grau de partidarismo entre vereadores do PTB por porte do município	89
Gráfico 12 - Média dos índices de coesão na dimensão da relação Estado-Mercado	99
Gráfico 13 - Média dos índices de coesão na dimensão da relação Estado-Mercado - Municípios pequenos	99
Gráfico 14 - Média dos índices de coesão na dimensão da relação Estado-Mercado - Municípios médios e grandes	100
Gráfico 15 - Média dos índices de coesão dos partidos na dimensão das pautas polêmicas.....	106

Gráfico 16 - Média dos índices de coesão dos partidos na dimensão das pautas polêmicas - Municípios pequenos	107
Gráfico 17 - Média dos índices de coesão dos partidos na dimensão das pautas polêmicas - Municípios médios e grandes	107
Gráfico 18 - Correlação entre tempo de filiação e partidarismo	120

LISTA DE SIGLAS

CNPQ- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

DCP/UFMG- Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais

DEM – Democratas

FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais

FPM - Fundo de Participação dos Municípios

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadores e Serviços

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

NEPOL - Núcleo de Estudos sobre Política Local

PAN – Partidos dos Aposentados da Nação

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCO – Partido da Cauda Operária

PDS – Partido Democrático Social

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PFL – Partido da Frente Liberal

PHS – Partido Humanista da Solidariedade

PMDB- Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMN – Partido da Mobilização Nacional

PP – Partido Popular

PP – Partido Progressista

PPB – Partido Progressista Brasileiro

PPR – Partido Progressista Reformador

PPS – Partido Popular Socialista

PR – Partido da República

PRB – Partido Republicano Brasileiro

PRP – Partido Republicano Progressista

PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSC – Partido Social Cristão

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSDC – Partido Social Democrata Cristão

PSL- Partido Social Liberal

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT – Partido dos Trabalhadores

PT do B – Partido Trabalhista do Brasil

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTB- Partido Trabalhista Brasileiro

PTC – Partido Trabalhista Cristão

PTN – Partido Trabalhista Nacional

PV – Partido Verde

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UFJF- Universidade Federal de Juiz de Fora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1. OS VÍNCULOS PARTIDÁRIOS E A GERAÇÃO DE COESÃO INTERNA	21
1.1 O impacto das estruturas e relações internas na coesão partidária	21
1.2 Os partidos políticos e suas transformações	30
CAPÍTULO 2 - O IMPACTO DAS RELAÇÕES EXTERNAS E DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SISTEMA PARTIDÁRIO NAS ESTRUTURAS PARTIDÁRIAS	38
2.1 Os partidos brasileiros no sistema partidário	38
2.2 Classificação Ideológica dos partidos brasileiros	41
2.3 Federalismo e Subsistemas Partidários	45
CAPÍTULO 3. PARTIDOS POLÍTICOS E VEREADORES NO NÍVEL MUNICIPAL	49
3.2. A organização e estruturação dos partidos políticos nos municípios	52
3.3 A Relação entre executivo e legislativo	59
CAPITULO 4. METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DADOS	67
4.1 Hipóteses e técnicas para medir a coesão dos vereadores	67
4.2 Os vereadores e os municípios analisados	73
4.3 Dimensão 1: Classificação ideológica	77
4.4 Dimensão 2: Partidarismo	85
4.5 Dimensão 3: Relações entre Estado e Mercado	93
4.6 Dimensão 4: Questões Polêmicas	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

114

ANEXOS

119

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre partidos políticos no Brasil tenderam a caracterizar essas organizações como frágeis e incapazes de orientar as preferências dos eleitores na arena eleitoral. Essa debilidade é justificada pela baixa institucionalização do sistema partidário, pela instabilidade política, pelas rupturas de regimes e por fatores de ordem institucional que remetem às regras do sistema eleitoral e partidário (Mainwaring, 1997; 1999; Ames, 2003). O resultado seria um comportamento individualista e personalista dos políticos que preferem enfatizar sua reputação pessoal do que trabalhar coletivamente em prol do partido. Os altos índices de volatilidade eleitoral, as altas taxas de migração partidária, as baixas taxas de identificação e fidelidade partidária seriam evidências desse padrão.

Para alguns autores, esse comportamento eleitoral também se reproduziria na arena parlamentar, onde teríamos legisladores indisciplinados, que privilegiam seus interesses individuais em detrimento das orientações partidárias (Mainwaring, 1999). Outros estudiosos, contudo, rechaçam essa visão, apresentando evidências do comportamento disciplinado dos legisladores na Câmara dos Deputados, sugerindo que, pelo menos na arena parlamentar, os partidos importam e são capazes de estruturar o comportamento de suas respectivas bancadas. Neste contexto, diferentemente do que ocorre na arena eleitoral, os líderes partidários teriam mecanismos com os quais conseguem extrair um comportamento disciplinado de seus membros tornando o processo legislativo mais previsível (Figueiredo e Limongi, 1999).

Esses estudos, embora tenham sido muito importantes para a compreensão do funcionamento do sistema partidário e do processo legislativo no Brasil, mantêm seu foco no Congresso Nacional e na disciplina partidária. Pouco é dito a respeito da coesão e do comportamento dos legisladores no nível subnacional. Na realidade, é muito comum que os estudiosos do tema tratem de forma indistinta e intercambiável a coesão e a disciplina partidária. Mas, elas expressam coisas distintas e exigem estratégias diferentes de mensuração. Figueiredo e Limongi (1999;1998), embora estejam entre os que mobilizam os termos de forma intercambiável, reconhecem sua diferença analítica:

Analicamente, a coesão partidária deve ser distinguida da disciplina partidária. A coesão depende da distribuição das preferências. Quanto mais homogêneas forem as preferências dos parlamentares filiados a determinado partido, tanto maior a coesão. (...) A disciplina depende da alteração do comportamento diante da ameaça ou aplicação de sanções. Empiricamente, não é fácil distinguir um caso do outro. Nossos dados não permitem distinguir a coesão da disciplina partidária (Figueiredo & Limongi, 1999, p. 96).

Tsebelis (1997) também realiza uma distinção teórica entre os termos coesão e disciplina partidária. Para o autor, coesão é atribuída a diferenças de opiniões políticas dentro da organização partidária, enquanto a disciplina está relacionada a habilidade de controlar os votos do partido nas arenas representativas. De modo geral, os estudos legislativos voltaram-se mais para a análise da disciplina partidária, com foco nas formas pelas quais os líderes partidários exercem controle sobre suas bancadas, do que sobre a coesão. Ou, simplesmente, não se preocuparam em elaborar tal distinção.

Para mensurar a disciplina, a estratégia mais comum é analisar o comportamento dos legisladores nas votações em plenário e verificar com que frequência os membros de uma bancada seguiram a orientação do líder partidário. Esses estudos tenderam a privilegiar os legisladores em nível nacional com menor atenção para o que acontece nos órgãos representativos subnacionais. São poucos os estudos que focam o comportamento de deputados estaduais (Melo, 2011; 2015; Castro, Anastasia e Nunes, 2009). Mais escassos ainda são os que abordam o comportamento dos legisladores no nível municipal, com poucas exceções (Kerbaui, 2005; 2008; Lopez e Almeida, 2014; Rocha e Silva, 2017).

Nesse conjunto já restrito de trabalhos, é razoável esperar que estudos abordando a coesão e a disciplina partidária no legislativo serão ainda mais escassos. De modo geral prevaleceu na Ciência Política a visão de que o desenho institucional brasileiro e os elementos organizacionais dos partidos não seriam os mais adequados para a produção de um comportamento coeso e disciplinado entre os vereadores. No entanto, as diferenças e peculiaridades que estruturam os subsistemas partidários estaduais e a dinâmica municipal podem produzir comportamentos e evidências que merecem ser investigados.

A despeito de todas as transformações que afetaram o governo representativo e os próprios partidos políticos, estes ainda são considerados essenciais para o funcionamento da democracia. Onde os partidos vão mal, não raro a democracia também enfrentará problemas.

Em um sistema partidário institucionalizado e consolidado, espera-se que os políticos apresentem fidelidade a seus partidos, sejam capazes de estruturar de forma estável as preferências dos eleitores e ajam em bloco, de forma coesa ou disciplinada no processo decisório. De certo ponto de vista, poderíamos dizer que é preferível que o comportamento em bloco seja resultado de coesão e não de disciplina. Isso significa menores custos de transação para os líderes partidários que teriam que investir menos tempo e energia na fiscalização, negociação e aplicação de sanções internas.

O objetivo desta pesquisa é verificar a existência de coesão partidária entre membros do legislativo municipal a partir de uma amostra de vereadores do estado de Minas Gerais. Pretendo verificar se existe coesão ou dispersão entre vereadores do mesmo partido analisando suas opiniões, atitudes e comportamento em torno de dimensões como: (1) classificação ideológica; (2) importância atribuída aos partidos políticos; (3) relação entre Estado e o mercado; (4) questões polêmicas presentes na agenda pública. Nossa hipótese geral é a de que as estruturas partidárias são importantes ferramentas para os partidos políticos no nível municipal, configurando um instrumento necessário de controle e socialização de seus filiados, sendo capaz, em alguma medida de instruir as percepções, opiniões e atitudes dos vereadores.

Nossa primeira hipótese é a de que a coesão varia entre os vereadores, sendo impactada pelo tempo de filiação do vereador no partido político. Com isso, supomos que quanto maior o tempo de filiação, maior o período de socialização e exposição as ideias estabelecidas pela agremiação maior será a coesão desses políticos. Essa percepção está baseada nos estudos desenvolvidos por Melo (2004), que identificou que parlamentares com mais de oito anos de filiação apresentavam menos chances de mudar de partido, quando comparado a políticos com menor tempo de filiação. Dessa maneira, vereadores com maior tempo de filiação tenderiam a convergir mais em suas percepções, atitudes e opiniões em razão dos processos de socialização e mecanismos internos de cada partido apresenta para fidelizar seus membros.

Nossa segunda hipótese é que o campo ideológico dos partidos políticos pode interferir no grau de coesão das opiniões dos vereadores pesquisados, tendo os vereadores filiados nos partidos mais à esquerda mais coesos do que os filiados nos partidos mais à direita. Segundo Marengo e Serna (2007), os partidos políticos de direita e esquerda

apresentam estratégias e padrões de recrutamento diferentes, esses fatores de certa maneira gerariam efeitos na construção das carreiras políticas de seus membros. As ferramentas e disponibilização de recursos políticos e financeiros pelos partidos para as disputas eleitorais e o fortalecimento das carreiras políticas seriam elementos determinantes da relação de dependência e fidelidade do político com seu partido político.

Nossa terceira hipótese é a de que a coesão também varia em função do tamanho/porte dos municípios. Municípios médios e grandes apresentariam vereadores mais coesos que os municípios pequenos. Para Praça e Garcia (2011), as relações políticas construídos nos municípios médios e grandes tendem apresentar configurações diferentes dos municípios pequenos. Os partidos políticos nos municípios médios e grandes apresentariam maior relevância e importância na construção das coalizões e apoio político, baseado no desempenho eleitoral e quantidade de cadeiras conquistadas no legislativo. Enquanto nos municípios pequenos essa relação e negociações seriam estabelecidas de forma mais individualizada. Segundo Krause *et.al* (2016), os partidos mais nacionalizados tendem apresentar melhor desempenho e mais força organizativa nos municípios maiores e capitais.

Para testar essa hipótese nos valeremos dos dados produzidos por um *survey* com vereadores realizado no âmbito da pesquisa “Representação política no nível municipal no Brasil”, desenvolvido pelo Núcleo de Estudos sobre Política Local (NEPOL)¹, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora. No total foram entrevistados 422 vereadores eleitos em 2012 para o período de 2013-2016, de 44 municípios, de todas as dez macrorregiões de planejamento de Minas Gerais, entre os dias 23 de fevereiro a 27 de novembro de 2015. O nível de coesão será verificado através da criação de índices específicos para os blocos de perguntas presentes nas quatro dimensões de análise. O teste de hipóteses será realizado com o uso de técnicas estatísticas, incluindo comparação de médias e análises multivariadas.

Este estudo está dividido em cinco capítulos. No primeiro, realizo uma discussão sobre os partidos políticos, destacando as principais transformações e adaptações pelas quais as organizações partidárias passaram ao longo dos anos e os impactos nas estruturas e dinâmicas

¹ A pesquisa foi coordenada pela Profa. Marta Mendes da Rocha, contou com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e com a participação de mais de uma dezena de estudantes de graduação e de pós-graduação da UFJF aos quais expresso meus agradecimentos.

partidárias. Nosso foco é direcionado para os argumentos presentes na literatura sobre como as estruturas partidárias impactam a criação de vínculos entre o partido e seus membros e o efeito desta dinâmica na produção de um pensamento e opiniões mais coesas entre vereadores de um mesmo partido.

No segundo capítulo, direcionamos a discussão para a realidade brasileira, com foco nas interferências externas aos partidos políticos. Apresentamos diferentes visões sobre o processo de institucionalização do sistema partidário brasileiro na Nova República, os reflexos da estrutura institucional e da legislação no comportamento político e estratégias estabelecidas pelos partidos nas diversas atuações e como isso impacta na coesão interna das organizações.

No terceiro capítulo, entramos na realidade política da esfera municipal. Apresentamos o processo de transformação e constituição dessa arena política, assim como os desafios e características das dinâmicas políticas, desafios e funções dos partidos políticos e representantes dos poderes na política local.

No capítulo quatro, detalhamos a metodologia empregada no estudo e realizamos a análise dos dados para as quatro dimensões escolhidas. Finalmente, no capítulo cinco, apresentamos as conclusões do estudo.

Capítulo 1. Os vínculos partidários e a geração de coesão interna

1.1 O impacto das estruturas e relações internas na coesão partidária

A importância conferida às organizações partidárias apresenta variações e níveis de importância para seus membros. O estabelecimento de lealdade apresenta relação com a estrutura organizativa, dinâmica partidária, estratégia de atuação, recrutamento de filiados e campo ideológico. Segundo Santos (2001) os vínculos estabelecidos entre os partidos e seus membros precisa de tempo para se tornarem laços partidários consistentes e duradouros, promovendo, assim, maior homogeneidade de ideias e pensamento.

Esses fatores são importantes para uma boa atuação dos partidos políticos, interfere na dinâmica e funcionamento da vida partidária, atuação no governo, na formação de coalizões, nas votações no parlamento e nos resultados eleitorais. Segundo Melo (2004), deputados que apresentem mais de oito anos de filiação a um partido apresentam quatro vezes menos chance de mudar de partido. Essa conclusão do autor pode ser associada com os fatores e questões apresentados por Panebianco (2005), que considera a distribuição de incentivos coletivos uma estratégia para controlar os membros da organização e torná-los leais ao partido.

Para Duverger (1980), a coesão é um atributo de uma organização unida, sem divisões ou diferenças de opiniões em torno do programa político. Esse contexto homogêneo seria fundamental para a manutenção da estabilidade organizacional. As estruturas internas precisam ser eficientes e capazes de exercer controle sobre a disciplina dos membros. O processo de socialização dos filiados em torno dos objetivos centrais da organização é essencial para promover vida ativa e construir essa unidade interna.

A noção de coesão apresentada por Panebianco (2005) consiste em uma convergência de valores políticos compartilhados de maneira unitária entre os membros que compõem a organização. Esses valores auxiliam na construção da identidade coletiva da organização que é composta pelos objetivos gerais do partido e orientada ideologicamente a partir das diretrizes estabelecidas pelas lideranças no surgimento da agremiação. Para o autor, o objetivo principal dos líderes em relação à participação consiste em estabelecer uma relação harmônica

entre os fundamentos programáticos do partido e as atitudes praticadas pelos membros, produzindo uma conduta homogênea e controlada.

Com base nessas definições, a noção de coesão que usaremos para orientar este trabalho está baseada na convergência de valores e opiniões políticas em torno de um programa político estabelecido pela organização partidária. Esse conjunto de princípios seria socializado entre seus membros, com intuito de orientar as ações e o comportamentos de seus filiados. Essa estratégia de construir uma organização coesa em torno de uma linha política é fundamental para produção da estabilidade organizativa e crescimento do partido. Para que esse resultado seja atingido, Panebianco (2005) e Duverger (1980) reforçam a importância das estruturas internas e dos mecanismos adotados pelos partidos na distribuição do poder interno, com objetivo de controlar e produzir comportamentos mais uniformes.

A diferenciação das coalizões e o seu grau de coesão podem ser verificadas através do grau de coesão interna, grau de estabilidade e mapa do poder organizativo. Para Panebianco (2005), o grau de coesão de uma coalizão dominante depende da concentração ou dispersão do controle das áreas de incertezas, ou seja, se o poder fica nas mãos de muitos ou poucos líderes partidários. Essa diferenciação depende da forma como os partidos se organizam. Partidos divididos em facções são considerados grupos fortes com controle disperso, pois a distribuição do poder é dividida entre as facções, formando uma coalizão mais dividida. Os partidos que se organizam em tendências apresentam uma organização mais fraca, por isso acabam concentrando mais o poder em poucas pessoas, formando uma coalizão que tende a ser mais coesa (Panebianco, 2005).

A disciplina partidária é uma medida com menor complexidade para ser verificada, se comparada com a coesão. Esses dois fenômenos estão relacionados, mas apresentam diferenças importantes na sua mensuração. A coesão partidária é constituída e trabalhada, de início, fora da instância parlamentar, está relacionada com ações e estruturas internas aos partidos políticos. Remete ao tipo de vínculo existente entre os membros e a organização, à força dos laços de identidade que foram construídos e são determinantes para a fidelidade do político em relação ao partido (Freitas, 2008; Mainwaring, 1999; Melo, 2000).

Tsebelis (1997) faz uma distinção entre os termos coesão e disciplina. Para o autor, “a coesão refere-se à diferença de posições políticas dentro de um partido antes que se proceda à discussão e à votação no interior do partido. Disciplina partidária refere-se à capacidade de

um partido para controlar os votos de seus membros no Parlamento” (Tsebelis, 1997, p.103). A relação que existe entre coesão e disciplina é que, quanto mais coesa for a organização partidária, menores são os mecanismos necessários para controle da disciplina, pois os membros se encontram em condições semelhantes.

Realizada a distinção entre os termos disciplina e coesão, Tsebelis (1997) identifica alguns fatores que influenciam a produção de coesão como tamanho do *veto player*², o sistema eleitoral e a estrutura institucional. Segundo o autor, um *veto player* individual apresenta mais coesão se comparado a um partido político. Entretanto, em se tratando de organizações coletivas é preferível mais atores envolvidos a uma quantidade reduzida, pois a coesão tende a aumentar quando diferentes atores têm poder de veto.

Um comportamento disciplinado não significa necessariamente a existência de uma organização coesa. Para verificar a convergência ou divergência de opiniões, valores e interesses que caracterizam a noção de coesão são necessários estudos mais aprofundados e outros métodos de pesquisa e análise.

A produção de coesão em uma organização está condicionada a um conjunto de fatores organizacionais, institucionais e sociais que vão orientar a dinâmica partidária e o comportamento dos seus membros. Segundo Dalton *et al.* (2003), o partidarismo opera na estabilização dos alinhamentos partidários através dos laços criados entre o partido e os eleitores, esse fato interfere nas relações internas do partido e influencia o desempenho eleitoral. Ou seja, o partidarismo opera enquanto estímulo para o envolvimento das pessoas nas dinâmicas, atividades partidárias e instituições democráticas. Com isso, segundo os autores, o partidarismo guia as preferências dos eleitores, estabiliza o poder político do partido criando mais participação e vida partidária, interfere na participação nas eleições e, de alguma maneira, essas alterações podem influenciar os níveis de coesão e disciplina dos partidos.

O fato de os partidos políticos apresentarem diferenças nos seus objetivos, ideologia e na política que é desenvolvida faz com que exista diferença na produção desses vínculos partidários. O estabelecimento de ligação pode ser mais forte ou mais fraco, dependendo

² Segundo Tsebelis (1997), *veto player* é um ator individual ou coletivo cuja a concordância é requerida para a decisão de mudar uma política.

desses fatores. Segundo os argumentos mobilizados, essa conexão está relacionada com os incentivos, estratégias, socialização e atividades promovidas pelas organizações.

Essas diferenças na construção de vínculos entre filiados e partido podem ser verificadas a partir do prisma ideológico. Segundo Marengo e Serna (2007) existe diferença no padrão de recrutamento de filiados entre os partidos de esquerda e direita. Essa distinção resulta em estratégias de carreiras e campanhas diferentes, produzindo modelos individuais ou coletivos. Cada modelo atrai um perfil de político diferente, a partir disso, as relações e importância estabelecida com a organização vai determinar a potência deste vínculo.

Os partidos de esquerda apresentam uma composição de membros mais diversificada socialmente e economicamente, seus membros apresentam maior dependência de recursos financeiros e políticos que são proporcionados pelo partido. Os partidos de direita tendem a apresentar uma configuração de grupo economicamente mais favorecida, filiados que apresentam um capital eleitoral pessoal e menor relação de dependência com a organização (Marengo e Serna, 2007).

Essas características e estratégias que diferenciam os partidos estão relacionadas com as bases sociais nas quais os partidos investem suas atividades e buscam novos filiados. Segundo os autores, os recursos e ferramentas utilizadas pelos partidos de esquerda apresentam uma noção de identidade mais coletiva e colaborativa, comparado aos partidos de direita, que investem mais no personalismo e recursos individuais. Esses fatores são importantes e auxiliam na produção de vínculo e na relação entre os filiados e a organização, impactando diretamente na importância que o político concede a organização (Marengo e Serna, 2007).

Panebianco (2005) investiga as características das estruturas de poder dentro dos partidos políticos e suas relações com o ambiente externo, buscando entender o funcionamento e os reflexos da estrutura interna na dinâmica e nas ações das organizações partidárias. Para o autor, as organizações apresentam inúmeras diferenças quando comparadas, mas todas perseguem o mesmo objetivo de garantir e controlar o poder social desempenhado pelos líderes da organização. “A busca pelo poder e controle nas organizações é um importante componente de conflitos presentes em todas as organizações” (PANEBIANCO, 2005, p.16). Esses atores partidários são os grandes responsáveis pela condução e pelo controle das decisões e ações políticas dentro de um partido.

Entre as várias concepções de partidos políticos, a visão de Downs (1999) é a que apresenta maior diferença interna. Para o autor, os partidos são organizações unitárias e sem divisões. Outros teóricos as enxergam como organizações compostas por vários grupos, possibilitando a formação de coalizões e participação de várias comunidades nas disputas internas de poder.

Essa proposição distinta das estruturas partidárias impacta de maneira diferente as relações internas do partido, conseqüentemente essas diferenças estruturais geram níveis diferentes de coesão na organização. Para Duverger (1980), os mecanismos de descentralização e centralização partidária estão relacionados com as divisões de poder entre os membros da direção do partido, que interferem nas decisões, estratégias, objetivos e grau de autonomia das organizações. Essas ferramentas proporcionam disciplina entre os membros partidários, diminuem os desgastes no corpo social e político do partido, mantendo, assim, uma coesão e rigidez das organizações partidárias. Ou seja, a disciplina dos membros partidários interfere na dinâmica do partido podendo evitar divisões internas. Segundo o autor, “partidos de origem eleitoral e parlamentar via de regra possuem uma estrutura mais descentralizada que os partidos de origem externa” (Duverger, 1980, p. 94). Além do fator relacionado à origem, regras eleitorais podem interferir nas estruturas organizacionais dando maior ou menor autonomia às lideranças locais, sobre decisões e estratégias que os partidos devem seguir.

O desenvolvimento da obediência implica, por outro lado, a homogeneidade do partido, a ausência de frações³ e de tendência. De fato, as instituições disciplinares e o sistema dos expurgos servem para preservar a ortodoxia do partido e a manter rigorosa unidade entre os membros (Duverger, 1980, p. 211).

Os estudos e análises sobre a organização partidária ainda são pouco presentes na ciência política brasileira. Nesse sentido, as contribuições de Fernando Guarnieri (2011) são importantes para ampliar e qualificar nossa discussão. O autor analisa o funcionamento e os processos de disputas internas dos partidos políticos brasileiros, buscando entender as relações estabelecidas entre os líderes das organizações e os impactos dessas dinâmicas nas ações e estratégias dos partidos.

³ Duverger não considera o surgimento de frações como enfraquecimento da autoridade dos dirigentes, apenas o resultado de divergências de opiniões.

Segundo Guarnieri (2011), “os órgãos mais importantes na estrutura dos partidos pesquisados são os de deliberação (convenções) e de direção (diretórios e comissões executivas)” (p. 239). Esses setores são responsáveis pelas negociações, estratégias e tomadas de decisões fundamentais para a sobrevivência e sucesso dos partidos. Com isso, o controle e funcionamento desses setores são fundamentais para a vida partidária e interferem de alguma forma no grau de coesão das organizações.

A principal diferença entre as comissões provisórias e diretórios se encontra nas relações de poder dos seus integrantes. As comissões provisórias são composições nas quais os dirigentes partidários de instâncias superiores escolhem os membros e delegados das chamadas “áreas de deliberação”, com isso, os dirigentes superiores podem interferir e controlar as decisões e estratégias das comissões formadas em instâncias inferiores. Os diretórios partidários apresentam uma autonomia maior. Comparada a outra estrutura de partido, eles proporcionam uma relação mais equilibrada de poder entre os membros e grupos que compõem o diretório. Neste caso, as negociações e relações de poder ficam mais restritas aos atores que ocupam e participam da composição naquela estância (Guarnieri, 2011).

Essa diferença de estruturas internas das comissões e diretórios configura organizações com poderes mais centralizados e descentralizados, respectivamente. O fato de as comissões estarem mais sujeitas a interferência de grupos mais poderosos, segundo o autor, faz com que essas organizações apresentem um comportamento mais homogêneo, disciplinado e coeso. As organizações estruturadas em forma de diretório tendem a apresentar mais divergência de opiniões, pois as decisões dependem da negociação e disputa entre os grupos participantes (Guarnieri, 2011).

As relações de poder estabelecidas entre os líderes partidários e outros membros da organização revela muito sobre as estratégias, comportamento e ações desenvolvidas pelos partidos. Essas condutas segundo Panebianco (2005) são necessárias para sobrevivência da organização e manutenção da estrutura interna de poder, pois essas prerrogativas de poder estão relacionadas ao controle das chamadas “áreas de incertezas”.

“Os líderes são aqueles que controlam as principais áreas de incerteza, cruciais para a organização, e que podem usar esse recurso nas negociações internas (nos jogos de poder)” (Panebianco, 2005, p.45). Segundo o autor, essa influência dos líderes nas organizações acontece através da distribuição de incentivos coletivos e seletivos. Essa estratégia funciona

como mecanismo que auxilia na construção da lealdade, entre a organização e seus eleitores fiéis e filiados. Esses recursos necessitam de forte gerência e responsabilidade para garantir a sobrevivência e a estabilidade interna dos partidos (Panebianco, 2005).

Segundo Panebianco (2005), a distribuição dos incentivos coletivos e seletivos configura a principal ferramenta para a construção de fidelidade e controle dos membros. Esses incentivos são distribuídos pelos líderes da organização e consistem em benefícios oferecidos em troca de participação. Estes benefícios estão relacionados com ideologia organizativa e atividades desenvolvidas pelo partido, que auxiliam no fortalecimento da identidade partidária. Essa estabilidade que as lideranças partidárias tentam construir através dessas ferramentas, consiste em um dos objetivos fundamentais da coalizão⁴ dominante, que é a estabilidade organizativa.

Para Panebianco (2005), a configuração da coalizão dominante e as relações estabelecidas entre seus líderes são fatores importantes que interferem no comportamento dos membros e no seu grau de coesão. Isso se deve ao fato das principais decisões e estratégias tomadas pelos partidos serem estabelecidas nesta instância. Logo, a maneira como o poder é distribuído entre os membros da coalizão impacta a coesão e a estabilidade das relações. Entre os poderes e recursos controlados pela coalizão dominante estão o financiamento da organização, o recrutamento de novos filiados, a comunicação, as relações com o ambiente, o saber especializado e as regras organizativas.

A ampliação dos quadros partidários através das filiações apresenta uma relação com o objetivo de fortalecer a organização partidária, mas essa estratégia de ampliação do seu alcance territorial impacta na estabilidade e grau de coesão do partido. O controle desse processo de filiação com estabelecimento de critérios e restrições da direção partidária é uma maneira de reduzir os danos causados por este processo. Segundo Panebianco (2005), essa estratégia mais controlada exerce uma barreira na entrada de membros muito distantes dos objetivos e ideias do partido diminuindo, assim, os desgastes nas relações internas de poder.

Essas ações estão interligadas devido ao desequilíbrio da identidade coletiva, ligado à ideologia do partido e às novas relações de poder entre os dirigentes da organização. As divergências programáticas entre os novos filiados e os membros mais antigos podem

⁴ Coalizão dominante consiste na elite dirigente dos partidos, composta por integrantes da organização que controlam as zonas de incerteza mais importantes do partido.

interferir na redução da coesão. Isso se justifica pela quantidade de incentivos coletivos que foram distribuídos entre os membros do partido, que exercem um efeito de diferenciação na área de conhecimento político, conduta partidária e sobre o conjunto de opiniões compartilhados entre os filiados. O grau de semelhança e sintonia com o grupo tende a aumentar com o tempo de convivência, entre os novos membros e antigos filiados (Panebianco, 2005).

O impacto que a expansão da organização pode gerar nas relações internas de poder e na estabilidade organizativa pode significar um processo de consolidação da direção interna ou um processo de disputa entre grupos dentro da coalizão. Independente do processo pelo qual ocorre o crescimento da organização, o poder tende a ficar concentrado nas direções, seja pelo domínio do grupo que proporcionou a expansão, ou apenas um reflexo do aumento da burocratização e divisão hierárquica proporcionada pelo crescimento, que acaba exigindo maior centralização das decisões (Panebianco, 2005).

Na ciência política existem várias vertentes sobre as relações estabelecidas entre as organizações e o ambiente. Pelo menos duas teorias são mais mobilizadas para tentar explicar esse acontecimento. A primeira teoria mais conhecida como “contingência”, entende que algumas organizações tendem a se “adaptar” ao ambiente, neste caso, os partidos absorvem as demandas e questões latentes no ambiente, transformando-as em plataformas a serem defendidas. Este fenômeno apresenta variações de intensidade, podendo ser de maior ou menor nível dependendo da institucionalização da organização e do lugar onde está inserida. A outra visão sobre esse processo segue um entendimento contrário. Segundo uma outra perspectiva existem situações onde as organizações “dominam” o ambiente, neste sentido, as organizações modificam o ambiente a partir das suas atividades (Panebianco, 2005).

Segundo Panebianco (2005), o nível de interferência do ambiente na organização também está relacionado com o grau de institucionalização do partido. O grau de institucionalização proporciona maior autonomia em relação a localidade, ou seja, partidos mais institucionalizados são mais autônomos e conseguem exercer controle sobre as imprecisões do ambiente. As diferenças entre as localidades são determinadas pela intensidade de alguns fatores que proporcionam níveis de incerteza no ambiente, essas incertezas são definidas pelo nível de complexidade, nível de instabilidade e nível de

hostilidade. Segundo o autor, a partir do grau desses fatores são definidas as estratégias e decisões das organizações (Panebianco, 2005).

As ligações estabelecidas entre as organizações e o ambiente onde estão inseridas é um importante aspecto sobre o qual os líderes precisam exercer influência, para estabelecer um conjunto de estratégias e ações partidárias. A estabilidade organizativa sofre interferência de fatores externos como regime político, legislações eleitorais e partidárias, organização do Estado entre outros fatores. Esse conjunto de condições gera interferência no funcionamento e na dinâmica dos partidos. “Toda organização está envolvida numa multiplicidade de relações com o próprio “ambiente externo” (Panebianco, 2005, p.21).

Um conjunto de estudos realizados em alguns estados e municípios brasileiros utilizou o método de *survey* para captar e analisar as opiniões e comportamentos de deputados estaduais e vereadores. Castro, Anastasia e Nunes (2009), em pesquisa realizada pelo Centro de Estudos Legislativos do DCP/UFMG sobre as trajetórias, perfis e padrões das elites estaduais brasileiras, analisaram as variações no comportamento dos deputados estaduais de doze⁵ assembleias legislativas, buscando identificar as variáveis que explicariam comportamentos particularistas ou universalistas a partir da atuação política e características pessoais. Chegaram à conclusão de que os deputados filiados a partidos mais à direita e os que apresentam uma base de apoio político mais regionalizada de prefeitos e vereadores têm mais chances de um comportamento mais particularista.

Melo (2011), em pesquisa sobre as relações entre os deputados estaduais e partidos políticos, busca explicar variações existentes no perfil dos deputados. Para esse estudo foram utilizados os mesmos dados utilizados por Castro, Nunes e Anastasia (2009) que abrangem doze estados da federação. Segundo o autor, as condições para o perfil mais partidário estão relacionadas com o grau de institucionalização do sistema partidário do estado e com algumas características do deputado como mais tempo de filiação no partido, filiação a partidos de esquerda, opiniões progressistas sobre determinados assuntos e mandato mais universalista. A conclusão do autor é a de que existem deputados com perfil mais partidário que outros. O perfil mais partidário apresenta fortes relações com o tempo de filiação no partido e o grau de estabilização das competições eleitorais nos estados. Mandatos mais universalistas e opiniões

⁵ Pesquisa realizada nos estados: Rio Grande do Sul; Santa Catarina; São Paulo; Rio de Janeiro; Minas Gerais; Goiás; Mato Grosso; Bahia; Pernambuco; Ceará; Pará e Tocantins.

progressistas também exercem influência, mas em menor grau. Pela discussão que estamos tratando ao longo do trabalho, podemos sugerir que um comportamento mais partidário está associado a um comportamento mais coeso.

1.2 Os partidos políticos e suas transformações

Os partidos políticos são objetos de estudo privilegiados na Ciência Política, em grande parte por serem considerados instituições indispensáveis nas democracias representativas devido ao papel que desempenham na mediação entre a sociedade e o Estado. Há pelo menos um século, vários autores têm buscado compreender o papel e as funções desempenhadas pelos partidos, a forma como se estruturam e se organizam, os padrões de recrutamento e de socialização dos membros e suas implicações sobre o seu comportamento, a atuação dos partidos na mobilização do eleitorado, na competição por votos e cargos e seu papel na formação de governos e na produção de políticas públicas.

Uma das primeiras reflexões sobre os partidos modernos remete a Max Weber (2004), que os definia enquanto associações profissionais que se norteiam pelo objetivo de conquistar o poder para exercer influência política e distribuir cargos nas instâncias do Estado. Segundo o autor, as organizações partidárias vivem em contínua transformação buscando se adaptar ao contexto em que estão inseridas para manter o controle da política e desempenhar suas funções.

Segundo Weber (2004), os partidos políticos precisam apresentar uma estrutura interna organizada e preparada para atingirem a finalidade de exercer domínio político e territorial. Para o autor, as organizações partidárias mais modernas já têm a consciência da necessidade de uma composição de direção unida e disciplinada para o enfrentamento das demandas proporcionadas pelas novas democracias e o contínuo interesse da população.

O crescimento da estrutura burocrática do Estado proporcionou o aumento de cargos e postos de trabalho, de forma que um dos caminhos para ocupar esses espaços seria através do recurso de indicação concedido aos partidos políticos. Por isso, os partidos políticos se organizam e mobilizam para lançar candidatos, disputarem as eleições e conseqüentemente conquistarem o controle das instituições políticas (Weber, 2004).

Essa percepção dos partidos políticos enquanto organizações que apresentam vários objetivos e sofrem inúmeras modificações e adaptações ao longo do tempo é uma ideia também compartilhada por Panebianco (2005). Nesse contexto, as estruturas organizacionais estão sujeitas a transformações, assim como seus objetivos também são alterados de acordo com as variações e interferências externas.

Uma importante teoria foi elaborada por Anthony Downs (1999) sobre os problemas relacionados com a democracia. Nessa teoria, o autor busca entender e relacionar o comportamento racional dos atores políticos envolvidos no processo eleitoral. Com isso, as contribuições do autor a respeito das ações e motivações desempenhadas pelos atores partidários e partidos políticos colaboram bastante com a nossa discussão.

Segundo Downs (1999), os partidos políticos atuam racionalmente na busca de algumas metas bem estabelecidas no jogo democrático. Essa lógica partidária é orientada a partir da racionalidade das lideranças que dirigem o partido. Segundo os fundamentos da teoria do autor, “todo governo procura maximizar o apoio político” (Downs, 1999, p.33), esse apoio político é conquistado através do voto dos eleitores nos processos eleitorais, depois do governo conquistado, a reeleição passa ser o principal objetivo dos governos. “Um partido é uma equipe de indivíduos que procura controlar o aparato de governo através da obtenção de cargo numa eleição” (Downs, 1999, p.56). Essa definição de partido do autor condiz totalmente com a proposta da sua teoria, configurando uma organização que age racionalmente buscando uma maneira de atingir seus objetivos.

Para Duverger (1980), o processo de desenvolvimento dos partidos encontra uma proximidade com os progressos democráticos, sendo fundamentais para a análise dos partidos a consideração das condições em que eles surgiram. “O nascimento dos partidos encontra-se, portanto, ligado aos grupos parlamentares e comitês eleitorais” (Duverger, 1980, p. 20). Na tipologia proposta pelo autor, os partidos que tiveram origem na arena parlamentar foram denominados como “partido de quadros”. Esses partidos apresentam interesses claros de eleição e reeleição de mandatos, vinculados a grupos de interesse, pouca atividade de organização, estrutura nacional descentralizada, vínculos reduzidos entre as instâncias partidárias, e o partido é controlado por uma elite parlamentar. Os partidos de origem externa, denominados “partidos de massa”, são caracterizados pela forte organização interna, apresentam uma estrutura centralizada e interligada, ideologia bem definida, parlamentares

coesos e disciplinados quanto às ordens partidárias, vínculos fortes com grupos e movimentos sociais e amplo quadro de filiados que financiam a organização.

Kirchheimer (2012) analisou o processo de transformação sofrido pelos partidos políticos no período pós- segunda guerra mundial. Segundo o autor, os partidos europeus passaram por um processo de adaptação e transformação durante um período no qual a democracia na Europa enfrentava alguns problemas. “Os partidos *catch-all* na Europa aparecem num tempo de desideologização, o qual contribuiu substancialmente para sua emergência e proliferação” (Kirchheimer, 2012, p. 366). Este processo de modificação dos partidos consistia em substituir os debates aprofundados em propostas programáticas por discussões e plataformas políticas mais amplas e genéricas. O método e incentivos para as escolhas de candidatos também sofreram alterações para que essa nova abordagem adotada pelos partidos ampliasse o conjunto de potenciais eleitores possibilitando melhor desempenho eleitoral.

Para Kirchheimer (2012), as funções desempenhadas pelos partidos na Europa, nas primeiras décadas do século XX, eram de exercer comunicação e integração dos indivíduos e grupos com a estrutura política no poder, buscando alterações que atendessem a seus objetivos. Para isso, disputavam as eleições e ocupavam o governo para concretizar seus interesses políticos. Pressões conjunturais forçaram a transformação dos partidos de massa classistas e confessionais em partidos do tipo *catch-all*. Essa mudança era uma forma de assegurar um futuro político para essas organizações que fizeram alterações estruturais como a diminuição da carga ideológica do partido, o rebaixamento da importância do membro partidário, a alteração do foco em classes ou grupos específicos para um trabalho com eleitores da população em geral, e a abertura de espaço para intervenção de grupos de interesse (Kirchheimer, 2012, p. 370-371).

A conversão para o tipo de partido *catch-all* é um fenômeno associado à competição. Um partido está sempre apto a se acomodar aos estilos bem-sucedidos de seus competidores, por esperar os mesmos benefícios ou ter medo de perdas no dia da eleição (Kirchheimer, 2012, p. 368).

Kirchheimer (2012) não define nem aborda diretamente o conceito de coesão partidária, mas proporciona uma importante discussão sobre as alterações estruturais dos partidos políticos que afetaram diretamente as funções e objetivos das agremiações. As adaptações necessárias para maior competitividade eleitoral envolvem o processo de redução

da ideologia e da importância dos membros partidários. Essas alterações interferem diretamente nos vínculos partidários, identidade da organização e no potencial de atrair e orientar grupos sociais.

Essas mudanças proporcionam organizações mais diversificadas, que substituem as identidades partidárias ideológicas por pautas políticas eleitorais de curto prazo. O conjunto dessas modificações altera as percepções e o comportamento do grupo partidário, conseqüentemente seu grau de coesão. Ambas dependem de condições que promovam aproximação de ideias e ações mais coordenadas. Situação inversa proporcionada ao tipo de partido *catch-all*, que enfraquece os instrumentos que produzem esse comportamento, reduzindo a coesão interna.

Seguindo esse processo de transformações das organizações partidárias, Katz e Mair (1993) operam a partir de três aspectos das organizações partidárias para tentar compreender as mudanças e processos de adaptação pelos quais os partidos passaram ao longo dos anos. Segundo os autores, os partidos políticos apresentam três faces de atuação que caracterizam seus objetivos e papéis desempenhados. A primeira é a do poder público, arena na qual os partidos distribuem e ocupam cargos no governo; a segunda está relacionada à base social, instância onde são estabelecidos os vínculos partidários entre organização e membros; por último, a face burocrática, que diz respeito ao trabalho e às decisões das lideranças nacionais.

O processo de alteração das organizações partidárias para o tipo de “partidos de carteis” exerce influência sobre algumas estruturas de poder da organização. Para a classificação dos partidos em um novo modelo são necessárias observações sobre essas estruturas de poder, por exemplo, estruturas de tomada de decisão, instâncias de deliberação sobre políticas partidárias, disciplina, regras, e grau de autoridade da direção nacional (Katz e Mair, 1993).

Para Katz e Mair (1993), os partidos “tipo carteis” funcionam a partir de uma lógica de cooperação entre os competidores participantes do processo. Eles se organizam para conseguir ocupar cargos no estado de alguma maneira, seja com a vitória do pleito ou participando através de indicações. Esses partidos apresentam força na arena governamental dando prioridade à ocupação de cargos no governo, parlamento e aos recursos financeiros provenientes do Estado. Possuem uma direção partidária controlada pelos ocupantes dos cargos públicos, não apresentam fortes vínculos partidários ou proximidade com a sociedade.

Esses partidos têm a preocupação de manter a organização partidária para manutenção desses benefícios. Para isso, oferecem plataformas mais genéricas nas disputas eleitorais, se adaptando ao contexto e realidades nas quais estão inseridas (Katz e Mair, 1993).

Esses exemplos de processos de transformações das organizações partidárias contribuem para o debate, sugerindo que os partidos mudam a partir de estímulos conjunturais e externos à organização. Essas mudanças exigem modificações nas estruturas internas e conseqüentemente nas relações de poder, com intuito de manter a sobrevivência da organização e o êxito nos objetivos.

Manin (1995) apresenta um debate sobre o período no qual os partidos políticos foram os grandes responsáveis pela estruturação das preferências dos eleitores, momento no qual os partidos apresentavam fortes laços com seus membros e orientavam politicamente seus representantes. Esses partidos expressavam a vontade do novo eleitorado que demandava maior participação na política, através de programas políticos que fundamentavam as disputas eleitorais. O estabelecimento da democracia de partido possibilitou um comportamento eleitoral que refletia a estabilidade e a lealdade aos partidos políticos. Segundo o autor, os eleitores eram propensos a votar recorrentemente nos mesmos partidos políticos nas diversas eleições. A fidelidade nas votações era reflexo do sentimento de pertencimento que os eleitores apresentavam com os partidos e identidade social ou de classe que era construída com as agremiações. Esses elementos proporcionavam aos eleitores grande confiança nos partidos políticos e candidatos apresentados para as disputas.

Segundo Manin (1995), a democracia de partido representava a era do governo de partido, momento no qual os representantes eram orientados pelas plataformas políticas que serviam como instrumentos de unidade para o conjunto da organização. As estruturas e comportamentos proporcionados por este modelo refletiam em forte coesão e disciplina dos representantes no parlamento. O autor não define disciplina nem aborda diretamente as ferramentas e elementos que produziam esse comportamento. No entanto, relaciona esse comportamento disciplinado no parlamento com a capacidade de controle das lideranças partidária sobre seus membros.

Manin (2013) busca atualizar seus estudos referentes aos partidos políticos a partir da análise da democracia de público no contexto contemporâneo, identificando algumas mudanças sofridas pelas organizações partidárias e a atual situação em que elas se encontram.

Seus estudos identificam fatores e fenômenos que caracterizam um “enfraquecimento dos vínculos partidários ou declínio dos partidos políticos” (Manin, 2013. p.116).

A tese do desalinamento sugere o enfraquecimento dos partidos políticos no relacionamento com seus eleitores, gerando impactos na estabilidade política e no comportamento eleitoral. Para os autores, esse fenômeno estaria relacionado ao processo de modernização social e política pela qual as sociedades industriais avançadas estariam sujeitas a passar. As consequências desses fatores e acontecimentos consistiriam em alterações nos níveis de partidatismo nas democracias ocidentais, afetando o comportamento político e a dinâmica partidária. Os efeitos diretos dessas modificações seriam, por exemplo, o surgimento de novos partidos políticos e o aumento da volatilidade eleitoral (Dalton *et al*, 2003).

Este processo de modernização social é reflexo de um conjunto de elementos e fatores associados aos indivíduos e às instituições. Para os autores, o aumento nos níveis educacionais proporcionou maior capacidade de raciocínio e autonomia das pessoas, possibilitando maior interesse por assuntos públicos e políticos, maior capacidade cognitiva e instrução. O desenvolvimento dos meios de comunicação de massa seria um segundo fator importante deste processo de modernização, uma vez que esses instrumentos se tornaram a principal fonte de informação política para sociedade. Com isso, os partidos políticos perderam um importante papel social e parte de sua influência sobre as pessoas (Dalton *et al*, 2003; Manin, 2013).

O período no qual esses pensamentos e observações foram elaborados sobre os partidos políticos impacta diretamente na forma e percepção dessas organizações. Grande parte desses trabalhos foram realizados no final do século XIX e início do século XX, tendo como referência os partidos políticos europeus. Duverger (1980) e Panebianco (2005) afirmaram a importância do contexto no qual os partidos estão inseridos para explicar e entender as transformações e dinâmicas produzidas pelos partidos. Esses fatores representam algumas limitações na aplicação e comparação com os partidos brasileiros.

Segundo Mainwaring (1999), a história política brasileira é marcada por períodos autoritários e rupturas no sistema partidário que interferiram nas estruturas, organização, desenvolvimento, identidade e produção de vínculos com os partidos. Esses fatores são importantes e fundamentais no processo de institucionalização e dos partidos. Para o autor, os

partidos brasileiros em sua maioria seriam caracterizados enquanto partidos tipo *Cath-all*. Pois são organizações que surgiram na realidade parlamentar, apresentam pouco lastro social e vínculos fracos com a sociedade, seus membros apresentam um comportamento mais personalista com foco principal em conseguir mandatos.

O único partido brasileiro que escapa desse contexto é o PT, que teve sua origem externa ao parlamento, sendo construído a partir de movimentos sociais e populares que proporcionaram a organização uma base política mais forte, organização interna diferenciada, maior participação e atividade política que reforçam sua diferença.

Ao longo desta seção, mostramos como as principais referências nos estudos clássicos sobre partidos políticos compreendem a disciplina e a coesão partidária e os mecanismos que, no interior do partido, são responsáveis por sua produção ou erosão. Também discutimos, com base nessa literatura, as principais mudanças pelas quais passaram os partidos políticos nas democracias contemporâneas e os fatores que explicariam o enfraquecimento dessas instituições no desempenho de algumas de suas funções.

As estruturas organizacionais apresentam um papel importante nos partidos e funcionam como parte da explicação para o problema que estamos analisando. Para isso, as contribuições de Duverger (1980), Panebianco (2005) e Guarnieri (2011) foram essenciais para a compreensão do papel das estruturas organizativas no interior do partido. O poder e a importância das lideranças partidárias, os níveis de descentralização e centralização das decisões no interior do partido, a forma como são distribuídos os incentivos, os padrões de socialização e de recrutamento de novos filiados, entre outros fatores, geram impactos nas relações e no comportamento dentro do partido, interferindo no grau de homogeneidade, disciplina e coesão entre os membros.

O partidarismo é um importante fator para a compreensão desta questão. A existência de uma plataforma política programática exerce o poder de estabilização dos alinhamentos partidários, interfere no desenvolvimento das atividades partidárias e na construção de laços entre o partido e seus membros, proporcionando comportamentos e dinâmicas que fortalecem a organização. Essas medidas favorecem o processo de socialização da organização partidária, processos que impactam a produção de coesão e disciplina. Nas próximas seções trabalharemos os fatores externos que impactam o funcionamento e a dinâmica dos partidos com foco na realidade dos partidos brasileiros. Segundo Tsebelis (1997), fatores como

sistema eleitoral e a estrutura institucional também interferem na produção da coesão partidária.

Capítulo 2 - O impacto das relações externas e da institucionalização do sistema partidário nas estruturas partidárias

2.1 Os partidos brasileiros no sistema partidário

O processo de redemocratização no Brasil foi longo e envolveu fortes disputas entre setores influenciados por forças militares e atores civis que buscavam a retomada de direitos. As reformas na legislação eleitoral e partidária que ocorreram no período entre os anos de 1979 e 1989 são resultado da combinação de um conjunto de fatores como crises políticas, econômicas, reorganização partidária e surgimento de novos partidos. Ou seja, desafios e avanços enfrentados pelas organizações e instituições que passavam por um processo de institucionalização.

O sistema partidário brasileiro já foi constituído por diversos formatos ao longo dos anos e as várias formações e rupturas desses sistemas são consequências da intervenção e interesses das elites políticas no Estado e da baixa institucionalização do sistema. O ano de 1979 representa o fim de algumas barreiras para a organização política no país, a partir da Lei Nº 6.767 que extinguiu o sistema bipartidário do período autoritário. Houve um rearranjo das elites partidárias em novas agremiações como o Partido Democrático Social (PDS), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Popular (PP), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT) (Mainwaring, 1999).

O Partido dos Trabalhadores (PT) foi o único partido de origem externa ao Poder Legislativo, tendo sua origem em organizações sociais e sindicais. Esse partido foi a grande inovação deste período porque contava com ampla participação popular, disciplina parlamentar e lastro social. Os outros partidos que surgiram nesse momento são algumas dissidências do antigo MDB, que era a oposição ao regime militar. Anos mais tarde, com a Emenda Constitucional Nº 25 de 1985 e outras legislações posteriores foram identificadas novas movimentações, migrações e reorganização partidária no cenário político. Com essa legislação ficaram permitidas trocas de partidos, formação de alianças⁶ e o fim da cláusula de

⁶ O código eleitoral de 1965 proibiu as alianças para as eleições proporcionais. Essa decisão foi alterada com a lei nº 7454 de 30 de dezembro de 1985 permitindo novamente a política de alianças. Essa decisão foi mantida com a lei nº 9504 de 30 de setembro de 1997. A legislação foi novamente modificada em 04 de outubro de 2017

exclusão⁷ nacional para o Congresso. Essas alterações incentivaram a criação de novos partidos em quase todos os estados, resultando em uma nova estrutura partidária com uma configuração mais fragmentada (Mainwaring, 1999).

Mainwaring é um estudioso do sistema partidário brasileiro que investigou os diversos fatores que contribuem para o baixo grau de institucionalização do sistema, procurando entender as origens dessa situação. O principal alvo de críticas é a configuração institucional do sistema de governo brasileiro, que é constituído pelo presidencialismo, representação proporcional de lista aberta, multipartidarismo e federalismo. Essa configuração, segundo teóricos, estimula a fragmentação partidária e a volatilidade eleitoral, dificultando o fortalecimento dos partidos enquanto instituições nacionais eleitoralmente estáveis e controladores da disciplina parlamentar. Essa combinação de elementos seria um dos fatores que interferem na consolidação do sistema partidário e geram obstáculos para maior coesão dos partidos políticos brasileiros (Braga, 2010; Mainwaring, 1997; 1999).

Barry Ames é um dos grandes críticos do formato da relação estabelecida entre os poderes executivo e legislativo brasileiro. O autor apresenta uma interpretação semelhante à de Mainwaring sobre a configuração do sistema partidário. Segundo ele, o regime adotado no país exige da Presidência da República a construção constante de maioria no Congresso para a aprovação de matérias importantes para sustentação do governo. Para o autor, as regras que orientam os sistemas eleitorais, partidário e as configurações do arranjo federativo produzem incentivos que geram problemas na governabilidade e não cooperação de atores políticos, que são motivados em aumentar seus ganhos individuais. Essa incapacidade das instituições brasileiras é anterior à Constituição de 1988, que não alterou sua estrutura, mantendo um sistema impossibilitado de agir rapidamente e promover condições favoráveis de governabilidade. Esses empecilhos gerados pelos arranjos institucionais dificultariam o trabalho dos líderes partidários em controlar e conduzir suas bancadas de forma disciplinada, pois os partidos brasileiros são organizações fracas orientadas por políticas individualistas (Ames, 2003).

pela emenda constitucional nº97/2017, que proibiu as coligações nas eleições proporcionais a partir das eleições de 2020.

⁷ São as exigências mínimas para a existência de um partido político, a porcentagem necessária de apoio do eleitorado distribuído entre os estados. Essa emenda estabelecia a necessidade de 3% de apoio distribuído em pelo menos cinco estados com, no mínimo, de 2% de apoio em casa estado.

Analisando o sistema partidário brasileiro, Kinzo (2004) argumentou que o mesmo se encontrava com poucos sinais de consolidação porque ainda apresentava intensa fragmentação partidária, baixa inteligibilidade das disputas eleitorais e elevada volatilidade eleitoral. Segundo a autora, “a fragmentação do sistema partidário não seria um problema para o funcionamento da democracia caso não afetasse a inteligibilidade do processo eleitoral” (Kinzo, 2004, p. 31). Essas fragilidades dos partidos políticos e do sistema partidário aumentavam as dificuldades no processo de diferenciação partidária e construção de candidaturas distintas, dificultando a identificação partidária dos eleitores.

Figueiredo e Limongi (1999) foram os precursores nos estudos que investigaram as regras, procedimentos e votações dentro do Congresso brasileiro na Nova República. Suas pesquisas geraram evidências empíricas que possibilitaram um novo olhar sobre o comportamento e o funcionamento dos partidos no Brasil. A partir da análise de votações nominais no plenário sobre assuntos controversos, foi percebido um comportamento diferente do que era esperado sobre o papel e a importância dos partidos políticos. Os dados encontrados também indicavam um comportamento disciplinado dos deputados em plenário divididos em blocos ideológicos. Segundo os autores, a configuração do jogo eleitoral que vinha se consolidando a cada eleição possibilitava a identificação de, pelo menos, três blocos políticos no Congresso, divididos em direita, centro e esquerda. Esse comportamento disciplinado dos partidos no plenário possibilitou a percepção de um comportamento alinhado a partir das indicações dos líderes nas votações. Os partidos do mesmo campo ideológico votavam de maneira semelhante.

A justificativa apresentada pelos autores para este comportamento está fundamentada nas regras e procedimentos que controlam e organizam a dinâmica interna do Congresso. A instância responsável por essa organização e centralização das atividades parlamentares seria o Colégio de Líderes que é formado por líderes partidários e de bancadas juntamente com a Mesa Diretora. Essa esfera define as pautas, agendas, indica membros para comissões, solicita urgência na tramitação de projetos e indica votos pela bancada. Segundo os autores, essas prerrogativas tornavam os líderes capazes de disciplinar o comportamento de suas bancadas. De modo que o processo legislativo se torna previsível, disciplinado e o comportamento dos deputados se torna mais partidário, pois a concentração de poder nesses atores políticos diminui o poder individual dos deputados nas ações legislativas, ampliando o poder dos partidos (Figueiredo e Limongi, 1999).

O fenômeno observado por Figueiredo e Limongi (1999) e a conclusão que eles chegaram problematizam as suposições sugeridas por Ames (2003) e Mainwaring (1999) que viam uma tendência generalizada para o comportamento individualista e indisciplinado dos parlamentares. No entanto, as análises das votações em plenário não são suficientes para identificar o grau de coesão dos partidos no parlamento, pois este método só focaliza o final do processo decisório e não permite identificar as opiniões e percepções dos deputados sobre as matérias. As votações em plenário são resultado de negociações entre os líderes e deputados e estão sujeitas a possíveis sanções disciplinares externas que podem ser utilizadas para atingirem um comportamento mais disciplinado de suas bancadas.

Outra abordagem e entendimento sobre o processo de institucionalização do sistema partidário brasileiro identifica traços de institucionalização a partir das disputas presidenciais. Para Limongi e Cortez (2010) e Melo (2012) um sistema partidário consolidado proporciona disputas políticas mais estáveis. Segundo estes autores, as disputadas eleições presidenciais a partir de 1994 entre coligações lideradas pelo PT e pelo PSDB poderiam contribuir como fator de estabilização do sistema.

2.2 Classificação Ideológica dos partidos brasileiros

Na ciência política a classificação ideológica é utilizada para marcar diferenças entre os partidos, políticos, posições e como identificação partidária. Nos estudos acadêmicos, a classificação ideológica se torna importante, pois é utilizada enquanto variável explicativa para alguns comportamentos, opiniões e atitudes. Bobbio (2001), foi um importante teórico que discutiu o método de classificação e o impacto da ideologia no campo político. Segundo teóricos deste campo, as ideias e o conteúdo que remetem às classificações entre esquerda e direita apresentaram inúmeras modificações e usos ao longo do tempo.

Os primeiros usos da classificação esquerda e direita foram feitos no final do século XVIII, durante a Revolução Francesa. Neste período, a identificação era demarcada a partir da localização espacial dos delegados, de acordo com suas visões e desejos políticos. A esquerda defendia ações mais igualitárias, enquanto os localizados à direita apresentavam seus interesses vinculados à aristocracia e às políticas de ajustes. Com o passar dos séculos novas

características foram sendo acrescentadas às noções de direita e esquerda, fazendo com que esse conceito apresente variações a depender da perspectiva teórica, social e cultural utilizada.

Os valores relacionados à esquerda consistem na identificação com pautas e políticas igualitárias, reformas sociais e redistributivas e maior aproximação com a classe trabalhadora. Já as bandeiras defendidas pela direita vão mais no sentido das políticas dos ajustes em defesa do capitalismo e maior liberdade econômica, maior afinidade pelas políticas que dialogam com proprietários dos meios de produção e empresários.

As discussões sobre a classificação ideológica remetem a uma questão complexa no interior da ciência política, envolvendo vários debates e podendo ser realizada por diferentes métodos⁸. Segundo Rodrigues (2009), existe uma relativa convergência entre diversos estudiosos que classificam alguns partidos da mesma maneira. Classificando como direita o PPB/PP, PFL/DEM⁹, como centro o PMDB e o PSDB, e como esquerda o PDT e o PT.

A classificação ideológica realizada por Figueiredo e Limongi (1999) posiciona da mesma maneira os maiores partidos da Câmara dos Deputados situados no centro e na esquerda, apresentando variação apenas nos partidos situados à direita que segundo os autores seriam o PDS/PPR¹⁰(PP), ex-PFL (DEM) e PTB. O método adotado pelos autores consiste na análise do comportamento nas votações nominais (221 votações) em plenário no período de 1989-1994, tendo como referência a indicação de votos dos líderes partidários.

Na literatura mais recente produzida pela ciência política, novas classificações vêm sendo propostas com a presença de mais partidos. Como podemos observar na coletânea organizada por Krause, Dantas e Miguel (2010), os autores estabelecem uma classificação dos partidos políticos, a partir de um *workshop* realizado com os autores participantes do livro.

Dois importantes trabalhos produzidos recentemente realizam a classificação de um conjunto de partidos brasileiros, buscando distribuir os partidos em um contínuo que vai da esquerda para direita. Power e Zucco (2011), a partir de uma pesquisa legislativa com os

⁸ Entre os diferentes métodos estão análise de programas de partido, comportamento dos legisladores em votações e autoclassificação dos políticos.

⁹ O PFL (Partido da Frente Liberal) em 2007 se transformou em DEM (Democratas).

¹⁰ Em 1995 o PPR (Partido Progressista Reformador) se juntou ao PP (Partido Progressista) formando o PPB (Partido Progressista Brasileiro). Após 2003, o PPB se tornou o PP novamente e em 2017 virou apenas Progressistas.

congressistas, estabelecem uma média resultante da autoclassificação dos deputados federais, em uma escala que varia de um a dez. No ponto um são localizados partidos mais à esquerda e no ponto dez os mais à direita.

Em um estudo sobre representação política em doze estados brasileiros, Castro, Nunes e Anastasia (2009) buscaram analisar os efeitos das dinâmicas de competição política e da filiação partidária considerando o posicionamento ideológico dos partidos. A classificação dos partidos foi obtida a partir das respostas dos deputados entrevistados a três perguntas: autoclassificação, classificação do seu partido e classificação dos outros partidos. A classificação usada pelos autores foi o resultado das médias das três respostas, em uma escala variando de um a dez, da esquerda para a direita.

Tarouco e Madeira (2015) classificam os partidos por outro método, um *survey* com cientistas políticos. Nesta escala dos autores, os partidos são classificados também da esquerda para direita, variando de um a sete. O Quadro 1 apresenta um quadro comparativo da forma como os principais partidos são classificados pelos especialistas citados. As células marcadas com um X indicam que o partido não foi classificado pelos autores.

Quadro 1: Classificação ideológica dos partidos brasileiros segundo a literatura

Partido	Power e Zucco (2011)	Tarouco e Madeira (2015)	Krause, Dantas e Miguel (2010)	Castro, Nunes, Anastasia (2009)	Figueiredo e Limongi (1999)
PCO	-	1,1	Esquerda	x	x
PSTU	x	1,2	Esquerda	x	x
PSOL	1,6	1,4	x	Esquerda	x
PCB	X	1,5	Esquerda	x	x
PC do B	2,6	2,3	Esquerda	Esquerda	x
PT	3,6	2,9	Esquerda	Esquerda	Esquerda
PSB	3,7	3	Esquerda	Esquerda	x
PDT	4	3,3	Esquerda	Esquerda	Esquerda
PV	4,5	3,5	x	Centro	x
PPS	4,8	4	Esquerda	Centro	x
PMDB	5,9	4,2	Centro	Centro	Centro
PMN	x	4,4	Esquerda	Centro	x
PHS	x	4,5	Esquerda	Centro	x
PSDB	5,8	4,6	Centro	Centro	Centro
PT do B	x	4,7	Direita	Centro	x
PTB	6,5	5	Direita	Direita	Direita
PTC	x	5,1	Direita	x	x
PRB	x	5,1	x	Centro	x
PSL	x	5,2	Direita	Centro	x
PSC	x	5,2	x	Centro	x
PRTB	x	5,3	Direita	x	x

PSDC	x	5,4	Direita	Centro	x
PR	6,9	5,4	Direita	Direita	x
PP	7,6	6	Direita	Direita	x
DEM	7,8	6,2	Direita	Direita	Direita
PRP	x	X	Direita	x	x
PTN	x	x	Direita	Direita	x
PAN	x	x	x	Direita	x

Fonte: Elaboração própria.

Comparando as classificações realizadas por Power e Zucco (2011) e Tarouco e Madeira (2015), podemos identificar a mesma disposição dos partidos na escala que varia da esquerda para direita, com exceção do PSDB, que na classificação realizada por Power e Zucco está ligeiramente à esquerda do PMDB.

Na classificação de Castro, Nunes e Anastasia (2009), a diferença em relação às anteriores está na localização do PV e do PPS. O PV é classificado pelos autores no centro, mas em outros ordenamentos onde ele é analisado, é mais comum que ele apareça mais à esquerda juntamente com PT, PDT e PSB. O PPS é considerado, em alguns casos, como esquerda, devido à sua origem no PCB. Com base nessas diversas abordagens e classificações podemos perceber um relativo consenso na classificação ideológica dos partidos analisados.

Nossa atenção ficará sobre a classificação realizada pelos autores aos dez partidos que serão analisados nesta pesquisa: PT, PSB, PDT, PV, PMDB, PSDB, PTB, PR, PP e DEM. Não identificamos divergências significativas na localização ideológica desses partidos entre os autores, embora tenham sido utilizados vários métodos para essa classificação em diferentes estudos a partir de 1999.

Apesar da convergência na classificação ideológica dos principais partidos brasileiros, Tarouco e Madeira (2013) afirmam que os partidos brasileiros apresentam singularidades que extrapolam os conceitos historicamente construídos sobre direita e esquerda. Esses fatores estariam relacionados ao contexto de surgimento das agremiações e à forma como valores políticos e sociais influenciam politicamente as concepções e ações dos partidos brasileiros. Segundo os autores, os partidos brasileiros se diferenciam menos do que sugerem as classificações elaboradas a partir das análises de comportamento legislativo e autoclassificação.

Essa conclusão é baseada nos achados do estudo empírico realizado pelos autores a partir de uma técnica de análise dos conteúdos de documentos programáticos dos partidos políticos. A principal crítica consiste na limitação dos métodos utilizados para realizar a classificação ideológica. Segundo os autores, o conceito de esquerda e direita é abstrato e as peculiaridades relacionadas ao liberalismo, intervencionismo do Estado e período autoritário dificultam uma real mensuração desses valores (Tarouco e Madeira, 2013).

As críticas apresentadas por Tarouco e Madeira (2013) em relação aos métodos usualmente utilizados na classificação ideológica dos partidos são importantes para esclarecer as limitações existentes neste debate. No entanto, não podemos deixar de lado as contribuições e informações extraídas dos estudos e discussões realizadas sobre essa temática.

2.3 Federalismo e Subsistemas Partidários

Outro traço do arranjo institucional brasileiro que impacta a organização dos partidos e a coesão entre os seus membros seria o federalismo. Para Mainwaring (1999), o federalismo descentralizado prejudica o desenvolvimento de partidos nacionais mais disciplinados, pois as resoluções políticas e decisões mais importantes são determinadas nas esferas estaduais. O papel secundário das instâncias nacionais dos partidos nas definições de candidatos, por exemplo, amplia a dificuldade de construir bancadas mais coesas e líderes nacionais capazes de controlar as opiniões e decisões já tomadas nos estados, ou pelo simples fato de algumas decisões nacionais não serem compatíveis com os interesses locais dos parlamentares. Essa descentralização do poder resultante do sistema federativo favorece o desenvolvimento de dinâmicas específicas de competição nos estados, subsistemas partidários diferentes do nacional, coligações orientadas pela realidade local e, conseqüentemente, um comportamento e visão política diferente da realidade nacional (Lima Júnior, 1983).

As eleições nas quais são escolhidos os representantes para cargos nacionais apresentam relação e interferem nas eleições nos estados. Essas disputas ocorrem localmente e estão sujeitas às interferências da dinâmica local que apresenta suas próprias características. Segundo Lima Júnior (1983), as regras eleitorais possibilitam a configuração de coligações no âmbito estadual diferentes das construídas nacionalmente e esse ordenamento tenderia a

seguir a lógica e a configuração dos arranjos políticos locais. A configuração dos diferentes sistemas partidários estaduais ocorreu sob a influência e a força dos partidos nacionais de maneira diferente. A intensidade de ação desses partidos apresenta relação com o grau de organização destas legendas na esfera local. Cada partido político apresenta uma estratégia de competição que apresenta variação de acordo com sua estrutura (Melo, 2011; 2015).

Essa proposição de que, no Brasil, podemos encontrar mais de um formato de sistema partidário decorre, também, da grande diversidade econômica, social e política entre os estados que afeta os processos relacionados à competição eleitoral. Essas diferenças somadas aos processos de organização partidária de cada estado, e ao formato federativo, constituem a principal chave de explicação das variedades encontradas nos subsistemas existentes. No entanto, essa visão crítica sobre a configuração do sistema partidário brasileiro e seus desdobramentos não é consensual entre os estudiosos da área. Interpretações divergentes sobre os métodos de análise e avaliações possibilitam outros rumos no entendimento do nosso caso.

O argumento apresentado por Limongi e Cortez (2010) sobre as disputas estaduais vai no sentido contrário da visão desconectada das disputas estaduais com a nacional. Segundo os autores, existe uma simplificação do quadro partidário também nas eleições dos governos estaduais. As administrações estaduais têm ficado restritas a, pelo menos, cinco principais partidos. Para Limongi e Cortez (2010) os partidos que pertencem aos blocos liderados pelo PT e PSDB não costumam lançar candidatos ao governo no mesmo estado. O PMDB seria o único partido com condições viáveis em vários estados para enfrentar as disputas estruturadas pelos grandes blocos. Com isso, os autores chegam à conclusão de que a polarização presidencial foi replicada nos estados.

O impacto do sistema eleitoral na produção de coesão, segundo Tsebelis (1997), ocorre a partir das consequências produzidas pelo sistema proporcional de lista e pelo modelo majoritário. Essas duas configurações proporcionam diferentes comportamentos no sistema político. O entendimento de Shugart e Carey (1992) sobre o sistema proporcional é o de que este sistema intensifica o poder dos partidos políticos devido ao poder concedido às organizações partidárias na elaboração das listas de candidatos para as disputas eleitorais. Esta ferramenta de controle auxilia na produção de obediência entre os membros acerca das decisões partidárias produzindo maior disciplina. No entanto, o modelo de lista aberta adotado

no Brasil proporciona um comportamento diferente. Segundo estudiosos do caso brasileiro (Mainwaring 1997; 1999; Nicolau, 2006), a lista aberta tende a estimular campanhas mais centradas no candidato, pois estimula a competição entre os candidatos de um mesmo partido. Sendo assim, é necessário destacar características individuais como critério de diferenciação.

O último fator apontado por Tsebelis (1997) para a produção da coesão deriva da estrutura institucional. Para isso, ele parte da teoria de Mainwaring (1989 e 1991) que considera o regime presidencialista o gerador da falta de coesão entre os parlamentares. Para o autor, a formação de coalizão para aprovação das proposições e governabilidade intensifica as divergências e dificulta uma unidade entre os deputados. Entretanto, essa percepção sobre a influência do poder executivo sobre o legislativo para constituir maiorias é questionada por estudos sobre o comportamento e funcionamento do Congresso. Figueiredo e Limongi (1999) afirmam que o presidente detém um conjunto de ferramentas que auxiliam o controle da sua base aliada. Segundo os autores, as negociações são realizadas através dos líderes partidários ou bancadas, não sendo comuns negociações individuais. Os líderes e o presidente apresentam recursos previstos no regimento interno e na Constituição, respectivamente, capazes de controlar e produzir a disciplina necessária para governabilidade.

A discussão realizada até aqui mostrou os principais fatores e argumentos de teóricos sobre os empecilhos relacionados à institucionalização do sistema partidário no Brasil. A combinação desses fatores, que proporcionariam a fragilidade dos partidos, com o arranjo federativo, que promoveria autonomia às unidades subnacionais, configuram os obstáculos no processo de nacionalização dos partidos brasileiros. Em sistemas partidários nacionalizados, os partidos políticos apresentam um alcance nacional e uma distribuição homogênea dos seus votos. Essa configuração sugere força de mobilização política e eleitoral dos partidos entre os estados e regiões. Isso depende de uma direção nacional que oriente o comportamento de todos os membros da organização (Braga e Kinzo, 2007; Borges, 2015).

A nacionalização do sistema impõe um comportamento unificado em torno dos cargos nacionais, tornando as disputas nos estados interligadas às estratégias nacionais. Dessa forma, o sistema nacional e os subnacionais responderiam de maneira semelhante aos processos e acontecimentos. As candidaturas para o executivo nacional interferem justamente neste ponto, pois ampliam o potencial de votação para todos os estados dos partidos que disputam o cargo (Borges, 2015). Partidos que apresentam essa estratégia de disputas nacionais tendem a

apresentar uma organização interna mais interligada entre suas estruturas partidárias. Segundo Krause *et. al.* (2016), as disputas locais auxiliam no desempenho eleitoral para os outros cargos na esfera estadual e nacional. Neste sentido, a organização partidária a nível municipal se torna estratégica e fundamental para o processo de expansão e nacionalização do partido.

O método contrário à nacionalização é quando os partidos priorizam as disputas estaduais e regionais ao invés da nacional. Essa configuração fragmentada tem relação com o nível de autonomia política e tributária apresentada pelos estados, requerendo das organizações partidárias estratégias e comportamentos de acordo com a necessidade. Desta forma, as disputas regionalizadas assumem maior importância para os partidos (Borges, 2015). Essa segunda estratégia de condução e ação dos partidos interfere na forma de organização e estruturação das agremiações nos municípios. Segundo Braga, Rodrigues-Silveira e Borges (2012) existe uma diferença no padrão de estruturação dos partidos nos municípios que decorre das estratégias de cada partido. Os partidos médios e pequenos apresentam um processo de expansão e disputa eleitoral maior nos municípios pequenos, enquanto os maiores partidos investem mais recursos organizativos nas grandes cidades.

A estabilidade dos padrões de competição é a principal ótica para análise e classificação do nível de estruturação dos sistemas partidários estaduais. Para isso, são analisados os índices de volatilidade eleitoral que apresentam grande variação entre os estados e as taxas de migração partidária entre os deputados estaduais que aumentam o nível de instabilidade e interferem na volatilidade (Melo, 2011; 2015).

A discussão desenvolvida até este ponto apresenta visões, interpretações e suposições diferentes sobre os possíveis impactos gerados pelos sistemas eleitoral e partidário sobre o comportamento legislativo. As muitas interpretações sobre o processo de institucionalização e estabilidade do sistema partidário apresenta os reflexos deste fenômeno sobre as ações e estratégias dos partidos e no comportamento dos políticos. Como todos esses fatores impactam a realidade e a dinâmica da política praticada no nível municipal? Os partidos nos municípios apresentam o mesmo nível de organização e institucionalização observados na esfera nacional e estadual? Argumentamos que a lógica, a estrutura e a realidade política não são as mesmas. A partir dessa perspectiva, a próxima seção discutirá o processo de transformação política, características e desafios da política local.

Capítulo 3. Partidos políticos e vereadores no nível municipal

3.1 A descentralização do Estado e a importância do município

Na seção anterior foram apresentados alguns debates sobre a atuação, a importância e a institucionalização dos partidos políticos brasileiros nas esferas estadual e nacional. Agora, direcionaremos o debate para a organização e a atuação dessas agremiações no nível municipal. A esfera municipal apresenta um conjunto de características, realidades, recursos e necessidades próprias que direcionam e estruturam a competição e as práticas políticas locais. Segundo alguns autores, esses fatores singulares, o arranjo federativo e a legislação política favoreceriam a constituição de arenas políticas desconectadas das influências estadual e nacional. Nesse sentido, mobilizamos os principais argumentos presentes em alguns estudos empíricos que identificam fatores relevantes para as pesquisas e sugerem algumas influências locais nas estruturas, organizações e dinâmicas das outras esferas de governo.

A percepção geral que existe sobre a política local, o papel desempenhado pelas câmaras municipais e os partidos políticos na arena eleitoral é de fragilidade e incapacidade de estruturar a política no município, pois seriam organizações fracas e instrumentalizadas para a promoção dos interesses individuais dos políticos. No entanto, os estudos sobre o comportamento político, as relações entre executivo e legislativo, a influência do sistema eleitoral e partidário sobre o comportamento dos atores políticos não abordam prioritariamente a esfera local nem as câmaras municipais. Estes estudos são mais comuns em capitais e cidades de médio porte. Com isso, afirmações generalizadas sobre as relações estabelecidas localmente se tornam inadequadas devido à grande diversidade social, econômica, demográfica e política que existe entre os municípios brasileiros (Kerbaui, 2005; 2008).

O processo de descentralização e os seus efeitos na estrutura institucional do país geraram impactos diretos na dinâmica política municipal (Souza, 2002). Esse movimento teve como motivação atacar a centralização do Estado proporcionado pelo regime autoritário que o Brasil vivia desde 1964. “A bandeira da descentralização tornou-se comum ao conjunto das forças que se opunham ao regime militar, independente do âmbito em que atuavam” (Almeida e Carneiro, 2003, p.129). A Assembleia Nacional Constituinte convocada no ano de 1985 foi

marcada pela grande participação da sociedade, contexto no qual lideranças políticas e entidades contribuíram com os constituintes para a elaboração da Constituição Federal de 1988.

A descentralização do Estado brasileiro, as novas atribuições e funções para os estados e municípios que foram estabelecidas pela Constituição de 88 modificaram as relações políticas e administrativas entre essas instâncias. Dentre os objetivos desse processo de descentralização estavam a produção de maior desenvolvimento econômico e autonomia política, administrativa, legislativa e financeira para os municípios (Almeida e Carneiro, 2003). O novo aparelho institucional, agora mais descentralizado, conferiu maior reconhecimento e novas funções aos municípios brasileiros na prestação de serviços públicos para a população. Com isso, novas ferramentas administrativas, novos mecanismos de participação e novas fontes de recursos se tornaram necessárias para a nova realidade local. Segundo Souza (2002, p. 436), “existe um consenso hoje de que o Brasil é um dos países mais descentralizados do mundo em desenvolvimento”.

Entre as prerrogativas atribuídas aos estados e municípios com o processo de descentralização está a implementação e gestão de políticas relacionadas à educação fundamental, saúde e assistência social (Arretche, 1999). Essa transferência de responsabilidade para outras esferas gerou impacto nas administrações de governadores e prefeitos que passaram a ter mais poder de decisão e maiores repasses financeiros para a execução dessas políticas. “O município foi o principal beneficiário da descentralização de recursos, que se avolumaram com a ampliação das transferências constitucionais” (Almeida e Carneiro, 2003, p.127).

O aumento das receitas municipais decorrentes do processo de descentralização foi definido pela Constituição. Estados e municípios passaram a receber recursos de alguns impostos, antes concentrados na União. Cada município recebe do governo federal um repasse através do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e dos Estados um percentual de participação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Essas são as principais fontes de arrecadação da maioria dos municípios brasileiros que configuram uma realidade financeira local bastante dependente das outras esferas governamentais (Almeida e Carneiro, 2003).

Essa dependência financeira dos municípios em relação aos repasses do governo federal e estados configura um conjunto de limites proporcionados pela descentralização. Para Souza (2002), essas limitações impactam diretamente na capacidade e no poder dos municípios em atingir os objetivos deste processo. A diversidade entre os municípios e as suas condições diferenciadas para aumentar suas receitas afetam a qualidade e a quantidade de serviços públicos prestados pelos governos. Segundo a autora, essa descentralização não necessariamente conferiu autonomia para todos os municípios, a dependência e a limitação orçamentaria interferem nessa função (Souza, 2002; 2004).

Essa disparidade entre municípios na captação de recursos, além de impactar a prestação dos serviços públicos, estabelece agendas distintas nas cidades com maiores recursos financeiros. Essa consequência da descentralização, segundo a autora, limita um dos objetivos do processo, que consistia em dar maior liberdade e autonomia aos governos locais na gestão e na aplicação dos recursos nas políticas públicas (Souza, 2002).

A descentralização política interferiu diretamente na reconfiguração do poder político e decisório nos municípios, conferindo maior autonomia política, pois proporcionou a ascensão e a participação de novos atores no cenário político. Segundo Souza, “a descentralização financeira promoveu o aumento do poder relativo dos governos e das sociedades locais” (2002, p.435). A implementação de novos canais de participação, como os conselhos de políticas públicas, instituiu novas arenas de discussão e participação nos municípios. Essas arenas possibilitam a interferência da população na implementação das políticas, além de impactar diretamente nas gestões e controle de recursos públicos de alguns setores sociais (Souza, 2002).

Além do aumento dos repasses financeiros para as instâncias subnacionais que proporcionaram maior poder aos chefes do executivo, a autonomia política também gerou impacto sobre os atores políticos do Poder Legislativo. Segundo Arretche (1999), ainda que de forma limitada, a autonomia política e fiscal dos governos estaduais e municipais permite que estes adotem uma agenda própria, independente da agenda do Executivo federal. Com maior autonomia administrativa, os municípios passaram a organizar suas atividades através das leis orgânicas do município, que autoriza esses governos a arrecadar e criar novos impostos, aprovar e executar orçamentos, legislar e decidir sobre alguns assuntos sociais de interesse local (Souza, 2002). Essas novas prerrogativas dos municípios exigem a

interferência direta do Poder Legislativo nas ações dos municípios e, conseqüentemente, a interação com o Poder Executivo na dinâmica política.

3.2. A organização e estruturação dos partidos políticos nos municípios

Os partidos políticos são organizações que estão condicionadas às regras do sistema político (Braga, 2008). Segundo Ribeiro (2013), as normas que orientam e estabelecem as dinâmicas políticas configuram um importante ponto de partida para a análise e o entendimento das organizações partidárias, pois através delas podemos conhecer um pouco sobre as estruturas formais dos partidos. O artigo 3º da Lei dos Partidos políticos e a Lei nº 9.096 de 1995 estabelecem que “é assegurado, ao partido político, autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento” (Brasil, 1995). As decisões e alterações relacionadas à organização e ao funcionamento interno das agremiações precisam estar previstas nos estatutos partidários e devem ser informadas à justiça eleitoral, assim como as modificações programáticas e a composição do órgão de direção constituído em cada instância, conforme prevê o estatuto. Esses fatores são critérios, por exemplo, que precisam ser seguidos para os partidos disputarem as eleições.

A estruturação dos partidos políticos estabelecida pela legislação determina a criação de órgãos de direção por meio de comissões provisórias. A partir de um determinado número de filiados, fixado de acordo com o tamanho do eleitorado, essa comissão pode eleger um diretório do partido. Segundo Braga (2008), os diretórios são órgãos mais formais do partido, enquanto as comissões provisórias seriam estruturas mais frágeis. As diferenças entre essas duas formas de organização possibilitam a comparação e a caracterização dos partidos quanto ao seu nível de centralização, pois as estruturas das comissões provisórias possibilitam maior interferência de dirigentes partidários de instâncias superiores. Segundo Guarnieri (2011), os custos de negociações internas nas comissões provisórias são menores do que nos diretórios partidários.

A decisão de um partido político em se organizar em diretório ou manter sua estrutura por meio de comissão provisória acaba se tornando uma decisão política, relacionada à estratégia política adotada pela organização. Segundo a legislação que regulamenta os

partidos, a estruturação em comissões deveria ser por um período provisório. Os diretórios partidários são estruturas que proporcionam o fortalecimento dos espaços de decisão nas esferas onde estão organizados. Seu formato, em tese, promoveria maior participação dos filiados, vida partidária mais densa e disputas entre grupos internos. Essas características acabam caracterizando os diretórios enquanto estruturas mais institucionalizadas, comparadas com as comissões provisórias (Braga, Rodrigues-Silveira e Borges 2012). A principal função desses órgãos partidários consiste em organizar a dinâmica política partidária e desempenhar as funções administrativas do partido.

O grau de organização dos partidos políticos é um fator extremamente importante para analisar as dinâmicas e a atuação dos partidos nos municípios e em outras esferas. Um importante estudo realizado por Braga, Rodrigues-Silveira e Borges (2012) investigou como os principais partidos brasileiros se estruturam territorialmente, a partir dos aspectos organizativos presentes na distribuição espacial e o número de filiados. Os autores identificaram que, de forma geral, as agremiações apresentam maior nível de consolidação em todas as esferas, comparada aos estudos partidários da década de 1990 no Brasil. No entanto, mesmo com os indícios de maior consolidação, os partidos ainda apresentam um grande nível de informalidade organizacional. Esse processo de expansão territorial dos principais partidos brasileiros, observados pelos autores, seria um reflexo dos incentivos institucionais produzidos pela legislação partidária. Segundo os autores, esses estímulos produziram alguns perfis organizativos e padrões de organização que direcionaram o processo de expansão alinhados com as estratégias de cada agremiação. Todos esses aspectos reforçariam a importância da necessidade de se investir na organização dos partidos no nível local para o processo de expansão e nacionalização (Braga, Rodrigues-Silveira e Borges 2012).

Em um estudo recente sobre diretórios partidários municipais, Cervi e Borba (2019) analisaram o perfil sociodemográfico dos membros. Segundo os autores, estudos sobre a política local são poucos, a respeito desses órgãos são ainda em menor número. Por isso, realizaram um mapeamento do perfil das elites locais e do nível de estruturação dos partidos nos municípios. Os autores chegaram à conclusão de que a maioria dos órgãos partidários no país estão organizados em comissões provisórias; parte significativa dos dirigentes concorreram alguma vez às últimas eleições municipais, com predomínio de dirigentes do sexo masculino, entre outros fatores. Eles concluem sugerindo que essa medida de análise das

estruturas seja utilizada para medir o nível de institucionalização do sistema partidário e o grau de enraizamento dos diretórios.

A lógica e a necessidade da organização dos partidos políticos nos municípios estão relacionadas com as atividades e funções desempenhadas por eles nessa arena política. Os partidos políticos impactam a arena governamental por meio da formação de coalizões para disputas eleitorais e, posteriormente, na sustentação de governos. Na arena eleitoral as organizações partidárias são fundamentais na estruturação do quadro partidário local, atuando na organização e nas disputas aos cargos locais (Krause et. al., 2016).

As eleições municipais constituem um fator muito importante para o crescimento do partido político. Segundo Krause *et. al.* (2016), as representações locais são essenciais para os políticos e partidos atingirem cargos em outras esferas de poder, pois os municípios configuram as bases eleitorais para todos os outros cargos eletivos. As eleições municipais auxiliam no desenvolvimento e fortalecimento da estrutura partidária, servindo como a principal porta de entrada para os pequenos partidos disputarem cargos e para o recrutamento de novas lideranças.

O debate realizado pela literatura sobre a importância das organizações partidárias nos municípios foca na estratégia de expansão territorial do partido com objetivos de nacionalizar suas disputas e sua organização interna. Segundo Braga, Rodrigues-Silveira e Borges (2012), a importância da organização partidária a nível local consiste na consolidação de bases mínimas para sua ampliação territorial. Os argumentos utilizados por Krause *et. al.* (2016) e Carneiro e Almeida (2008) vão no sentido de que as disputas eleitorais aos cargos municipais revelam a força da organização e que essa força auxiliaria no processo de crescimento e institucionalização das agremiações.

Segundo Ribeiro (2013), pouco se sabe sobre o grau de organização interna, dinâmicas e comportamentos dos partidos na esfera local. A ideia geral que se tem dos partidos políticos nos municípios é a de que seriam estruturas fragilizadas, com fraca organização interna, grande liberdade organizativa e pouca interferência decisória sobre assuntos importantes.

A eleição para o cargo de vereador é regulada através da legislação eleitoral, que estabelece o sistema proporcional para a ocupação das cadeiras reservadas para cada município. As regras para composição das câmaras municipais e remunerações dos

parlamentares são definidas pela Constituição Federal. A emenda constitucional nº 58 de 23 de setembro de 2009 alterou as regras de composição das câmaras municipais que apresenta uma variação de, no mínimo, 9 cadeiras para municípios com até 15 mil habitantes, e o máximo de 55 vereadores para municípios com mais de 8 milhões de habitantes. O valor máximo que pode atingir o salário dos vereadores corresponde a 70% da remuneração do deputado estadual, para municípios com mais de 500 mil habitantes. O total das despesas com remuneração dos representantes municipais não pode ultrapassar 5% da receita do município. Diferentemente do cargo proporcional, os prefeitos são eleitos pelo sistema majoritário. O candidato que obtiver a maioria dos votos válidos é eleito chefe do executivo municipal. Nos municípios com mais de duzentos mil eleitores as eleições podem ter dois turnos, caso nenhum dos candidatos tenha atingindo a maioria dos votos.

As eleições municipais geram diferentes consequências para os partidos políticos e a sua relevância apresenta variações nas estratégias de cada agremiação. A lógica das disputas locais não necessariamente está ligada com questões, pautas e padrões nacionais. Segundo Fagnello e Fernandes (2018), a configuração dos sistemas partidários locais segue uma coerência própria, pois cada município está inserido em uma realidade política com oferta partidária diferente. Ao mesmo tempo em que essa dinâmica local apresenta suas próprias características, segundo os autores, o jogo político estadual consegue influenciar, em alguma medida, dos rumos das organizações locais.

Todo esse poder de estruturação e influência nos processos eleitorais no nível municipal depende do grau de organização e importância que o partido apresenta no cenário político. Para Fagnello e Fernandes (2018), a presença de uma estrutura partidária forte é importante para que os políticos consigam influenciar as dinâmicas e decisões políticas localmente, pois essas organizações são as responsáveis pelas estratégias eleitorais e pela articulação com as elites políticas em direção aos objetivos que desejam alcançar com as eleições. Segundo Krause *et. al.* (2016), os partidos nacionais tendem a apresentar melhor desempenho e maior força organizativa nos municípios médios e grandes. Essa relação está muito associada à importância política e financeira das capitais dos grandes centros, pois elas representam as maiores concentrações eleitorais, maior circulação financeira e maior potencial de investimentos, mais visibilidade nacional e tende a apresentar maior institucionalização organizativa.

O multipartidarismo no Brasil é um aspecto bastante mobilizado nos estudos sobre o comportamento político na esfera nacional como fator que impacta o processo de institucionalização do sistema partidário e a inteligibilidade das disputas eleitorais. Na realidade local, o fenômeno do multipartidarismo pode ser ainda mais evidente. Segundo Lavareda e Telles (2016), a fragmentação do quadro partidário impacta nos custos da governabilidade e gera desgastes no processo decisório. A grande oferta de partidos nas eleições municipais dificulta a diferenciação entre as legendas, podendo confundir a escolha dos candidatos por parte do eleitorado. No mesmo sentido argumenta Kinzo quando afirma que “a intensa fragmentação e a falta de nitidez do sistema partidário fazem com que os eleitores tenham dificuldade em fixar os partidos, distingui-los e, assim, conseguir criar identidades partidárias” (2004, p. 33).

A grande oferta de partidos nas eleições municipais tende a proporcionar maior divisão do poder local, pois uma quantidade maior de partidos tem chances de conseguir uma cadeira no legislativo. Com isso, a fragmentação partidária também interfere na governabilidade e na construção da maioria na câmara municipal. A partir de estudos empíricos, Krause *et. al.* (2016) observaram uma redução na performance dos partidos tradicionais na composição partidária local, ao mesmo tempo em que os partidos¹¹ menores conquistavam maior espaço. Neste sentido, podemos considerar relativo peso e importância dos pequenos partidos políticos nesse cenário de fragmentação e governabilidade local. Em um contexto de ampla disputa e divisão, uma cadeira no legislativo pode significar grande poder de barganha, aumentando os custos de negociação na relação entre executivo e legislativo (Krause *et. al.*, 2016; Lavareda e Telles, 2016).

A estruturação do quadro partidário local se caracteriza por grande variedade de siglas que se diferenciam em função dos programas, estruturas, organização e tamanho. Estudos realizados por Krause *et. al.* (2016) apresentam evidências de que essa fragmentação partidária no nível local influencia as disputas nacionais. Essa relação pode ser explicada justamente a partir da organização, mobilização e das estratégias de expansão adotadas pelos partidos. A força organizativa das legendas e a construção de suas bases eleitorais são fundamentais para o processo de nacionalização dos cargos e atuação dos partidos (Krause *et. al.*, 2016; Lavareda e Telles, 2016).

¹¹ O tamanho do partido pode ser visto a partir de vários aspectos como tamanho da bancada nacional, número de filiados, quantidade de cargos conquistados.

No levantamento sobre a estruturação dos principais partidos no território nacional Braga, Rodrigues-Silveira e Borges (2012) identificaram padrões e perfis diferentes de organização entre os partidos grandes, médios e pequenos. Os grandes partidos apresentavam um padrão de crescimento com grande quantidade de filiados e rápida expansão desses filiados pelo território nacional. Já os partidos médios e pequenos apresentam um processo de crescimento diferente: aumentam seu número de filiados conforme ampliam sua abrangência espacial. Essa diferença no processo de expansão identificada entre os partidos mostra que as estratégias impactam diretamente na forma como os partidos estão organizados localmente.

A grande oferta de partidos, a competição eleitoral e a forma como os partidos estão organizados são fatores que impactam outro fenômeno importante na dinâmica política local, a migração partidária. Segundo Faganello e Fernandes (2018) esses fatores influenciam as estratégias e padrões de migrações no nível local. Os autores mostram que os padrões de migrações nos municípios tendem a apresentar maior volatilidade por causa da dinâmica de competição das eleições municipais e da oferta de candidaturas nesta esfera.

As migrações partidárias na esfera local apresentam as mesmas motivações observadas em estudos sobre migração nacional (Melo, 2004; Freitas, 2008). Esse fenômeno seria resultado da fragilidade dos laços entre o partido e os membros da organização e da busca dos políticos por posições que lhes conferissem maiores chances de sucesso e maiores recursos eleitorais. Nesse sentido, a mudança de partido no cenário local consistiria, também, em uma ação estratégica que traria benefícios para o político e o partido que recebe o político. A força organizacional que o partido apresenta no município se torna um aspecto importante para o fortalecimento dos laços políticos, para a articulação política e para o bom desempenho eleitoral (Faganello e Fernandes, 2018).

Faganello e Fernandes (2018) identificaram fatores ideológicos nos padrões de migrações. Observaram que os partidos tidos como de esquerda apresentam políticos mais fiéis às suas organizações. Outro fator que impactou as taxas de migrações foi a oferta de partidos na região e nos municípios: em locais com menor oferta de legendas os candidatos tendem a permanecer nos partidos de origem.

De maneira geral, os partidos e as disputas eleitorais têm sua importância reduzida quando comparados às disputas e aos partidos em outros níveis. O estudo realizado por Carneiro e Almeida (2008) busca entender como as disputas eleitorais nos municípios

articulam e influenciam as dinâmicas políticas estaduais e nacional. Os autores trabalham com a hipótese de que a coordenação realizada pelos partidos nas disputas locais consegue produzir efeitos nas eleições subsequentes para as disputas de cargos estaduais e nacional. As contribuições empíricas resultantes deste trabalho permitem conferir maior importância às organizações partidárias na esfera local, já que os autores mostram que a organização dos partidos e as disputas eleitorais nas quais eles estão inseridos impactam o processo de expansão e crescimento desses mesmos partidos. Neste sentido, os autores chegam à conclusão de que podemos identificar uma coordenação política realizada pelos partidos nas três esferas e que a arena política municipal não pode ser considerada um ambiente isolado das outras dinâmicas.

Os estudos sobre as estruturas de decisão interna dos partidos brasileiros e a relação dessas agremiações com seus filiados não são muito numerosos. Ribeiro (2013) realizou uma análise de documentos, estatutos e regimentos das quatro¹² maiores agremiações brasileiras, tentando comparar as estruturas decisórias a partir de duas perspectivas. A primeira seria o grau de inclusividade dos partidos, que seria a capacidade das esferas inferiores e dos filiados influenciarem as decisões. A segunda está relacionada ao grau de centralização, que investiga a relação entre os três níveis de organização dos partidos e o poder de influência de instâncias inferiores nos órgãos superiores. O autor chegou à conclusão de que as organizações locais e estaduais dos partidos não são completamente independentes. As alterações na legislação incentivaram algumas modificações internas desses partidos, produzindo maior centralização e articulação interna entre os três níveis. O PT continua apresentando as estruturas mais inclusivas com competições internas mais institucionalizadas, comparado aos outros partidos analisados.

Esses fatores organizativos e estratégicos podem dizer muito sobre o desempenho e a dinâmica dos partidos nos municípios. Não podemos esperar que os partidos políticos e seus membros tenham o mesmo desempenho e as mesmas condutas com toda essa diversidade de fatores existentes. Os partidos apresentam padrões de expansão, estrutura organizativa, tamanhos e estratégias diferentes. Segundo os argumentos mobilizados a partir dos estudos empíricos na esfera local, podemos argumentar que os partidos que apresentam seu foco de investimento eleitoral e melhor estruturação partidária no município tendem a apresentar

¹² PMDB, PSDB, PT e DEM.

maior força e relevância política e vida partidária mais densa. Neste sentido, esses fatores contextuais são importantes para explorar nossa questão de partida e verificar nossa hipótese de que existe variação no grau de coesão entre vereadores de diferentes partidos em municípios de diferente porte.

3.3 A Relação entre executivo e legislativo

A importância e as funções dos poderes legislativo e executivo no regime político são bastante difundidas no seu sentido puro, segundo o qual um poder é responsável pela elaboração e pela aprovação das leis e o outro pela sua execução. O sistema federal brasileiro estabelece essa estrutura de governo nos três níveis da federação. O funcionamento de um governo depende diretamente das atribuições e conexões entre os dois poderes, ou seja, os vereadores e prefeitos precisam estar interligados para o exercício do poder municipal (Couto, 1998). Embora tenha aumentado o número de estudos sobre a relação entre esses dois poderes nas instâncias nacional e estadual, as evidências sobre a esfera municipal ainda são insuficientes (Lopez, 2004).

O jogo político no município está centrado nas relações estabelecidas entre esses dois poderes. O executivo apresenta as prerrogativas administrativas para implementar as políticas do governo e propor um conjunto de agendas, enquanto o parlamento fica responsável pela aprovação e fiscalização das ações. Esse apoio legislativo do qual o executivo depende pode ser conquistado de inúmeras maneiras dependendo da forma e da relação construída entre os poderes. Segundo Couto (1998), essas negociações podem ser estabelecidas de forma estável, por meio da construção de coalizões do governo e da oposição. Ou essas negociações podem apresentar um caráter mais instável, na qual o prefeito faz a opção por negociações pontuais de forma mais individualizada.

As duas formas de relação entre o executivo e o legislativo são válidas e tendem a acontecer nas diversas realidades locais; a diferença entre elas são os custos de negociação e a estabilidade produzida no processo. Para os objetivos da presente dissertação, interessa o que os estudos dizem sobre o papel dos partidos políticos neste processo. Segundo Couto (1998),

a construção de apoio político através de coalizões geralmente é estabelecida a partir de um programa comum entre os partidos, que apresentariam um relativo acordo em relação às pautas e políticas que devem ser votadas ao longo do mandato. Esse padrão de relacionamento gera maior estabilidade e menores custos de negociação em comparação ao método de barganha alocativa. Esta segunda forma de negociação entre os parlamentares e o prefeito apresenta uma troca mais explícita. O vereador oferece seu apoio político, tendo como contrapartida, por exemplo, ações do governo em benefícios da sua base eleitoral.

Estudos que analisam a construção de maiorias no governo municipal identificam, pelo menos, dois padrões de negociação de apoio entre o executivo e legislativo. A forma como essa relação é estabelecida depende do cenário e dos fatores presentes nos municípios. Segundo Lavareda e Telles (2016), a grande fragmentação partidária dificulta essa negociação e a governabilidade. Segundo Avelino Filho (1994), as negociações entre o prefeito e os vereadores geralmente são estabelecidas de forma individualizada através da troca de benefícios desagregados.

As evidências encontradas nos estudos de Praça e Garcia (2011) seguem o mesmo caminho, revelando que as negociações fisiológicas explicam boa parte das relações no ambiente municipal. Essa relação é estabelecida de forma individualizada e os partidos apresentam pouca importância na formação dos governos em municípios médios e pequenos. Neste contexto, a distribuição de secretarias feita pelo executivo não apresenta relações com o tamanho da bancada obtida pelo partido na câmara, nem proximidade ideológica. Nos municípios grandes essa relação política tende a apresentar outra configuração. Os partidos apresentam relevância na construção das coalizões de governo, o apoio envolve o desempenho eleitoral dos partidos, a partir da quantidade de cadeiras conquistadas pela legenda. A proximidade ideológica em relação ao partido do prefeito também parece ser um fator importante para a construção das coalizões (Praça e Garcia, 2011). Este achado converge com uma de nossas hipóteses segundo a qual o nível de coesão entre os vereadores de um mesmo partido seria afetada pelo tamanho do município.

A representação política no nível municipal representada pela atuação dos vereadores apresenta um papel muito importante nas relações políticas estabelecidas no município. Segundo Lopez (2004), a relação estabelecida entre o executivo e o legislativo só se torna compreensível a partir das atividades e do papel desempenhados pelos vereadores. A função

de intermediação exercida pelos vereadores na tentativa de atendimento das demandas do cotidiano da população estimula o executivo, através das secretarias, a melhorar e oferecer serviços públicos à população. Com isso, a relação entre as duas partes é estabelecida. Segundo Kerbauy (2000), as câmaras municipais atuam no processo de legitimação das normas institucionais do município e exerce a função de mediação entre a população e os representantes legais da cidade. Com isso, a política local se configura enquanto a representação mais próxima do eleitorado.

O vereador é um relevante mediador entre demandas dos cidadãos e o poder público. Considerar a relevância desse papel e seus efeitos positivos é fundamental nas discussões sobre formas de qualificar a democracia no nível local (LOPEZ, 2014, p. 187).

A partir de análises sobre o comportamento de vereadores da câmara municipal de Araraquara (SP), das legislaturas de 1997 a 2008, Silva (2014) classifica os vereadores de acordo com as principais funções estabelecidas em regimento e desempenhadas no exercício do mandato. Segundo o autor, as atividades nas quais os vereadores ficam concentrados são legislativa, julgadora, administrativa e fiscalizadora. Neste mesmo estudo, o autor trabalha com a hipótese de que as indicações apresentadas pelos vereadores receberiam tratamento diferenciado em função da posição política. No entanto, não foi observado um tratamento desigual entre governo e oposição. O autor percebeu um comportamento diferenciado no uso dos requerimentos entre vereadores do governo, que utilizaram de maneira protocolar, enquanto a oposição usava este recurso como ferramenta de controle e fiscalização do executivo.

As funções de legislação e fiscalização são as atividades que mais facilmente são relacionadas ao legislativo e consistem na tarefa de produção de projeto de lei, decretos e emendas à lei orgânica do município. O papel de fiscalização compreende o trabalho de aprovar ou recusar a prestação de contas do governo, garantindo o cumprimento da legislação em vigor. A função julgadora só é exercida em casos de infrações administrativas, quando o prefeito ou o vice-prefeito cometem crimes no exercício do mandato. As atividades classificadas como organizativas estão relacionadas aos assuntos internos à câmara municipal que garantem o funcionamento e os serviços oferecidos pela instituição (Silva, 2014).

Os entraves constitucionais impactam diretamente as ações dos vereadores, pois limitam a capacidade desses atores de legislar sobre vários assuntos. Com isso, a função

fiscalizadora se torna uma das mais constantes na dinâmica legislativa (Lopez e Almeida, 2014). Segundo os autores, os vereadores são peças fundamentais de informação sobre a política local e suas atividades podem apresentar características mais universalistas ou clientelistas. Esta proximidade do legislativo com a população possibilita o exercício de mediação com a prefeitura para o atendimento das demandas dos eleitores de acesso a serviços público e para a solução de problemas. Para isso, os vereadores fazem uso de instrumentos institucionais mais conhecidos como indicações e requerimentos.

As indicações funcionam como ferramenta legislativa encaminhada para órgãos do executivo formalizando sugestões, demandas de serviços e infraestrutura, solicitação de atendimento e reparos vindos da população. Os requerimentos consistem em procedimentos do legislativo que solicitam aos responsáveis técnicos e servidores da prefeitura esclarecimento formais e informações com o objetivo de fiscalizar as ações da administração municipal (Silva ,2014).

No seu estudo empírico sobre o particularismo político, Lopez (2014) produziu descrições sobre a representação no nível municipal que corroboram os achados de Silva (2014). Segundo seus dados, os vereadores consomem mais tempo com as atividades institucionais. A fiscalização do executivo consiste na atividade parlamentar que funciona como canal de reclamação da população sobre deficiências dos serviços públicos prestados pela prefeitura. Com isso, os autores contribuem para problematizar a noção de que as atividades dos vereadores estariam fundadas totalmente na informalidade.

Segundo Silva (2014), essas ferramentas atuam na relação direta entre os poderes executivo e legislativo, configurando um modelo prático das relações políticas no município. As indicações constituem uma parte significativa da produção legislativa formal dos vereadores, caracterizando um importante mecanismo para compreensão da política praticada no nível local. Esse mecanismo legislativo simboliza o papel representativo de relatar as demandas e pedidos da população (D'Avila Filho; Jorge; Lima, 2014).

Ela é reveladora dos principais papéis que o vereador desempenha no sistema político local, em particular se consideramos a importância dos dois recursos legislativos formais, quais sejam, as indicações legislativas e os requerimentos de informação (ALMEIDA; LOPEZ, 2014, p.181).

A lógica que está relacionada ao uso dessas ferramentas segundo D’Avila Filho, Jorge e Lima (2014) consiste em controlar algum recurso de poder político e decisório para manutenção do cargo ocupado. Os vereadores utilizam das indicações como estratégia para mostrar sua atuação parlamentar. Segundo os autores, existem importantes variações no comportamento dos vereadores com o uso das indicações; eles direcionam essas solicitações para regiões e lugares que mais precisam de equipamentos e melhorias nos serviços públicos. A hipótese dos autores é a de que os parlamentares direcionam prioritariamente esses benefícios para localidades que apresentam alguma importância política.

Este estudo foi realizado com 42 vereadores da cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de identificar os padrões de emissão das indicações legislativas. Segundo os autores, a prática política desses vereadores apresenta uma grande diversidade e suas ações tinham o objetivo de preservar e conquistar novos eleitores e tirar votos dos concorrentes para conseguir a recondução do mandato. As indicações solicitadas ao executivo abrangem uma grande diversidade de pedidos, que vão de pequenos reparos na manutenção à construção de praças e creches. No entanto, os autores não identificaram evidências de que o uso dessas indicações aumentou as chances eleitorais (D’Avila Filho; Jorge; Lima, 2014).

Ampliando as discussões sobre a atuação e as funções desempenhadas pelos legisladores municipais, Rocha e Silva (2017) analisaram os mecanismos mais utilizados pelos vereadores para o atendimento das demandas e pedidos de seus eleitores. Os autores observaram um papel relevante desses representantes e um uso recorrente de ferramentas institucionais nas atividades desenvolvidas nas câmaras municipais (Rocha e Silva, 2017).

Em uma análise descritiva dos dados¹³ Rocha e Silva (2017) mostraram que as duas funções mais importantes assinaladas pelos vereadores foram solucionar os problemas do município e fiscalizar o prefeito, respectivamente. A conclusão apresentada pelos autores é a de que os vereadores podem apresentar uma função relevante no atendimento dos pedidos e solução dos problemas da comunidade, ao mesmo tempo em que desempenham a função de mediadores dos interesses da população com a prefeitura. Esse comportamento pode ser uma ferramenta para a manutenção dos vínculos com eleitores e para responder aos pedidos por um caminho institucional. No entanto, os autores restringem as observações ao contexto da amostra analisada, não sendo possível fazer inferências para todos os vereadores brasileiros.

¹³ Os dados utilizados pelos autores são resultantes do mesmo *survey* que será utilizado na presente dissertação.

No desempenho da sua função de representante político municipal, os vereadores acabam se diferenciando na forma de agir e conduzir as solicitações e demandas recebidas por parte da população. Neste sentido, Almeida e Lopez (2014) classificaram os vereadores em pelo menos três tipos, considerando algumas características e opiniões sobre essa função.

- A) Legislador:** Vereador que se dedica principalmente à atividade institucional e que não gostaria de se dedicar a outra atividade. Sua reação diante de pedidos particulares dos eleitores é de ou encaminhá-los ao órgão responsável ou atender apenas excepcionalmente. **B) Captador:** Vereador que se dedica principalmente à captação de recursos públicos com o objetivo de atender pedidos coletivos. Eventualmente, as atividades institucionais também figuram entre as que mais tomam seu tempo ou às quais ele gostaria de se dedicar. Mas o atendimento sistemático de pedidos particulares não figura entre estas atividades. **C) Assistencialista:** Vereador que recebe e atende sistematicamente pedidos particulares. (Lopez e Almeida, 2014, p.174-175).

Um estudo sobre o legislativo municipal realizado por Kerbauy (2005) analisa as características sociais e partidárias das legislaturas municipais de 1996, 2000 e 2004, procurando traçar o perfil dos presidentes das câmaras municipais e as diferentes percepções sobre o poder decisório nos municípios. Para isso, foram examinadas as opiniões dos legisladores e prefeitos de alguns municípios dos estados de São Paulo e Santa Catarina. Foi constatado um perfil predominantemente masculino seguindo a tendência das casas legislativas estaduais e da Câmara dos Deputados. O nível educacional dos vereadores consiste, em sua maioria, de ensino médio completo, mas, entre as mulheres, o grau de instrução é um pouco maior quando comparado ao dos homens. A maior concentração de idade dos representantes está entre as faixas de 30 a 50 anos. Eles se dividem em variadas ocupações sociais como trabalhadores rurais, profissionais liberais, servidores públicos, autônomos, trabalhadores do comércio, indústria e serviços

Em um outro estudo sobre câmaras municipais brasileiras, Kerbauy (2008) analisou quarenta e dois municípios do estado de São Paulo, dezenove municípios de Santa Catarina e doze de Alagoas com o objetivo de identificar a importância dos partidos políticos na esfera local, eleitoral e o impacto no comportamento legislativo. Segundo a autora, a falta de importância conferida às organizações e lideranças partidárias na esfera local está relacionada ao poder desempenhado pelo executivo sobre o legislativo que individualiza as negociações para garantir aprovação. A utilização dos recursos de patronagem e práticas clientelistas garantem o controle dos vereadores e a aprovação dos projetos na câmara.

Segundo Kerbauy (2008), as coligações são elementos importantes na estruturação do comportamento dos membros do legislativo municipal. Elas são estabelecidas sem compromissos partidários e utilizadas estrategicamente para construir maioria na câmara municipal, fortalecer a chapa majoritária e conduzir os interesses partidários estaduais. Para que as organizações partidárias tenham esse desempenho na arena eleitoral e governamental, a organização partidária se torna fundamental.

Essas visões distintas em relação a importância das organizações partidárias na esfera local reforçam a importância dos elementos contextuais, demográficos e organizacionais dos partidos. Existem realidades nas quais os partidos não desempenham papel determinante na construção de maiorias e negociações. No entanto, existem outros contextos municipais que as características políticas e o desempenho eleitoral das organizações partidárias são parâmetros para as negociações entre os poderes e a construção da maioria na câmara.

Esta dissertação não pretende focalizar a produção legislativa dos vereadores ou as relações entre Executivo e Legislativo no nível municipal. A discussão anterior em torno de alguns estudos sobre partidos e vereadores no nível municipal teve como objetivo chamar a atenção para dois pontos. Primeiro, para a importância das câmaras municipais e dos vereadores enquanto agentes representativos no município. Segundo, para a diversidade de estratégias e comportamentos dos vereadores, seja na sua relação com os eleitores, seja na sua relação com o prefeito. Essas evidências sugerem a impropriedade de se fazer afirmações generalizantes sobre a política, os partidos e os vereadores do nível municipal e mostram que há uma série de fatores que podem produzir variações nas percepções, no comportamento e nos resultados políticos.

Os partidos políticos brasileiros estão inseridos em uma realidade que não favorece uma visão positiva em relação às suas funções e importância na prática política. As variáveis institucionais e a legislação impactam a construção dessa primeira ideia das organizações, que seriam organizações frágeis, sem raízes sólidas na sociedade, sem identidade, pouco coesas e disciplinadas. Apesar dessa visão já ter sido confrontada por estudos que mostraram a importância dos partidos na arena parlamentar em nível nacional, os partidos na esfera local ainda estão muito associados à uma ideia de precariedade, irrelevância e disfuncionalidade.

Estudos empíricos recentes mostram a grande dificuldade em realizar generalizações sobre a realidade política local, comportamento e padrões da dinâmica municipal. Isso se deve

à enorme diversidade de realidades e contextos políticos que constroem situações que não permitem certas afirmações. Entretanto, tem crescido a quantidade de pesquisas que mostram a importância da política local e dos partidos no cenário político como um todo.

Capítulo 4. Metodologia e análise dos dados

4.1 Hipóteses e técnicas para medir a coesão dos vereadores

Na presente pesquisa pretendemos, a partir da análise dos dados produzidos por meio de um *survey*, responder a algumas perguntas. Os partidos orientam as percepções, opiniões e atitudes dos vereadores mineiros? Existe coesão entre vereadores do mesmo partido? Os vereadores se diferenciam em função dos partidos a que pertencem e da família ideológica? Como se diferenciam? É possível encontrar variação no grau de coesão entre os partidos? Quais partidos são mais coesos? Quais são menos coesos? Há variações nos graus de coesão em função do porte do município?

Estudos sobre a realidade local apresentam grande diversidade em suas conclusões relacionadas ao processo eleitoral, aos sistemas partidários, às relações entre os poderes executivo e legislativo, entre outros fatores, que demandam pesquisas e abordagens atentas às peculiaridades e condições locais.

Trabalhamos com a hipótese geral de que as estruturas partidárias importam no nível municipal e são capazes, em alguma medida, de conformar as percepções, opiniões e atitudes dos vereadores. O processo de redemocratização do Estado brasileiro conferiu novas funções e atribuições aos governos locais, proporcionando mais autonomia política e administrativa (Kerbaui, 2000; 2008; Lopez e Almeida, 2014). A interferência do poder legislativo na dinâmica política municipal fica a cargo dos vereadores que exercem a função de fiscalizar o Poder Executivo e realizar mediações entre a população e a prefeitura com o objetivo de solucionar os problemas dos eleitores (Kerbaui, 2000; Silva, 2014).

Os partidos políticos são as organizações responsáveis pela estruturação da competição eleitoral e se configuram em alguns casos como peças fundamentais para a construção de apoio político, através das coligações para as eleições majoritárias e, posteriormente, para a sustentação do governo na câmara municipal (Souza, 2002; 2004). No entanto, segundo Avelino Filho (1994) a relação entre o executivo e o legislativo para a construção da governabilidade é estabelecida de forma individual, sem a participação dos partidos políticos. As organizações tendem a apresentar uma importância maior no processo de negociação nos municípios grandes. Neste contexto, o poder de barganha dos partidos políticos tende a aumentar de acordo com o número de cadeiras conquistadas na câmara

municipal (Praça e Garcia, 2011). A importância que pretendemos verificar com essa pesquisa é mais no sentido organizativo. Ou seja, qual a importância que os vereadores conferem aos seus partidos? Os vínculos com a organização são fortes ou fracos? O tempo que o vereador se encontra filiado à organização é uma medida que acreditamos que possa explicar a força desse vínculo e pode sugerir maior valorização e congruência com o grupo.

Nossa primeira hipótese é a de que a coesão varia entre os vereadores, sendo afetada pelo tempo de filiação ao partido. Nos estudos sobre migração partidária desenvolvidos por Melo (2004), foi verificado que deputados com mais de oito anos de filiação apresentavam quatro vezes menos chances de mudar de partido, quando comparado a políticos com menor tempo de filiação. Da mesma forma que o tempo de filiação favorece a fidelidade partidária, acreditamos que ele favorece a coesão. Com isso, supomos que quanto maior o tempo de filiação, maior será o grau de valorização do partido. Vereadores com maior tempo de filiação tenderiam a convergir mais em suas percepções, atitudes e opiniões em razão das ligações com os processos de socialização partidária e aos vínculos e incentivos distribuído pelos partidos (Santos, 2001; Dalton et al, 2003; Panebianco, 2005).

Também sustentamos a hipótese de que existe variação no grau de coesão entre os partidos políticos, com os de esquerda tendendo a ser mais coesos do que os de direita. Essa hipótese pode ser explicada através das diferenças existentes nos padrões de recrutamento entre os partidos que pertencem aos campos ideológicos da esquerda e da direita, como sugerido por Marengo e Serna (2007). Segundo os autores, os partidos apresentam estratégias diferentes que interferem na construção das carreiras políticas. A disponibilização de recursos políticos eleitorais para campanhas políticas, por exemplo, varia de acordo com o perfil social e profissional. Essa diferença altera a capacidade de mobilizar recursos e pode determinar o nível de dependência do membro em relação ao partido para dar continuidade na carreira política.

Os partidos de esquerda apresentam uma composição partidária na qual tenderia a predominar os profissionais do setor público, assalariados de classe média, sindicalistas e lideranças de movimentos que apresentam maior dependência em relação aos recursos e estruturas partidárias para suas carreiras políticas. Já o padrão dos partidos localizados mais à direita seria diferente. Seus filiados são, em sua maioria, empresários, proprietários rurais e profissionais liberais que possuem maiores recursos financeiros e posições de destaque social, o que favorece um comportamento mais independente dos partidos e, logo, mais

personalizado. Com isso, espera-se encontrar um perfil mais partidário e coeso entre os vereadores de partidos mais à esquerda. Em contrapartida esperamos um perfil menos partidário com opiniões mais distantes entre os vereadores dos partidos de direita.

Nossa terceira hipótese é a de que a coesão também varia em função do tamanho/porte do município. Haveria uma relação positiva entre porte e coesão: quanto maior o município, maior o grau de coesão partidária entre os vereadores. Segundo a literatura especializada (Duverger, 1980; Panebianco, 2005; Dalton *et al*, 2003), o grau de coesão está relacionado a um conjunto de fatores associado às estruturas partidárias e ao processo de socialização que elas proporcionam aos seus membros. Neste sentido, diferentes padrões de socialização teriam diferentes impactos sobre o grau de coesão no que se refere às opiniões, percepções e comportamento dos filiados.

Os benefícios e atividades oferecidas aos membros em troca de participação, formação e socialização interna são elementos que produzem diferenciação e impactam os níveis de coesão entre os partidos. Com o aumento do tamanho dos municípios espera-se que os partidos apresentem maior organização partidária, uma estrutura mais contínua, institucionalizada e profissionalizada com maior oferta de atividades partidárias e oportunidades de socialização entre seus membros. Espera-se maior continuidade da vida partidária fora dos períodos eleitorais.

Dois fatores nos sugerem que os municípios médios e grandes apresentam maior grau de atividade partidária comparados aos pequenos. O primeiro remonta ao impacto das estratégias dos projetos de nacionalização dos partidos políticos, que priorizam disputas em locais com maior concentração de eleitores, maior acesso ao capital econômico e visibilidade nacional (Borges, 2015). O segundo remete à relação entre a intensidade de ação dos partidos e o grau de organização das organizações na esfera local, como apresentado por Melo (2011; 2015). Com isso, esperamos um grau maior de coesão entre os vereadores de municípios maiores, quando comparados aos municípios de menor porte.

Nossa hipótese relacionada ao porte dos municípios, assim como as anteriores, está norteada pelos parâmetros organizativos. Os partidos políticos apresentam várias estratégias e objetivos no processo de expansão. A forma como são estruturadas as organizações e os municípios nos quais os partidos fazem os maiores investimentos são fatores importantes que, de alguma maneira, impactam os fenômenos que estamos analisando.

Por outro lado, os municípios médios e grandes tendem a apresentar uma composição social mais diversificada, disputas mais complexas, número maior de partidos organizados, mais atores envolvidos nas dinâmicas políticas, entre outros fatores. Essas questões nos induziriam a esperar um comportamento menos coeso, devido às pressões externas. Optamos operar com a primeira hipótese – de que a coesão é maior nos municípios médios e grandes – apesar de reconhecer a razoabilidade da hipótese rival.

Para verificar nossas hipóteses, criamos medidas para mensurar o grau de coesão entre as opiniões dos vereadores com relação a quatro dimensões: (1) autotransclassificação ideológica dos vereadores e de seus respectivos partidos políticos; (2) nível de partidarismo, isto é, o valor e a importância que os vereadores atribuem aos partidos políticos; (3) percepções sobre as relações e a atuação do Estado e do mercado na economia; e (4) percepções sobre questões polêmicas da agenda pública brasileira, como redução da maioria penal e descriminalização do aborto.

Na primeira dimensão, sobre classificação ideológica, utilizamos duas¹⁴ questões do questionário¹⁵. Em uma delas, os vereadores se autotransclassificaram ideologicamente; na outra, os vereadores classificaram seus respectivos partidos. Para definir a coesão em relação a essa dimensão, calculamos o desvio padrão por partido político para as duas variáveis. Posteriormente, tomamos uma média desses valores para a produção de uma medida que permita a comparação entre os partidos em relação ao grau de coesão para classificação ideológica.

Também buscamos identificar o campo ideológico nos quais os partidos e vereadores foram posicionados e, posteriormente, realizar a comparação entre essa classificação e o posicionamento feito pela literatura especializada. Cada categoria foi ponderada¹⁶ por um valor inteiro de 1 a 5, correspondendo às alternativas do questionário. Estabelecidos os pesos, obtemos uma média em cada uma das duas questões, dividindo a soma das respostas ponderadas pelo total de vereadores dado o partido. Por fim, calculamos uma “média das

¹⁴ Levando em conta as suas ideias políticas, o (a) Sr (a) se considera de: A. Esquerda; B. Centro-esquerda; C. Centro; D. Centro-direita; E. Direita. Considerando as ideias e programas defendidos por seu partido, o (a) Sr (a) considera que é um partido de: A. Esquerda; B. Centro-esquerda; C. Centro; D. Centro-direita; E. Direita

¹⁶ Esquerda (peso 1); centro – esquerda (peso 2); centro (peso 3); centro-direita (peso 4); direita (peso 5).

médias” para constituir nosso índice de autoclassificação ideológica, o qual estará sempre entre 1 (autoclassificação mais à esquerda possível) e 5 (mais à direita).

Na segunda dimensão trabalhamos a percepção sobre o partidarismo. Criamos um índice a partir de oito questões, todas convertidas em variáveis categóricas, que mensuravam a importância e o valor que os vereadores atribuíam aos partidos políticos. Ao contrário da dimensão anterior, construímos um único índice combinando todas as oito variáveis, visto que o número de categorias era distinto entre elas e cada variável mensurava um aspecto bastante específico dentro desta dimensão. Para a construção desse índice, a categoria indicadora do menor nível de partidarismo recebeu o valor 0, e a maior, o valor 1. Na variável que possuía quatro¹⁷ categorias em escalas, elas receberam os valores 0, $\frac{1}{3}$, $\frac{2}{3}$ e 1, em ordem crescente de nível de partidarismo. No cálculo final do índice, as pontuações foram somadas e divididas pelo total de questões, portanto, sempre variando de 0 a 1. Assim, quanto maior o índice, maior é a importância dada ao partido pelo vereador.

Quadro 2: Questões e métodos utilizados para construção do índice de partidarismo

1	<p>Na opinião do (a) Sr(a), para disputar as eleições:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Os candidatos devem ser obrigados a se filiar a um partido político; ou 2. Os candidatos não deveriam ser obrigados a se filiar a um partido. 	<p>Os vereadores que responderam a alternativa 1 receberam o valor 1, os que responderam a alternativa 2, o valor 0.</p>
2	<p>Na sua última eleição, qual dos seguintes apoios foi o mais importante para conseguir votos? E em segundo lugar?</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Do seu partido; 2. De deputados da sua região; 3. Do prefeito em exercício à época; 4. De um candidato a prefeito; 5. De líderes empresariais; 6. De líderes ou grupos religiosos; 7. De movimentos sociais, associações ou sindicatos; 8. De familiares e amigos; 	<p>Os vereadores que responderam a alternativa 1 receberam o valor 1, os que responderam qualquer outra alternativa, o valor 0.</p>

¹⁷ Variável que perguntava o nível de confiança nos partidos políticos: confia muito, confia mais ou menos, confia pouco ou não confia.

3	<p>Para sua última campanha eleitoral, qual foi a principal fonte de financiamento?</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Recursos do partido ou coligação. 2. Recursos próprios ou da família. 3. Doações de pessoas físicas OU 4. Doações de empresas. 5. (NÃO LER) – Não teve nenhum financiamento 	<p>Os vereadores que responderam a alternativa 1 receberam o valor 1, os que responderam qualquer outra alternativa, o valor 0.</p>
4	<p>Na sua atuação como vereador(a) para qual função o(a) Sr.(a) dá mais importância? E em segundo lugar?</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Elaborar leis; 2. Resolver os problemas do seu município; 3. Resolver os problemas de seu bairro, distrito ou região; 4. Fiscalizar a atuação do prefeito do seu município; 5. Defender os interesses do seu partido; 6. Propor emendas ao orçamento municipal; 	<p>Os vereadores que responderam a alternativa 5 receberam o valor 1, os que responderam qualquer outra alternativa, o valor 0.</p>
5	<p>Vamos falar agora sobre o grau de confiança do(a) Sr.(a) em algumas instituições brasileiras. Gostaria de saber se o(a) Sr.(a) confia muito, confia mais ou menos, confia pouco ou não confia:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Nos Partidos Políticos; 	<p>As quatro categorias de respostas (confia muito, confia mais ou menos, confia pouco ou não confia) receberam os valores 0, $\frac{1}{3}$, $\frac{2}{3}$ e 1. Quanto maior a confiança, maior o valor atribuído.</p>
6	<p>Neste mandato, o(a) Sr.(a) representa principalmente os interesses:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Dos eleitores de seu partido 2. Dos eleitores de seu bairro, distrito ou região 3. De determinado grupo social, religioso, econômico de seu município. 4. (Não ler) - De toda população de seu município. 	<p>Os vereadores que responderam a alternativa 1 receberam o valor 1, os que responderam qualquer outra alternativa, o valor 0.</p>
7	<p>Sobre mudança de partido, com qual das seguintes afirmações o(a) Sr(a) concorda mais ?</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Os vereadores que mudam de partido devem perder o mandato; ou 2. Os vereadores devem ter direito de mudar de partido quando acharem necessário. 3. (Não ler) – Depende dos motivos da mudança 	<p>Os vereadores que responderam a alternativa 1 receberam o valor 1, os que responderam qualquer outra alternativa, o valor 0.</p>
8	<p>Em sua opinião, na eleição de vereadores e deputados, o eleitor deveria:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Votar diretamente no candidato; 2. Votar somente no partido, em uma lista de candidatos apresentada por ele 	<p>Os vereadores que responderam a alternativa 1 receberam o valor 0, os que responderam a alternativa 2, o valor 1.</p>

Fonte: Elaboração própria

A terceira e quarta dimensão tratam, respectivamente, das questões associadas às relações estabelecidas entre Estado e mercado e a pautas consideradas polêmicas na agenda pública. Para mensurar o grau de coesão das respostas sobre esses temas, em cada variável tomamos a diferença entre a proporção de vereadores que responderam de maneira favorável às afirmações contidas em cada questão e a proporção que respondeu de maneira contrária, resultando em um índice que varia de -1 a 1.

Algumas questões dessas dimensões apresentam sentidos contrários que poderiam interferir quando essas variáveis fossem somadas para produção das médias finais por partido. Para isso, cada variável que apresenta a ideia favorável à maior intervenção do Estado na economia, na terceira dimensão, e questões favoráveis a um menor punitivismo do Estado em relação a direitos individuais, na quarta dimensão, foram multiplicados por -1. Por fim, é tomado o valor absoluto da média dos índices nas variáveis correspondentes a cada dimensão. Quanto mais próximo de 1, maior a coesão dentro do partido para a dimensão, e quanto mais próximo de 0, menor a coesão.

4.2 Os vereadores e os municípios analisados

Nosso objeto de análise consiste nas opiniões declaradas dos vereadores que participaram de um *survey* no qual foram entrevistados 422 vereadores eleitos em 2012 para o período de 2013-2016, de 44 municípios de todas as dez macrorregiões de planejamento de Minas Gerais, entre os dias 23 de fevereiro a 27 de novembro de 2015. Não se trata de uma amostra representativa, logo ela não permite realizar inferências para o conjunto dos vereadores mineiros ou brasileiros. As entrevistas foram realizadas no contexto da pesquisa “Representação política no nível municipal no Brasil” desenvolvida no âmbito do Núcleo de Estudos sobre Política Local (NEPOL) vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora.

A amostra de vereadores foi selecionada com o uso de duas variáveis para estratificação: porte do município (número de habitantes) e grau de pobreza. A definição de porte considerou os critérios do IBGE com base nos dados do Censo de 2010, segundo o qual são considerados municípios pequenos aqueles com até vinte mil habitantes; médios os que apresentam mais de vinte mil até cem mil habitantes; e grandes os que possuem mais de cem

mil habitantes. Já o grau de pobreza se baseou na proporção de pobres segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano (2013). Foram consideradas três categorias: até 20% de pobres, mais de 20% a 40% de pobres, mais de 40% de pobres.¹⁸

Para fins desta dissertação, optamos por selecionar dentro da amostra inicial os dez partidos mais frequentes, não necessariamente aqueles com melhor desempenho em MG e no Brasil nas eleições de 2012. Com isso, os dez partidos selecionados para a análise foram PSDB, PT, PMDB, DEM, PTB, PP, PR, PDT, PSB e PV. Juntos, eles representam 74,9% da amostra inicial e totalizam 316 vereadores.

O segundo recorte foi baseado no porte do município. Separamos os municípios pequenos dos municípios médios e grandes formando, assim, dois grupos. Considerando apenas os municípios pequenos¹⁹ (de 0 a 20 mil habitantes), temos um total de 251 vereadores entrevistados, dos quais 207 pertenciam a um dos dez partidos mais frequentes na amostra inicial. Restringimos nossa análise a estes vereadores neste porte de município.

Já nos municípios médios e grandes²⁰ (com mais de 20 mil habitantes), há 171 vereadores no total, dos quais 109 pertenciam a um dos dez partidos mais frequentes na amostra inicial, para os quais também restringimos nossa análise. Nossa decisão de manter apenas os dez maiores partidos buscou contornar a dificuldade de trabalhar com um N pequeno para os demais partidos com um número menor de vereadores entrevistados.

¹⁸Segundo o Atlas, a variável “proporção de pobres” corresponde à proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais, em reais, em agosto de 2010 (o universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes).

¹⁹ Municípios pequenos: Abadia dos Dourados, Alto Rio Doce, Barroso, Bom Sucesso, Caldas, Cana Verde, Carmo da Cachoeira, Chácara, Coimbra, Confins, Cuparaque, Estiva, Faria Lemos, Frei Gaspar, Glauvilândia, Inhaúma, Itamarati de Minas, Itueta, Jeceaba, Monte Alegre, Padre Paraíso, Pedra Dourada, Pedrinópolis, Pingo D’água, Rio Novo, Santa Bárbara do Tugúrio, São João Pacuí, Setubinha, Turmalina, Varjão de Minas, Virgolândia.

²⁰ Municípios médios e grandes: Araçuaí, Belo Horizonte, Campo Belo, Congonhas, Coromandel, Coronel Fabriciano, Juiz de Fora, Oliveira, Pouso Alegre, Raul Soares, São Gonçalo do Sapucaí, Ubá, Uberaba.

Tabela 1: Número de vereadores incluídos na análise por partido

Partido	Proporção na amostra (N)
PSDB	10,4% (44)
PT	9,7% (41)
PMDB	8,8% (37)
DEM	8,5% (35)
PTB	7,8% (33)
PP	7,1% (30)
PR	6,4% (27)
PDT	6,2% (26)
PSB	5 % (21)
PV	5 % (21)
Total	74,9% (316)

Fonte: Elaboração própria

A forma como os partidos políticos estão estruturados nos municípios pode revelar muitas informações e auxiliar nosso entendimento sobre o grau de coesão dos vereadores. Por isso, realizamos uma descrição da maneira como os dez partidos da nossa amostra estavam organizados, no ano de 2015. Dos quarenta e quatro municípios onde foram realizadas as entrevistas, 31 municípios correspondem aos municípios pequenos e 13 são médios e grandes.

A Tabela 2 apresenta a informação sobre se os partidos estão organizados em comissões provisórias ou diretórios partidários, além da informação do número de municípios nos quais o partido não apresenta organização. Com isso, podemos verificar a capilaridade da organização dentro da nossa amostra e a quantidade de cada tipo de estrutura por partido.

Tabela 2: Organização dos dez partidos analisados nos municípios da amostra (2015)

Estrutura/Partido	PSDB	PT	PMDB	DEM	PTB	PP	PR	PDT	PSB	PV
Diretório	11	30	29	6	0	0	0	4	1	0
Comissão provisória	32	12	14	38	34	35	39	34	33	28
Sem organização	0	2	0	0	10	9	5	6	10	16
Total	43 ²¹	44	43	44	44	44	44	44	44	44

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados do TSE (2015)

Apenas PT e PMDB possuem mais diretórios do que comissões permanentes. Entre os partidos analisados o PT é o que apresenta o maior número de diretórios municipais (30), seguido do PMDB (29). O PSDB apresenta a terceira maior organização em diretórios, mas não chega à metade da quantidade do PT. Do total de 81 organizações em diretórios, 31 (38%) estão presentes nos municípios médios e grandes. Os partidos que apresentam as maiores quantidades de comissões provisórias, em números absolutos, na nossa amostra são o PR, DEM, PP e PTB. Essas informações descritivas do tipo de estrutura partidária nos municípios converge com os achados de Guarnieri (2011) e Cervi e Borba (2019) que identificaram que a ampla maioria dos partidos se organizam em comissões provisórias.

A respeito da capilaridade dos partidos políticos o PMDB, DEM e o PSDB são os únicos que apresentam organização em todos os municípios da pesquisa. O PT não apresenta organização apenas em dois²² municípios. Nesse sentido, podemos afirmar que os quatro partidos possuem a maior presença no território. Em um estudo realizado sobre a estruturação dos partidos no território nacional, Braga, Rodrigues-Silveira e Borges (2012) identificam uma particularidade ideológica associada à organização dos partidos brasileiros. Segundo os autores, pequenos partidos de esquerda tendem a se organizar em diretórios partidários e apresentarem menor cobertura territorial. Os partidos de direita fazem a opção pela estruturação por meio de comissões provisórias, restringindo a organização em diretórios aos municípios considerados estratégicos por sua população e maior importância política.

²¹ O PSDB apresentava na época uma comissão interventora em Pouso Alegre e o PMDB em Varjão de Minas.

²² Araçuaí e Santa Bárbara do Tugúrio são os municípios sem representação do PT.

4.3 Dimensão 1: Classificação ideológica

Nosso objetivo com a dimensão da classificação ideológica consiste em identificar qual o nível de coesão entre os vereadores de um mesmo partido em relação ao seu posicionamento e à localização do seu partido na escala ideológica. Além disso, queremos verificar se a classificação realizada pelos vereadores apresenta convergência ou divergência com a classificação usual da literatura especializada. A partir desse ordenamento ideológico iremos relacionar com as dimensões de partidarismo, relação estado e mercado e pautas polêmicas. Com isso, pretendemos verificar a validade das hipóteses relacionadas à classificação ideológica, que vereadores filiados às organizações mais à esquerda seriam mais coesos.

Para verificar o grau de coesão dos vereadores em relação à classificação ideológica calculamos o desvio padrão nas variáveis de autoclassificação e na classificação dos partidos políticos. A tabela 3 apresenta os resultados das duas variáveis no âmbito geral e desagregado por porte do município, além da média dos desvios das duas questões.

Tabela 3: Dispersão dos vereadores na autoclassificação e na classificação do próprio partido por partido e porte do município

	PSDB	PT	PMDB	DEM	PTB	PP	PR	PDT	PSB	PV
Autoclassificação	1,2789	1,5158	1,3305	1,4388	1,2889	1,5377	1,5458	1,4922	1,2498	1,3381
Classificação do partido	1,3581	1,5246	1,3193	1,3865	1,4803	1,4641	1,2819	1,4754	1,1547	1,1832
Média geral	1,3185	1,5202	1,3249	1,41265	1,3846	1,5009	1,41385	1,4838	1,20225	1,26065
Autoclassificação Mun. Pequenos	1,2536	1,6737	1,3183	1,5021	1,342	1,4744	1,5765	1,5478	1,4894	1,6583
Classificação do partido Mun. Pequenos	1,1547	1,8048	1,3009	1,4555	1,6729	1,4744	1,1757	1,493	1,5015	1
Média Mun. Pequenos	1,20415	1,73925	1,3096	1,4788	1,50745	1,4744	1,3761	1,5204	1,49545	1,32915
Autoclassificação Mun. Médios e grandes	1,3452	1,1843	1,4832	1,169	0,9428	1,6021	1,496	1,3642	0,6749	1,1146
Classificação partido Mun.	1,543	1,0568	1,496	1,1339	0,7817	1,5119	1,5526	1,4814	0,6749	1,0871

Médios e grandes										
Média Mun. Médios e grandes	1,4441	1,12055	1,4896	1,15145	0,86225	1,557	1,5243	1,4228	0,6749	1,10085

Fonte:Elaboração própria

Em relação a autoclassificação ideológica dos vereadores, a menor coesão foi observada entre os parlamentares do PR com 1,5458, seguidos dos representantes do PP com 1,5377 e do PT com 1,5158. Os partidos que apresentam os vereadores mais coesos nesta questão são o PSB com 1,2498 e o PSDB com 1,2789, que apresentaram os menores valores do desvio padrão.

Analisando os resultados da classificação ideológica dos partidos feita pelo vereadores percebemos algumas variações entre os partidos. Nesta variável, os vereadores do PSB com 1,1547 foram os mais coesos, seguidos dos vereadores do PV com 1,1832. Enquanto os vereadores do PT com 1,5246 e do PTB com 1,4803 foram os menos coesos na classificação dos partidos.

Comparando os resultados das análises das duas questões foi possível identificar uma variação notável entre os vereadores do PR, em relação a autoclassificação e a classificação do partido. Os vereadores do PMDB, DEM, PP, PR, PDT, PSB e PV foram mais coesos na classificação ideológica do seus partidos, enquanto os vereadores do PSDB, PT e PTB apresentaram melhor coesão na autoclassificação.

Analisando pelo porte dos municípios identificamos bastante variação entre os vereadores do mesmo partido político. Os vereadores que apresentaram as menores oscilações entre os portes dos municípios são do PR, PSDB e PMDB. A maioria dos partidos apresentou vereadores mais coesos na autoclassificação ideológica nos municípios médios e grandes. Apenas os vereadores do PSDB, PMDB e PP foram mais coesos nos municípios pequenos.

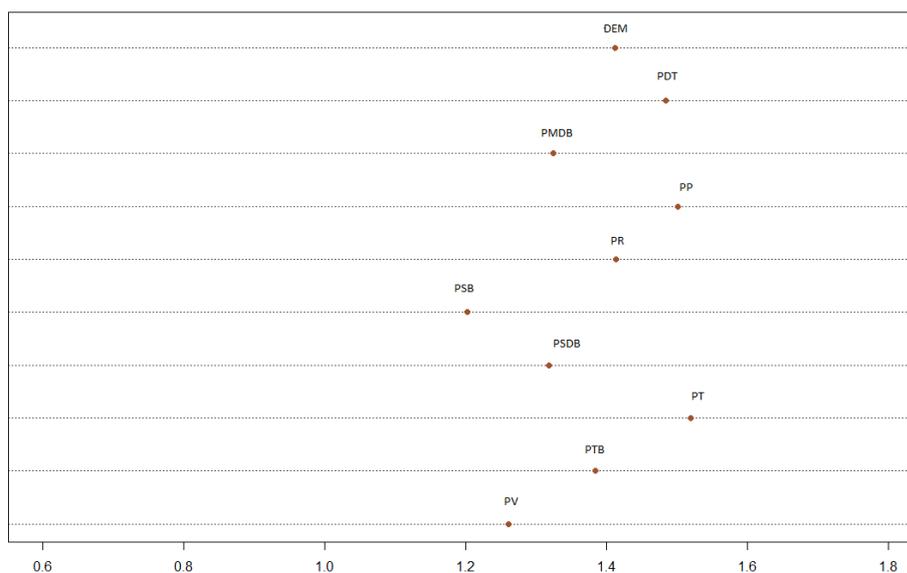
Os vereadores que apresentaram maior grau de coesão nos municípios médios e grandes são os do PSB com 0,6749 e PTB com 0,9424. Os menos coesos são os vereadores do PP com 1,6021. Já nos municípios menores, os mais coesos são do PSDB com 1,2536 e os menos do PT com 1,6737 e PV com 1,6583.

Em relação à classificação ideológica dos partidos políticos identificamos variações e percepções dos vereadores bem parecidas com as da autoclassificação. Os vereadores do PR, PV, PSDB, PMDB e PP apresentaram maior coesão na classificação ideológica dos partidos

nos municípios pequenos, enquanto os vereadores dos outros partidos permaneceram apresentando maior grau de coesão nas respostas nos municípios médios e grandes.

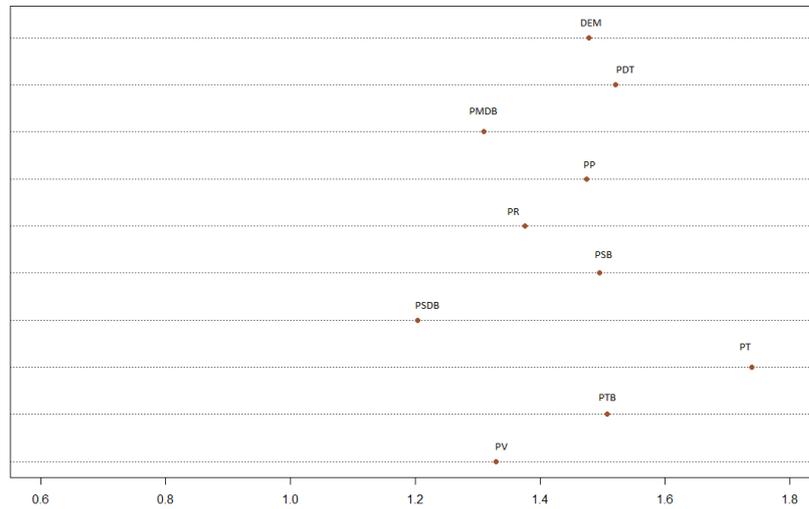
Dentre as variações entre os portes dos municípios destacamos as apresentadas pelos vereadores do PT, PTB e PSB. Nos municípios pequenos o desvio padrão encontrado nas respostas dos vereadores do PT foi de 1,8048; já nos médios e grandes foi de 1,0568. Os vereadores do PTB apresentaram oscilações de 1,6729 nos pequenos para 0,7817 nos grandes. O políticos do PSB variaram de 1,5015 para 0,6749.

Gráfico 1: Dispersão nas respostas dos vereadores na dimensão da classificação ideológica



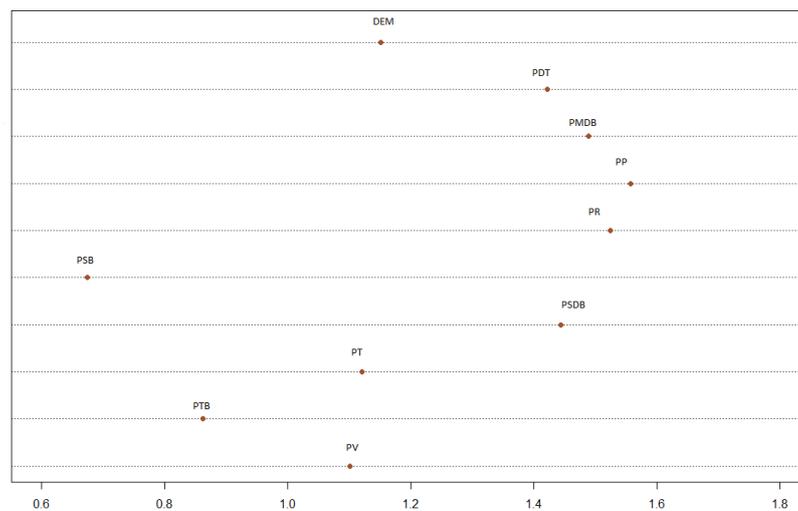
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 2: Dispersão nas respostas dos vereadores nos municípios pequenos na dimensão da classificação ideológica



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 3: Dispersão nas respostas dos vereadores nos municípios médios e grandes na dimensão da classificação ideológica



Fonte: Elaboração própria

As médias construídas a partir dos resultados dos desvios padrão facilitam na comparação e na identificação das diferenças entre os partidos e por porte do município. Os dados mostram que os vereadores dos diferentes partidos apresentam diferenças no grau de coesão em função do porte do município. De modo geral, os vereadores da maioria dos partidos ficaram concentrados entre as médias 1,3 e 1,5. Os vereadores do PT, PSB e PTB foram os que apresentaram mudanças mais significativas no seu grau de coesão, quando se alterou o porte do município. Os dados também revelam que os vereadores da maioria dos partidos foram mais coesos nos municípios médios e grandes, apresentando uma variação do desvio padrão menor nessas localidades.

Realizada a análise do grau de coesão quanto à classificação ideológica, partiremos agora para identificação do campo ideológico segundo os vereadores. A classificação ideológica é uma importante variável explicativa para um conjunto de fatores desta pesquisa.

Trabalhamos com a hipótese de que vereadores de partidos mais à esquerda seriam mais coesos devido às diferenças nos padrões de recrutamento de novos filiados, entre partidos de esquerda e direita. Segundo Marengo e Serna (2007), os partidos de esquerda são organizações que apresentam maior diversidade social e econômica entre seus membros, quando comparados aos partidos de direita. Os políticos filiados aos partidos de direita apresentariam uma composição social mais independente dos recursos políticos e financeiros oferecidos pela organização. Essa diferença de composição proporciona uma relação de dependência com a organização partidária diferente entre os campos ideológicos. Os partidos de esquerda teriam uma estratégia eleitoral mais coletiva, baseada na distribuição de recursos políticos eleitorais presentes no partido entre seus membros e candidatos. Por outro lado, os candidatos dos partidos de direita seriam mais autônomos e menos interligados com as agremiações.

Segundo Rodrigues (2009), existe certo consenso quanto à classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros, não havendo grandes divergências na localização das agremiações. A critério de comparação utilizaremos a classificação usual realizada pela literatura, presente no quadro 1, dos dez partidos presentes na pesquisa. No geral, esses ordenamentos consideram o PT, o PSB e o PDT como partidos de esquerda, o PV como centro, o PSDB e o PMDB como centro/centro-direita e o PR, PP, DEM e PTB como partidos de direita.

A Tabela 4 mostra os resultados das médias correspondentes às variáveis de autoclassificação e classificação ideológica dos partidos. Apresentamos a média geral dos partidos na qual são verificados todos os casos do partido, além das médias dos partidos separados pelo tamanho do município, pois consideramos essa variável importante para nossas hipóteses e debate.

Tabela 4: Scores dos partidos na escala esquerda-direita

Portel/Partido	PSDB	PT	PMDB	DEM	PTB	PP	PR	PDT	PSB	PV
Geral	3,71985	2,0366	3,2555	3,6818	3,57055	3,7615	3,48585	3,42	2,5714	2,9524
Mun. Pequenos	3,93255	2,60525	3,2963	3,75855	3,795545	3,913	3,3529	3,625	2,81815	3,33335
Mun. Médios e grandes	3,3333	1,5455	3,04285	3,36905	3,05555	3,20235	3,79465	3,05555	2,3	2,666

Fonte: Elaboração própria

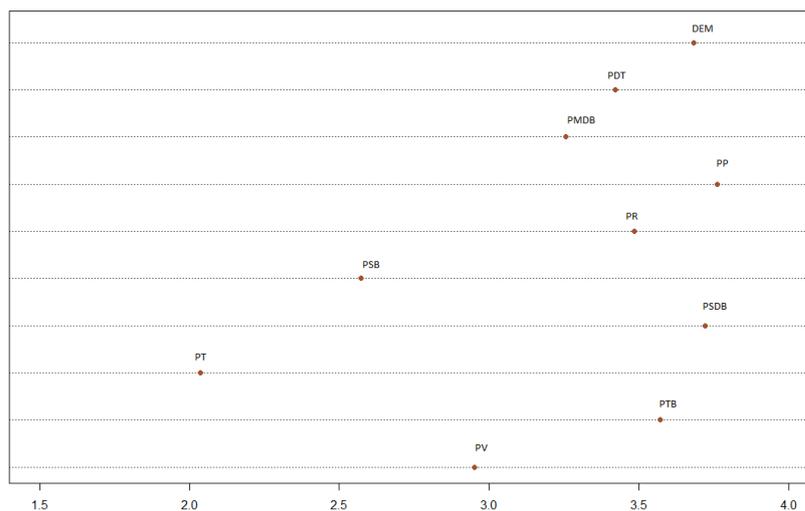
A partir da média das variáveis de classificação ideológica geral dos partidos fizemos o seu ordenamento ideológico. Seguindo os parâmetros de análise, o partido que obteve a menor média foi o PT com 2,036 ficando mais à esquerda do ordenamento ideológico, seguido do PSB. O partido que atingiu a maior média ficando ordenado mais à direita foi o PSDB com 3,71. Dessa forma, com base nessas médias obtidas das respostas podemos considerar os partidos PT, PSB e PV localizados mais à esquerda. O PMDB, o PTB, o PR e o PDT no centro; mais à direita o PP, DEM e PSDB.

Comparamos este ordenamento dos partidos a partir das percepções dos vereadores com a classificação ideológica realizada pela literatura especializada. Os vereadores do PP e do DEM classificaram seus partidos mais à direita, convergindo com a classificação da literatura. As classificações do PT e PSB mais à esquerda e do PMDB no centro também convergem com o posicionamento feito pelos teóricos.

Os outros partidos da análise apresentaram algumas divergências na localização ideológica. Os vereadores do PV classificaram sua agremiação mais à esquerda do que a literatura, que posiciona o PV no centro. O PDT foi classificado como um partido de centro, já a literatura o considera como de esquerda. O PSDB foi considerado por seus vereadores

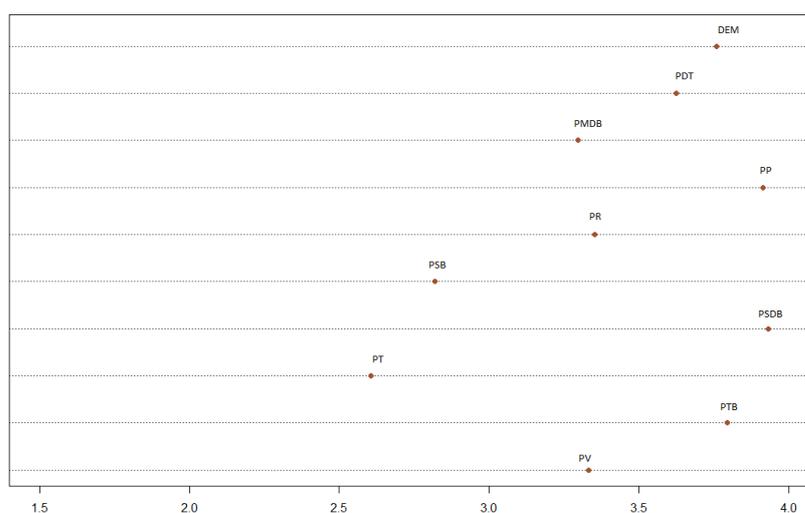
enquanto um partido localizado mais à direita, divergindo da literatura que o classifica como de centro. Por fim, os vereadores do PTB e do PR classificaram seus respectivos partidos como de centro e a literatura considera ambos como partidos de direita.

Gráfico 4: Posicionamento dos partidos analisados na escala esquerda-direita



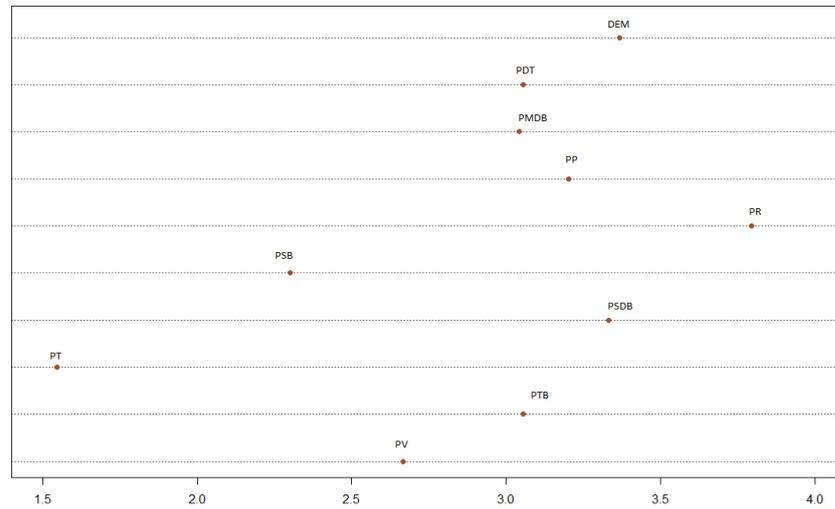
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 5: Posicionamento dos partidos analisados na escala esquerda- direita nos municípios pequenos



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 6: Posicionamento dos partidos analisados na escala esquerda-direita nos municípios médios e grandes



Fonte: Elaboração própria

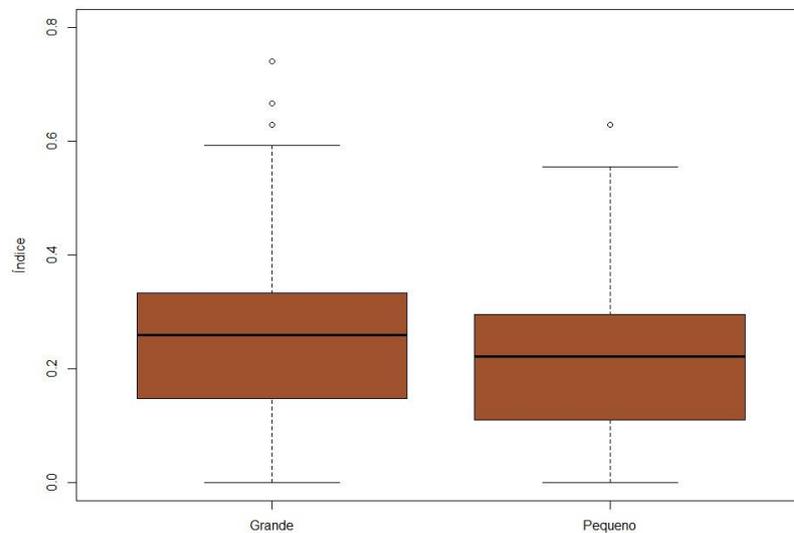
O porte dos municípios também exerce influência na forma dos vereadores classificarem seus respectivos partidos políticos. De maneira geral, os vereadores nos municípios menores classificaram suas agremiações mais à direita do que os vereadores dos municípios médios e grandes. Esse fato pode ser verificado a partir dos valores das médias de cada partido, com exceção do PR, os vereadores de todos os outros partidos apresentaram médias maiores nos municípios pequenos. De acordo com os pesos estabelecidos aos campos ideológicos quanto maior as médias, mais à direita no ordenamento está localizado. Dentre as diferenças de classificação dentro dos partidos, a maior foi entre os vereadores do PT. Os vereadores do PT nos municípios médios e grandes classificaram o partido bem mais à esquerda do que os vereadores dos municípios pequenos. Os vereadores do PSB, PV e PSDB também apresentaram mudanças notáveis, classificando os primeiros mais à esquerda e o PSDB um pouco menos na direita.

4.4 Dimensão 2: Partidarismo

Nesta dimensão nosso objetivo é verificar a importância que os vereadores atribuem aos partidos políticos. As questões utilizadas para criação deste índice buscam identificar se os vereadores apresentam percepções e opiniões mais individualistas ou mais partidárias. Segundo Panebianco (2005), a distribuição dos incentivos coletivos aos membros da organização proporciona um sentimento de pertencimento com o partido e esses incentivos estão relacionados com os objetivos políticos e ideológicos que orientam a organização. Tais artifícios agem na produção da identidade com o partido e influenciam a participação dos membros.

Essas ferramentas utilizadas pelos líderes promovem maior participação e fortalecem os laços de identidade com a organização. Segundo Dalton *et.al* (2003), o partidarismo interfere exatamente nesses vínculos que produzem a ligação dos indivíduos com os partidos políticos, influenciando no grau de participação, envolvimento das atividades e dinâmicas partidárias e, por fim, orientando as ações dos eleitores. No entanto, esse vínculo não é criado de forma imediata. Para Santos (2001), a lealdade com a organização é construída com o tempo e os processos de socialização promovidos pelos partidos. Melo (2004) constatou um comportamento que confirma essa teoria. Segundo o autor, deputados com mais de oito anos de filiação apresentavam quatro vezes menos chances de mudar de partido, quando comparados a políticos com menor tempo de filiação. Com base nesse achado, supomos que quanto maior o tempo de filiação, maior será o grau de valorização do partido.

No Gráfico 7 organizamos nossos casos apenas pelo porte dos municípios, sem a divisão por partido político, para conseguir verificar em qual localidade o nível de valorização dos partidos seria maior. Lembramos que o índice varia de 0 a 1 e que quanto maior a pontuação, maior a tendência em valorizar os partidos políticos, isto é, maior o partidarismo.

Gráfico 7: Índice de partidarismo por porte do município

Fonte: Elaboração Própria

Neste recorte, podemos perceber uma diferença muito tímida entre os dois grupos de municípios, no qual os vereadores dos municípios médios e grandes apresentam uma média maior em relação aos pequenos municípios. O valor geral da mediana²³ nos municípios maiores corresponde a 0,259, enquanto nos menores fica em 0,222.

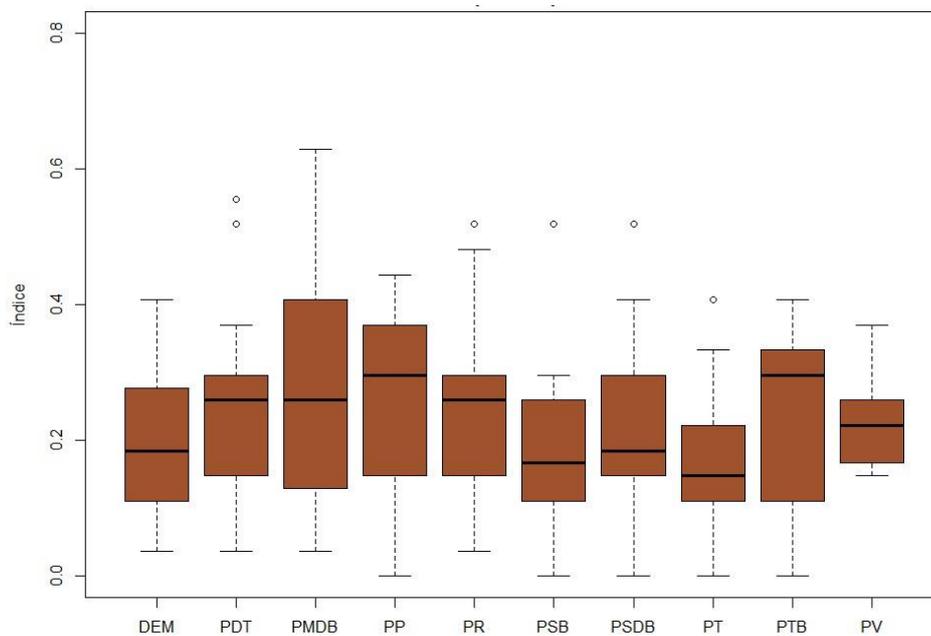
Tabela 5: Mediana do índice de partidarismo por partido político

Partido	PSDB	PT	PMDB	DEM	PTB	PP	PR	PDT	PSB	PV
Geral	0,1852	0,2407	0,2593	0,1852	0,2593	0,2778	0,1852	0,2593	0,2407	0,1852
Mun. Pequenos	0,1852	0,1481	0,2593	0,1852	0,2963	0,2963	0,2593	0,2593	0,1667	0,2222
Mun. Médios e Grandes	0,2222	0,3148	0,2593	0,1852	0,2037	0,2593	0,1667	0,1852	0,2593	0,1481

Fonte: Elaboração própria

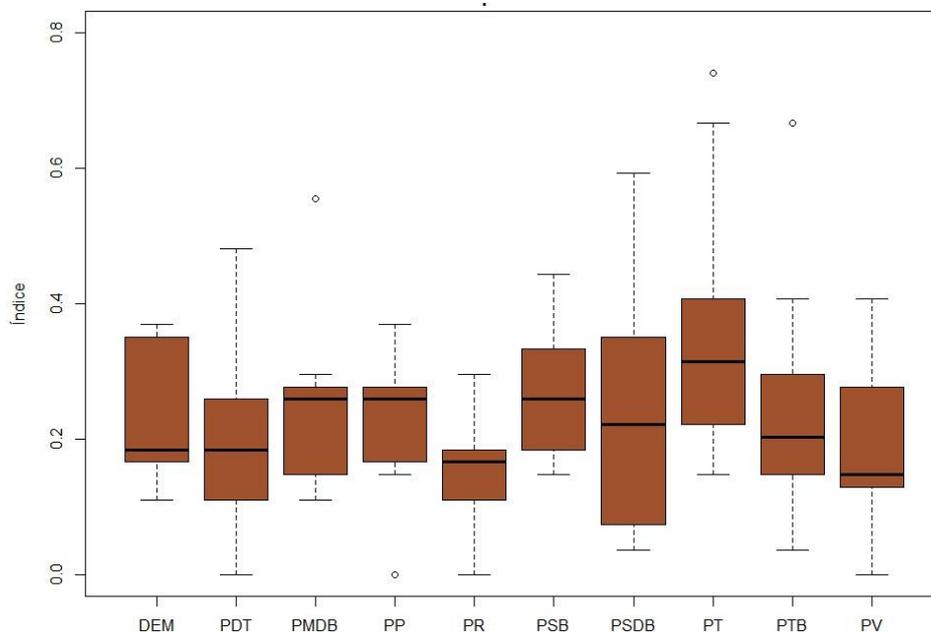
²³ Optamos por usar a mediana porque ao contrário da média, essa medida de localização não é influenciada por valores extremos.

Gráfico 8: Índice de Partidarismo por partido nos municípios pequenos



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 9: Índice de Partidarismo por partido nos municípios médios e grandes



Fonte: Elaboração própria

Quando analisamos a distribuição do índice por partido político e por porte do município, as diferenças ficam um pouco mais visíveis. De maneira geral, os partidos políticos apresentaram pouca variação entre si. A Tabela 4 mostra as medianas do índice de partidarismo por partido político e por porte dos municípios.

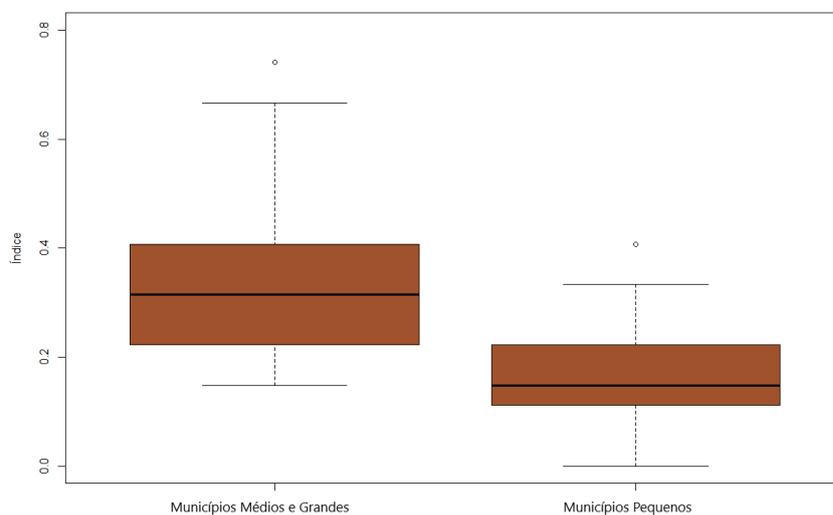
Realizando uma análise geral dos partidos políticos podemos dividir os partidos em quatro categorias levando em consideração suas medianas. As menores medianas correspondem a PSDB, DEM, PR e PV que apresentam um valor de 0,1852. Com este valor, os vereadores pertencentes a esses partidos apresentam os menores índices de partidarismo de nossa amostra. O PT e o PSB apresentam medianas um pouco mais elevadas, com valores de 0,2407. O terceiro grupo de partidos é composto pelo PMDB, PTB e PDT com valor da mediana em 0,2593. A última escala corresponde ao maior valor atingido pela mediana (0,2778): o PP foi o único partido que apresentou esse valor. Com isso, temos o seguinte ordenamento de partido segundo seu grau de partidarismo: PP, PMDB, PTB, PDT, PT, PSB, PSDB, DEM, PR e PV.

Quando realizamos a desagregação por tamanho dos municípios, as medianas dos partidos apresentam algumas variações. O partido que apresentou a maior diferença nas medianas entre os portes dos municípios foi o PT. Os vereadores desse partido apresentam uma mediana bem inferior nos municípios pequenos, apresentando o menor valor de partidarismo entre todos os partidos (0,1401). Quando conduzimos as observações para os municípios médios e grandes, os vereadores do PT são os que mais valorizam o partido apresentando o maior índice de partidarismo, 0,3148.

A segunda maior diferença que podemos verificar nos índices de partidarismo está entre os vereadores do PTB, PR e PSB. Os vereadores do PTB e PR apresentam um grau maior de partidarismo nos municípios pequenos, enquanto o PSB nos municípios maiores. Os únicos partidos nos quais os vereadores não apresentaram diferença no índice de partidarismo são o PMDB e DEM.

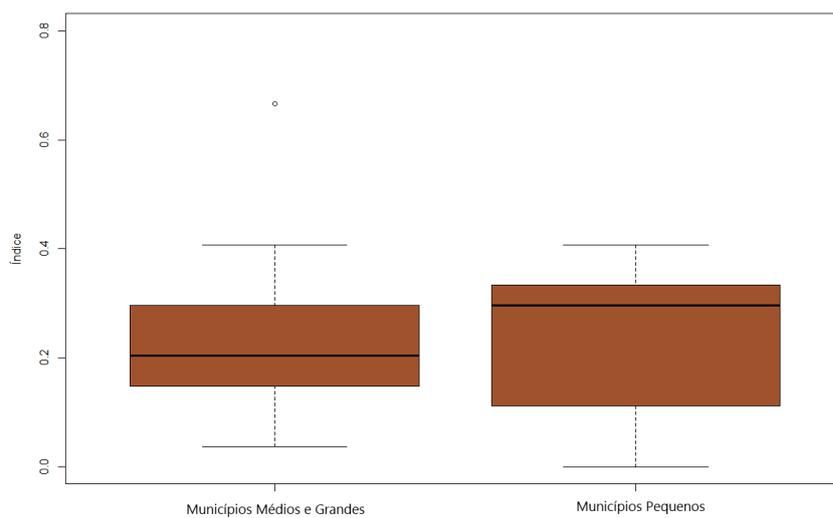
Fazendo uma comparação desagregada por porte do município, vemos que o PSDB, PT e PSB foram as agremiações nas quais os vereadores apresentaram maior partidarismo nas cidades maiores. Enquanto os vereadores do PTB, PP, PR, PDT e PV apresentaram menor grau de partidarismo. Para melhor ilustrar as diferenças no grau de partidarismo dos partidos em função do porte do município, os Gráficos 10 e 11 focalizam os casos do PT e do PTB.

Gráfico 10: Diferenças no grau de partidarismo entre vereadores do PT por porte do município



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 11: Diferenças no grau de partidarismo entre vereadores do PTB por porte do município



Fonte: Elaboração própria

Os gráficos que representam os vereadores do PT mostram que eles apresentam algumas diferenças. Nos municípios médios e grandes o valor mínimo dos dados é superior ao valor mínimo encontrado nos municípios pequenos; a mediana atinge um valor bem superior, além de apresentar maior variabilidade em relação ao outro porte. Já os gráficos referentes aos vereadores do PTB indicam uma menor variabilidade entre os portes, mas os municípios pequenos apresentam mais variação entre os casos. Os valores mínimos e máximos são bem parecidos e a mediana nos municípios pequenos atinge um valor mais elevado.

De modo geral, esses dados mostram uma baixa valorização dos partidos pelos vereadores. Esse cenário em que as organizações partidárias não são valorizadas pelos políticos pode ser explicado por alguns argumentos da literatura especializada sobre a institucionalização do sistema partidário brasileiro. Segundo esses teóricos, um conjunto de fatores combinados incentivam o comportamento mais individualista dos políticos nas arenas eleitoral e parlamentar, estimula a competição entre candidatos de um mesmo partido e a menor valorização dessas organizações. Esses fatores seriam o arranjo federativo brasileiro, regras eleitorais e partidárias que estabelecem eleições em lista aberta para representantes do legislativo, entre outros (Mainwaring, 1999; Ames, 2003).

Essa dimensão abrange um conjunto significativo de fatores que interferem na valorização e na importância que os vereadores dão aos partidos. Essa variação nas percepções dos vereadores quando desagregamos os dados por porte do município, nos sugere que fatores sociodemográficos podem exercer influência. No entanto, também tivemos caso de partidos nos quais os vereadores não apresentaram mudanças no índice de partidatismo. Isso dá a entender que variáveis como o tipo de organização que os partidos apresentam nos municípios e alguns fatores institucionais podem influenciar essa percepção dos vereadores. Esses elementos, talvez, minimizam os fatores demográficos e deve ser levadas em consideração.

O fato de os partidos que apresentam maior valorização nos municípios médios e grandes serem os partidos que apresentam candidaturas regulares aos cargos nacionais – PT, PSB e PSDB – nos sugere que esse comportamento no nível local seja influenciado e, talvez, pautado por orientações e projetos das instâncias nacionais e estaduais dos partidos. Essas agremiações apresentam maior visibilidade e tendem a executar projetos em todo o país. Segundo autores que debatem o processo de nacionalização dos partidos, instâncias inferiores

estão sujeitas às interferências de outras esferas e tendem a ser mais interligadas com as dinâmicas e percepções das direções nacionais (Braga e Kinzo, 2007; Borges, 2015). Esses elementos sofrem interferências de fatores institucionais, tipo e grau de organização do partido na localidade.

Conforme já foi apresentado e justificado ao longo desta discussão, nossa hipótese é a de que o tempo de filiação é um fator relevante na construção dos vínculos entre os membros filiados e os partidos políticos. Um tempo significativo de permanência dentro de uma organização é um reflexo do investimento das lideranças partidárias através dos incentivos coletivos e seletivos, conforme propõe Panebianco (2005). Quanto mais tempo participando e sendo socializado pelas diretrizes do partido, mais fortes tendem a ser os vínculos e a lealdade entre o político e a organização (Santos, 2001). Nesse sentido, analisamos a correlação de Pearson entre o índice de partidarismo e o tempo de filiação dos vereadores ao partido.

Tabela 6: Correlação entre tempo de filiação e partidarismo

Partido	PSDB	PT	PMDB	DEM	PTB	PP	PR	PDT	PSB	PV
Geral	0,2040	0,6970	0,4818	0,1762	-0,1757	0,0840	-0,1903	-0,1288	0,3031	-0,2066
Mun. Pequenos	0,0354	0,5203	0,421	0,2093	-0,2346	0,2473	-0,1526	-0,5306	0,5764	-0,047
Mun. Médios e Grandes	0,4323	0,6788	0,6794	0,1025	0,0163	-0,0876	-0,3424	0,523	-0,0565	-0,1652

Fonte: Elaboração Própria

Nossa hipótese de existência de correlação positiva entre tempo de filiação e partidarismo não se verifica para todos os partidos nos dois contextos analisados. Considerando o sentido e a força da relação, ela se sustenta apenas para o PT, que apresentou a maior correlação nos municípios médios e grandes, para o PMDB nos municípios médios e grandes e para o PSB nos pequenos. Em todos os demais casos ou a correlação foi baixa, menor que 0,5, ou em sentido inverso ao esperado. Isso nos leva à conclusão de que tempo de filiação não torna, necessariamente, os vereadores mais propensos a valorizarem os partidos em todos os casos e contextos.

Direcionando nossas análises para o debate da classificação ideológica, verificamos a correlação no âmbito geral para identificar todos os casos da amostra. Segundo nossas hipóteses, vereadores filiados a partidos mais à esquerda tenderiam a ser mais partidários, devido aos processos de socialização e à distribuição de recursos políticos e financeiros aos seus candidatos. Com isso, os vereadores dos partidos de esquerda seriam mais dependentes das suas organizações, resultando em maior valorização dos partidos.

A correlação entre tempo de filiação e partidarismo foi maior para o PT e o PSB, tradicionalmente situados no campo da esquerda. O PMDB apresenta um resultado não previsto pela literatura. Isso significa, que o tempo de filiação nesses partidos impacta mais o grau de partidarismo do que nas outras agremiações.

Para completar o nosso argumento de que o processo de socialização, as ações e as atividades promovidas pelos partidos contribuem para a produção de filiados mais partidários, aplicamos a técnica da correlação de Spearman no índice com outras duas variáveis²⁴ que consideramos importantes neste processo. A frequência com que os vereadores participaram das reuniões e se os mesmos já ocuparam algum cargo no partido.

Apenas para um partido – o PV, nos municípios médios e grandes – encontramos uma correlação forte entre a frequência com que os vereadores participaram das reuniões promovidas pelo partido com o índice de partidarismo. No geral, a correlação se mostrou baixa para a maioria dos partidos e negativa em algumas situações. Entretanto, identificamos correlação moderada entre tempo de filiação e partidarismo para os vereadores do PMDB, DEM, PT e PV nos municípios pequenos. Uma correlação moderada entre partidarismo e ocupação de cargos de direção no partido só foi verificada entre os vereadores do PT e do PV nos municípios médios e grandes; nos demais casos a correlação foi fraca ou no sentido contrário ao esperado.

Embora os valores apresentem poucas variações, esses achados contribuem de alguma forma na nossa tentativa de explicar as diferenças de opiniões e comportamento entre

²⁴ 1) O(a) Sr.(a) ocupa algum cargo na estrutura partidária? Qual é o mais importante?

1. Presidente; 2. Vice-presidente; 3. Secretário; 4. Tesoureiro; 5. Delegado; 6. Membro de diretório

2) No ano passado, com que frequência o(a) Sr. (a) participou de reuniões do seu partido?

1. Muitas vezes; 2. Algumas vezes; 3. Raramente; 4. Nunca

os vereadores de cada partido. O primeiro ponto é que, de fato, podemos identificar diferenças entre os partidos políticos; e vimos que o porte dos municípios impacta também na valorização e nos vínculos estabelecidos entre os vereadores e os partidos.

O fato de vereadores de um mesmo partido apresentarem percepções diferentes em relação a valorização da sua organização partidária em municípios de diferentes portes, nos sugere que possa existir interferências demográficas e institucionais, como o reflexo do sistema federativo e sua influência na estruturação do sistema partidário local, que proporciona uma dispersão na organização e na atuação dos partidos políticos. Esse arranjo faz com que algumas organizações não consigam se organizar ou sobreviver em determinadas localidades. Partidos como PT, PSDB, PMDB e PSB que apresentam maior relevância nacional, por exemplo, foram os partidos nos quais os vereadores demonstraram maior valorização dos partidos nos municípios médios e grandes, enquanto vereadores de partidos como PR, PV, PDT e PTB se mostraram mais partidários nos pequenos municípios. Esse resultado sugere um processo de intervenção ou maior poder de organização dos partidos maiores nos municípios médios e grandes, enquanto os partidos menores investem e se organizam mais nas pequenas localidades.

4.5 Dimensão 3: Relações entre Estado e Mercado

A terceira dimensão trata das questões associadas às relações entre Estado e mercado. Nosso objetivo nesta dimensão é comparar os vereadores quanto ao seu grau de coesão, isto é, verificar em que medida os vereadores pensam da mesma maneira a respeito dos questionamentos realizados neste bloco. Queremos também verificar se o grau de coesão do partido apresenta variações em relação ao porte do município. É importante lembrar que não estamos verificando o sentido das respostas, apenas a coesão nas respostas. Lembrando que para mensurar o grau de coesão das respostas, em cada variável, tomamos a diferença entre a proporção de vereadores que responderam de maneira favorável às afirmações contidas em cada questão e a proporção que respondeu de maneira contrária, resultando em um índice que varia de -1 a 1.

Na Tabela 7, apresentamos os dados para cada partido político sem desgregar por porte do município.

Tabela 7: Índice de coesão na dimensão da Relação Estado-Mercado

Variável/Partido	PSDB	PT	PMDB	DEM	PTB	PP	PR	PDT	PSB	PV
Setores como petróleo e bancos devem ser controlados pelo Estado	0,25	0,55	0,27	0,27	0,31	0,16	0,18	0,26	0,09	0
É justo que o governo cobre mais impostos dos ricos para melhorar a vida dos pobres	0,25	0,46	0,27	0,47	0,4	0,36	-0,07	0,15	0,61	0,66
O Estado deve controlar os preços de produtos básicos como arroz e feijão	0,45	0,24	0,62	0,65	0,6	0,5	0,7	0,73	0,61	0,14
O Estado tem que oferecer saúde e educação de graça para todos	0,81	0,9	0,72	0,69	0,81	0,83	0,66	1	0,95	0,76
O país se desenvolve mais quando o Estado interfere menos	0,02	-0,26	0,54	0,05	-0,15	-0,13	-0,48	-0,07	-0,04	-0,28

Fonte: Elaboração própria

A primeira questão identifica a opinião dos vereadores a respeito do controle do Estado sobre setores como petróleo e bancos. O PT foi o partido no qual os vereadores apresentaram o maior grau de coesão com 0,55. O segundo partido que apresentou vereadores mais coesos nesta questão foi o PTB, com um índice de coesão de 0,31. Os vereadores mais dispersos são os do PV, seguidos pelos vereadores do PSB com o índice de 0,09. Os outros partidos apresentaram vereadores com índices de coesão variando entre 0,16 no PP à 0,27 no PMDB e no DEM.

Na questão que verifica a opinião dos vereadores acerca do governo cobrar mais impostos dos ricos para melhorar a vida dos pobres, os vereadores mais coesos pertencem ao PSB e ao PV, respectivamente. Os vereadores menos coesos nesta pergunta são do PR. Nesta variável os índices de coesão variaram entre 0,07 a 0,66.

A terceira pergunta analisa a coesão dos vereadores em relação ao controle de preços de produtos como arroz e feijão. Os partidos que apresentaram vereadores mais coesos foram o PDT e o PR com índices de 0,73 e 0,70, respectivamente. Os vereadores menos coesos são os do PV com um índice de 0,14. Além do PV, somente os vereadores do PT apresentaram o

índice de coesão menor do que 0,45. Os outros oito partidos da amostra apresentaram índices de coesão variando entre 0,73 a 0,45.

A questão que verifica a percepção dos vereadores em relação à oferta de serviços de saúde e educação de graça para todos foi a pergunta com maior coesão entre todos os vereadores de todos os partidos, apresentando as menores variações de coesão entre eles. O PDT foi o partido com os vereadores mais coesos, seguido do PSB. O partido que apresentou o menor índice de coesão entre os vereadores foi o PR com 0,66.

Por fim, a questão na qual os vereadores da maioria dos partidos apresentaram os menores índices de coesão relacionava maior desenvolvimento econômico com menor intervenção do Estado. O partido que apresentou os vereadores mais coesos foi o PMDB com o índice de 0,54, seguido do PR com 0,48. Os outros partidos apresentaram índices que variam de 0,02 a 0,28.

Depois de analisar o grau de coesão dos vereadores por partido político, analisamos as diferenças encontradas entre os partidos quando desagregamos os dados por porte do município. Queremos identificar se existe diferença nas opiniões dos vereadores quando desagregamos essas respostas. A Tabela 7 apresenta os índices de coesão dos vereadores dos municípios pequenos, enquanto a Tabela 8 os índices dos vereadores nos municípios médios e grandes.

Tabela 8: Índice de coesão na dimensão da Relação Estado-Mercado - Municípios pequenos

Variável/Partido	PSDB	PT	PMDB	DEM	PTB	PP	PR	PDT	PSB	PV
Setores como petróleo e bancos devem ser controlados pelo Estado	0,5	0,263	0,233	0,429	0,364	0,217	0,316	0,118	0,273	0,222
É justo que o governo cobre mais impostos dos ricos para melhorar a vida dos pobres	0,25	0,211	0,167	0,5	0,364	0,522	0,053	-0,059	0,727	0,556
O Estado deve controlar os preços de produtos básicos como arroz e feijão	0,571	0,526	0,6	0,667	0,609	0,565	0,79	0,765	0,818	0
O Estado tem que oferecer saúde e educação de graça para todos	0,929	0,947	0,833	0,714	0,913	0,87	0,79	1	0,909	0,889
O país se desenvolve mais quando o Estado interfere menos	-0,071	-0,368	0	0,036	-0,318	-0,13	-0,474	-0,118	-0,091	-0,556

Fonte: Elaboração própria

Tabela 9: Índice de coesão na dimensão da Relação Estado-Mercado - Municípios médios grandes

Variável/Partido	PSDB	PT	PMDB	DEM	PTB	PP	PR	PDT	PSB	PV
Setores como petróleo e bancos devem ser controlados pelo Estado	-0,188	0,81	0,5	-0,25	0,2	0	-0,125	0,556	-0,1	-0,167
É justo que o governo cobre mais impostos dos ricos para melhorar a vida dos pobres	0,25	0,682	0,714	0,375	0,5	-0,143	-0,375	0,556	0,5	0,75
O Estado deve controlar os preços de produtos básicos como arroz e feijão	0,25	0	0,714	0,625	0,6	0,286	0,5	0,667	0,4	0,25
O Estado tem que oferecer saúde e educação de graça para todos	0,625	0,864	0,286	0,625	0,6	0,714	0,375	1	1	0,667
O país se desenvolve mais quando o Estado interfere menos	0,188	-0,182	0,286	0,125	0,2	-0,143	-0,5	0	0	-0,083

Fonte: Elaboração própria

Realizando a comparação dos índices de coesão do mesmo partido em relação ao questionamento sobre o controle do Estado sob setores como petróleo e bancos, identificamos que os vereadores do PSDB, DEM, PTB, PP, PR, PSB e PV apresentam maior coesão nos municípios pequenos. Enquanto os vereadores do PT, PMDB e PDT apresentaram maior coesão nos municípios médios e grandes.

Os vereadores do PT, nesta questão, apresentaram uma variação bem significativa no seu grau de coesão. Enquanto nos municípios pequenos os vereadores do partido apresentaram um índice de 0,263, nos municípios médios e grandes os vereadores do PT foram os mais coesos entre todos os partidos, apresentando um índice de 0,81.

O PDT apresenta um comportamento parecido entre seus vereadores. Nos municípios pequenos seus vereadores foram os menos coesos, apresentando um índice de coesão de 0,118. Enquanto nos municípios de maior porte, o partido apresenta os vereadores com segundo maior grau de coesão entre todos com um índice de 0,56.

Os vereadores do PSDB também apresentam grande variação no seu índice de coesão quando desagregamos por porte do município. Nos municípios de menor porte seus vereadores foram os mais coesos, ao mesmo tempo que, nos municípios médios e grandes, o grau de coesão dos seus vereadores se apresentou bem mais baixo. Os vereadores dos outros partidos apresentam pequenas variações em seu índice de coesão, mas essas diferenças são bem menos significativas.

A segunda variável pergunta sobre a cobrança maior de impostos dos mais ricos para melhorar a vida dos mais pobres. Nesta questão também identificamos algumas diferenças entre os vereadores do mesmo partido quando desagregamos por porte do município. Os vereadores que apresentaram as maiores diferenças nos índices de coesão são do PMDB, PT e PDT. Os vereadores desses partidos aumentaram sua coesão nos municípios médios e grandes, os vereadores do PTB também aumentaram sua coesão, mas em menor intensidade.

Os vereadores do PP apresentaram o movimento inverso: reduziram sua coesão nos municípios médios e grandes. O mesmo ocorreu com os vereadores do PSB e do DEM. Nesta questão, os vereadores do PV apresentaram uma variação de 0,556 nos municípios pequenos para 0,75 nos municípios médios e grandes; em ambos cenários seus vereadores se

configuraram como os mais coesos. Os vereadores do PSDB mantiveram o mesmo índice de coesão nos dois tipos de municípios.

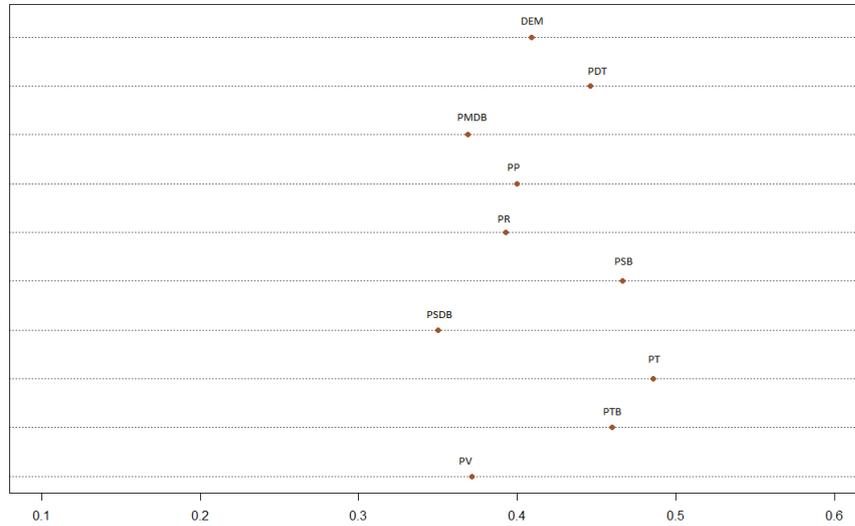
No questionamento relativo ao controle de preços de alguns alimentos pelo Estado, os vereadores apresentaram, no geral, índices mais elevados de coesão. Os mais coesos nos municípios pequenos são os vereadores do PSB, enquanto nos médios e grandes são do PMDB. Os menos coesos correspondem aos vereadores do PV e nos municípios maiores, do PT. Os vereadores da maioria dos partidos políticos apresentaram um índice de coesão menor nos municípios médios e grandes, com exceção do PMDB e do PV que aumentaram a coesão nesta questão. Os vereadores do DEM e do PTB mantiveram seus índices bem próximos nos dois cenários.

No questionamento sobre oferta de saúde e educação de graça para todos, os vereadores, no geral, também apresentam altos índices de coesão. Os mais coesos nos municípios pequenos foram os vereadores do PDT, enquanto nos médios e grandes os vereadores do PDT dividiram o posto com os do PSB. O menor grau de coesão ficou com os vereadores do DEM nos pequenos municípios e com os do PMDB nos médios e grandes. Os vereadores de todos os partidos apresentaram índices maiores de coesão nos municípios pequenos comparado aos médios e grandes.

Essas duas últimas questões foram as que os vereadores de todos os partidos apresentam menores diferenças nos índices de coesão e menores variações dentro do partido em função do porte do município.

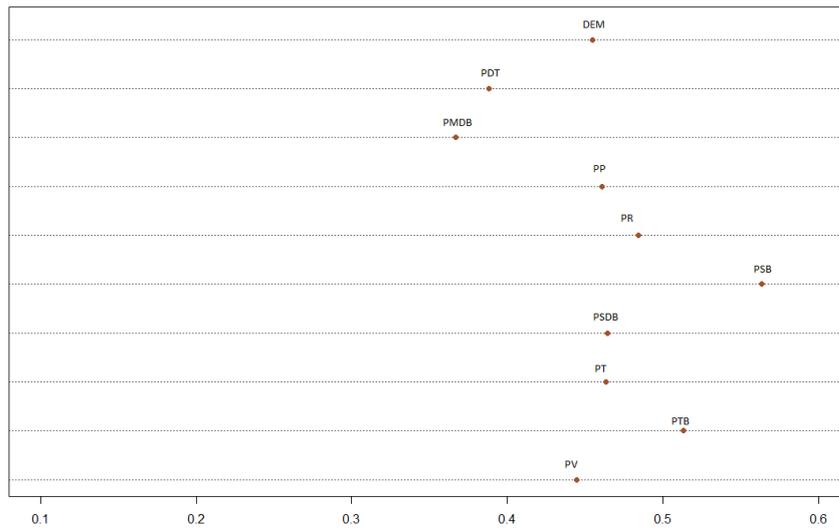
A pergunta na qual os vereadores apresentam, no geral, os menores índices de coesão corresponde à relação entre maior desenvolvimento e menor intervenção do Estado. Os vereadores do PSDB, PMDB e DEM aumentaram um pouco sua coesão nos municípios médios e grandes, enquanto PT, PTB, PDT, PSB e PV diminuíram sua coesão. Os filiados ao PP e PR mantiveram seus índices de coesão semelhantes. Neste questionamento, os vereadores mais coesos são do PV nos pequenos municípios e do PR nos médios e grandes. Já os vereadores do PMDB são os menos coesos nos municípios menores, e os do PDT e PSB dos municípios maiores.

Gráfico 12: Média dos índices de coesão na dimensão da relação Estado-Mercado



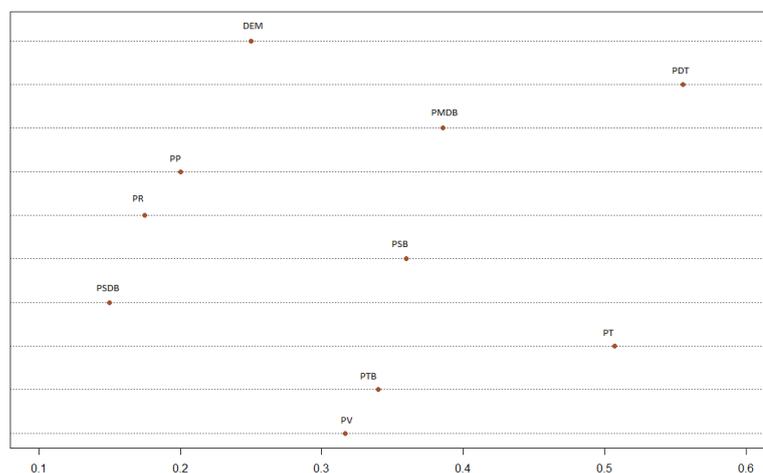
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 13: Média dos índices de coesão na dimensão da relação Estado-Mercado - Municípios pequenos



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 14: Média dos índices de coesão na dimensão da relação Estado-Mercado - Municípios médios e grandes



Fonte: Elaboração própria

De maneira geral, os vereadores apresentaram baixos valores nas médias produzidas a partir dos índices de coesão na dimensão que aborda as relações entre o Estado e o mercado. Vale ressaltar que para a produção dessas médias multiplicamos por (-1) as variáveis que apresentam ideias favoráveis à maior intervenção do Estado na economia, para que as médias apresentem um sentido e não fossem influenciadas por respostas contraditórias.

Analisando todos os partidos, de modo geral, percebemos que as médias não ultrapassaram o valor de 0,5. Com isso, os valores sugerem pouca interferência das organizações partidárias na construção de opiniões e pautas relacionadas a essa temática. Os partidos que apresentam as maiores médias correspondem aos vereadores do PT, PSB e PTB enquanto a menor média foi obtida pelos vereadores do PSDB. Organizamos as dez agremiações a partir das médias obtidas em todas das respostas, classificando em ordem decrescente de coesão: PT, PSB, PTB, PDT, DEM, PP, PR, PV, PMDB e PSDB.

Nos municípios pequenos as médias apresentaram valores um pouco maiores e os vereadores apresentaram um comportamento diferente do encontrado nos municípios médios e grandes. Os vereadores do PSB e do PTB continuaram entre os que apresentaram as maiores médias entre os partidos políticos; enquanto os vereadores do PT diminuíram um pouco os do

PSDB aumentaram o valor da sua média. Os vereadores do PDT apresentaram um média bem mais baixa nos municípios pequenos, juntamente com os vereadores do PMDB configuram os partidos com as menores médias. Ordenando os partidos do mais coeso para o mais disperso temos: PSB, PTB, PR, PSDB, PT, PP, DEM, PV, PDT e PMDB.

Assim como nas outras dimensões, os vereadores de um mesmo partido apresentaram diferenças de opiniões quando analisamos por porte do município. Os vereadores do DEM, PP, PR, PSB, PSDB e PV apresentaram médias mais altas nos municípios pequenos, configurando assim, maior coesão. Já os vereadores do PDT, PMDB, PT e PTB apresentaram médias maiores nos médios e grandes.

Olhando pelo recorte ideológico, os dois partidos que apresentaram as maiores médias de coesão no ordenamento geral desta dimensão foram o PT e o PSB, os partidos que apresentam os vereadores mais à esquerda na classificação ideológica. Enquanto os mais dispersos, com exceção do PMDB e do PV, estão mais à direita da classificação ideológica.

4.6 Dimensão 4: Questões Polêmicas

Nesta dimensão vamos verificar o nível de coesão dos vereadores a respeito de assuntos considerados polêmicos na agenda pública como a redução da maioria penal, casamento gay, exibição de símbolos religiosos em órgãos públicos, pena de morte e legalização do aborto e da maconha. Os vereadores foram questionados se eram favoráveis ou contrários a essas propostas; com isso, nosso objetivo é verificar se eles pensam da mesma maneira. Os sinais positivo e negativo servem para orientar o sentido das respostas. O sinal positivo representa favorável enquanto o negativo contrário.

A Tabela 10 apresenta os índices de coesão dos partidos políticos sem divisão por porte dos municípios.

Tabela 10: Índice de coesão na dimensão das pautas polêmicas

Variável/Partido	PSDB	PT	PMDB	DEM	PTB	PP	PR	PDT	PSB	PV
Redução da Maioridade Penal	0,77	0	0,70	0,8	0,69	0,83	0,55	0,38	0,76	0,42
Casamento Gay	-0,02	0,34	-0,18	-0,15	-0,03	0,13	0,16	-0,29	-0,33	-0,15
Exibição de símbolos religiosos em órgãos Públicos	-0,13	-0,09	-0,18	0,02	0,03	0,10	0,25	-0,28	-0,42	0,04
Pena de Morte	-0,04	-0,51	-0,29	-0,34	-0,34	-0,43	-0,25	-0,5	-0,23	-0,33
Legalização do Abordo	-0,68	-0,34	-0,37	-0,72	-0,65	-0,6	-0,81	-0,61	-0,38	-0,52
Legalização da maconha	-0,61	-0,3	-0,43	-0,77	-0,40	-0,75	-0,59	-0,68	-0,38	-0,52

Fonte: Elaboração própria

No questionamento sobre a redução da maioria penal os vereadores do PP foram os mais coesos entre os partidos políticos, apresentando o valor de 0,83, seguido do PSB com 0,76. De maneira geral, os partidos políticos apresentaram altos níveis de coesão neste tema. O PT foi o partido que apresentou os vereadores com menor coesão, seguido do PDT com 0,38.

Em relação ao casamento gay, os índices de coesão diminuíram bastante em relação ao tema anterior, variando de -0,02 com os vereadores do PSDB a 0,34 com os vereadores do PT. Isso indica que houve mais dispersão entre favoráveis e contrários ao casamento gay. O segundo partido com maior coesão entre os vereadores foi o PSB com -0,33. O PTB foi o partido que apresentou os vereadores com menor coesão em relação ao casamento homoafetivo juntamente com o PSDB.

A exibição de imagens e símbolos religiosos em espaços públicos foi um dos questionamentos que apresentou um relativo grau de dispersão entre os vereadores de todos os partidos. O PSB foi novamente o partido que apresentou maior coesão entre seus vereadores, com índice de -0,42. O segundo partido mais coeso, o PDT, apresentou um índice bem mais baixo, de -0,28. Os vereadores menos coesos correspondem ao DEM e ao PTB, com 0,02 e 0,03 respectivamente.

O assunto da pena de morte eleva os índices de coesão novamente. Nesta temática, os vereadores do PT são os mais coesos com -0,51, seguidos do PDT com -0,50. Os vereadores do PSDB apresentam o menor índice de coesão entre os partidos, com o valor de -0,04.

De maneira geral, a legalização do aborto aumenta a coesão de todos os partidos. Os vereadores do PR aparecem pela primeira vez nesta dimensão como os vereadores mais coesos, com índice de coesão de -0,81. O segundo partido com vereadores mais coesos é o DEM, com -0,72. Os vereadores do PT e PMDB são os menos coesos em relação à legalização do aborto, com índices de -0,34 e -0,37, respectivamente.

O tópico da legalização da maconha manteve os índices de coesão elevados entre os partidos políticos. Os vereadores do DEM retornam como os mais coesos, seguidos dos do PP com -0,75. O PT novamente retorna como o partido com os vereadores menos coesos, agora em relação à legalização da maconha, com o índice de -0,3.

Tabela 11: Índice de coesão na dimensão das pautas polêmicas - Municípios pequenos

Variável/Partido	PSDB	PT	PMDB	DEM	PTB	PP	PR	PDT	PSB	PV
Redução da Maioridade Penal	0,85	0,61	0,7	0,74	0,65	0,78	0,36	0,52	0,90	0,11
Casamento Gay	-0,07	0,36	-0,2	-0,2	-0,13	0,13	0,11	-0,37	-0,45	-0,42
Exibição de símbolos religiosos em órgãos Públicos	-0,18	-0,10	-0,26	0	0,13	0,09	0,26	-0,37	-0,45	0,11
Pena de Morte	-0,07	-0,36	-0,43	-0,42	-0,31	-0,39	-0,15	-0,29	0,09	-0,33
Legalização do Aborto	-0,75	-0,47	-0,5	-0,78	-0,68	-0,65	-0,89	-0,64	-0,36	-0,77
Legalização da maconha	-0,67	-0,26	-0,43	-0,82	-0,40	-0,86	-0,78	-0,62	-0,27	-0,33

Fonte: Elaboração própria

Tabela 12: Índice de coesão na dimensão das pautas polêmicas - Municípios médios e grandes

Variável/Partido	PSDB	PT	PMDB	DEM	PTB	PP	PR	PDT	PSB	PV
Redução da Maioridade Penal	0,62	-0,52	0,71	1	0,8	1	1	0,11	0,6	0,66
Casamento Gay	0,062	0,31	-0,14	0	0,2	0,14	0,25	-0,12	-0,2	0
Exibição de símbolos religiosos em órgãos Públicos	-0,06	-0,09	0,14	0,12	-0,2	0,14	0,25	-0,11	-0,4	0
Pena de Morte	0	-0,63	0,28	0	-0,4	-0,57	-0,5	-0,88	-0,6	-0,33
Legalização do Aborto	-0,56	-0,22	0,14	-0,5	-0,6	-0,42	-0,62	-0,55	-0,4	-0,33
Legalização da maconha	-0,5	-0,33	-0,42	-0,62	-0,4	-0,28	-0,12	-0,77	0,5	-0,66

Fonte: Elaboração própria

Os vereadores que aumentaram significativamente seu grau de coesão em relação à redução da maioria penal, quando desagregamos por porte do município são do PR e do PV. Os vereadores do PR apresentavam um índice de 0,36 nos municípios pequenos e foram os mais coesos nos municípios médios e grandes. Os vereadores do PV variaram de 0,11 para 0,66 nos municípios mais populosos. Os índices de coesão dos vereadores do DEM, PTB e PP também aumentaram nos municípios médios e grandes, mas em menor intensidade.

Os vereadores do PDT reduziram bastante o grau de coesão nos municípios médios e grandes no questionamento da redução da maioria penal. Eles apresentavam um índice de 0,52 nos municípios pequenos; seu índice caiu para 0,11 nos municípios médios e grandes. Os vereadores do PSDB, PT e PSB também reduziram seus graus de coesão, mas em menor escala.

Os vereadores mais coesos nos municípios maiores são do DEM, PP e PR, os menos coesos são do PDT. Os vereadores do PSB são os mais coesos nos municípios pequenos, seguidos dos do PSDB, enquanto os menos coesos são do PV.

Em relação ao casamento gay os vereadores apresentaram poucas variações em relação ao porte dos municípios. Destacamos os vereadores do PSB e PV que diminuiram bastante seu grau de coesão nos municípios médios e grandes, variando de -0,45 para -0,2

para o PSB e -0,42 para 0 do PV. A maior coesão entre os partidos foi dos vereadores do PT com 0,31 e os mais dispersos do DEM e do PV com 0.

O questionamento sobre a exibição de imagens e símbolos religiosos em órgãos públicos apresenta algumas diferenças entre os partidos e o porte dos municípios. No panorama geral dos pequenos municípios, os vereadores mais coesos pertencem ao PSB com índice de -0,45 e os menos coesos ao DEM. Neste porte de município os partidos apresentaram vereadores com índices de coesão um pouco mais altos do que nos municípios médios e grandes.

Nos municípios maiores, os vereadores mais coesos são filiados ao PR com índice de 0,25, enquanto os mais dispersos pertencem ao PV. Os vereadores do PT, PR e PSB apresentaram índices com pouca variação quando analisamos a partir da divisão pelo porte. Já os vereadores do DEM, PTB e PP apresentaram índices maiores nos municípios médios e grandes, enquanto os do PSDB, PMDB, PTB e PV retratam maior coesão nos pequenos municípios.

Em relação à pena de morte os vereadores apresentaram mais variações no seu grau de coesão. Os partidos nos quais os vereadores aumentaram seu grau de coesão nos municípios médios e grandes são o PT, PTB, PP, PR, PDT e PSB. Os maiores destaques são os vereadores do PT que apresentaram a variação de -0,36 para -0,636; do PR de -0,15 para -0,50; e o PDT de -0,29 para -0,88. Já os vereadores do PMDB reduziram sua coesão nos municípios maiores de -0,43 para 0,28; o DEM de -0,42 para 0; e o PV manteve a média do seu grau de coesão nos dois tipos de municípios.

A maioria dos vereadores reduziu seu grau de coesão em relação à legalização do aborto nos municípios médios e grandes; apenas os vereadores do PTB e do PSB mantiveram seus índices mais próximos nas duas realidades de municípios. O PT variou de -0,47 para -0,22; o PMDB de -0,5 para 0,14; e o PV de -0,77 para -0,33. Os vereadores do PR foram os mais coesos entre os partidos nos municípios médios e grandes, enquanto os do PMDB foram os menos coesos. Nos pequenos municípios os vereadores do PR e DEM foram os mais coesos e os do PSB os menos.

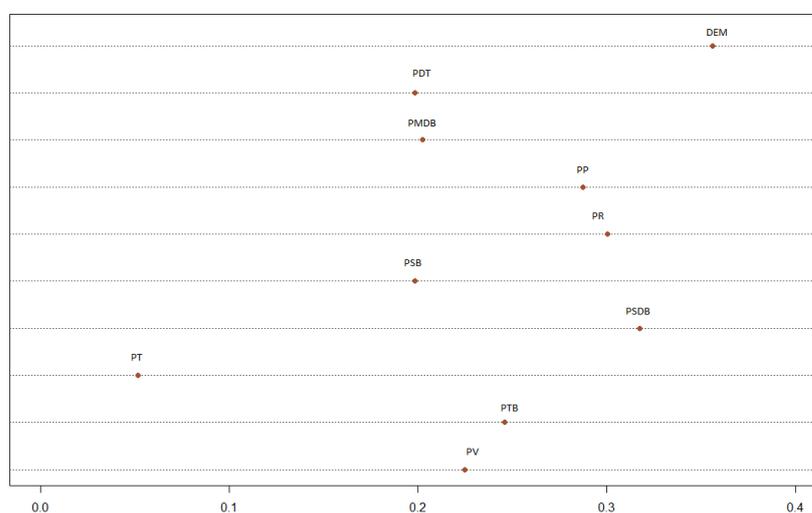
A temática da legalização da maconha provocou alterações nos índices de coesão dos vereadores quando desagregamos por porte do município. Os partidos que apresentam os

vereadores mais coesos nos municípios pequenos são o PP e o DEM, enquanto nos maiores são o PDT e o PV, com -0,77 e -0,66 respectivamente. Os menores índices de coesão ficaram entre os vereadores do PT e do PSB nos municípios pequenos e com os vereadores do PR nos médios e grandes.

Os vereadores do PMDB e do PTB foram os únicos que mantiveram os índices semelhantes nos dois tipos de municípios. Os vereadores que aumentaram seus graus de coesão pertencem ao PT, PDT, PSB e PV. Entre essas organizações, destacamos os vereadores do PV, que dobraram seu índice de coesão nos municípios médios e grandes.

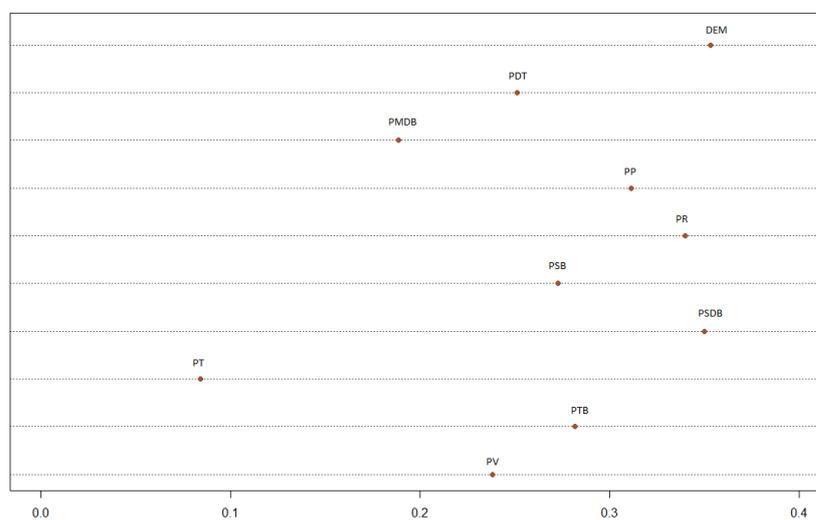
Os vereadores do PSDB, DEM, PP e PR reduziram seus índices de coesão nos municípios maiores, comparado aos menores. As maiores variações aconteceram no PP e no PR. Os vereadores do PP apresentam um índice de -0,86 nos pequenos municípios e -0,28 nos médios e grandes. Já o PR variou de -0,78 a -0,12.

Gráfico 15: Média dos índices de coesão dos partidos na dimensão das pautas polêmicas



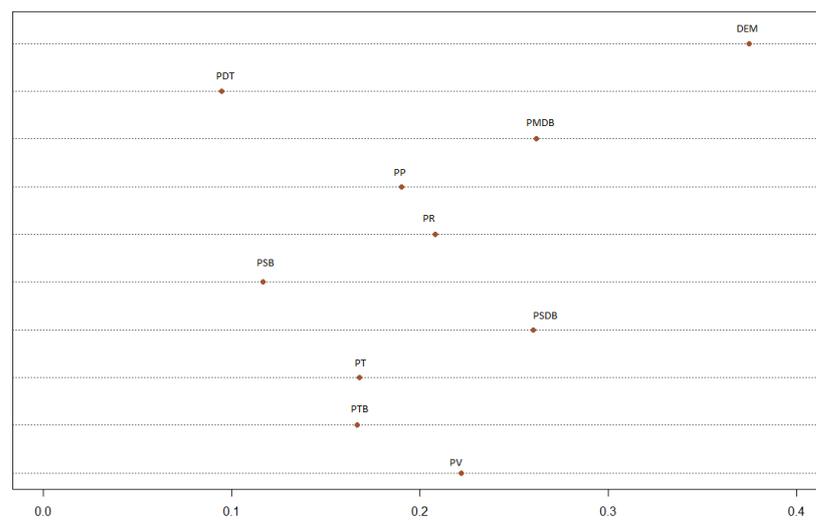
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 16: Média dos índices de coesão dos partidos na dimensão das pautas polêmicas - Municípios pequenos



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 17: Média dos índices de coesão dos partidos na dimensão das pautas polêmicas - Municípios médios e grandes



Fonte: Elaboração própria

De maneira geral, os vereadores da maioria dos partidos tiveram suas médias variando entre 0,20 a 0,30. Os vereadores do PT e do DEM foram os que apresentaram as médias mais distantes deste intervalo. Os componentes do PT tiveram as menores médias, abaixo de 0,10, enquanto os filiados ao DEM apresentam médias acima de 0,35.

Comparando as médias entre os tipos de municípios, os vereadores nos municípios pequenos apresentaram médias maiores que os vereadores dos municípios médios e grandes, ou seja, os vereadores desse tipo de município apresentaram maior coesão comparados aos outros. Os vereadores do DEM e do PV foram os que apresentaram pouquíssima variação entre seus membros nos dois cenários analisados. Os vereadores de todos os partidos, com exceção do PT, diminuíram suas médias nos municípios médios e grandes. Isso sugere que a temática das questões polêmicas apresenta um peso maior entre os vereadores dos municípios pequenos.

Nos municípios pequenos os dados mostram maior coesão dos vereadores em temas como legalização da maconha, legalização do aborto e pena de morte. Enquanto nas outras questões o grau de coesão apresentou maiores variações. De maneira geral, foi possível identificar uma relação entre os campos ideológicos e o grau de coesão nessas questões. Os vereadores de partidos mais à direita como DEM, PSDB, PP e PR apresentaram as maiores médias e índices de coesão em comparação com os vereadores de partidos mais à esquerda como PT e PSB, negando a hipótese que os vereadores de partidos de esquerda seriam mais coesos que os vereadores de partidos de direita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta dissertação foi analisar o grau de coesão de uma amostra de vereadores do estado de Minas Gerais a partir de quatro dimensões que identificavam as percepções e opiniões dos entrevistados sobre a autoclassificação e classificação ideológica dos partidos políticos, o grau de partidarismo dos vereadores, opiniões sobre Estado e mercado, e questões polêmicas da agenda pública. Para a mensuração do grau de coesão dos vereadores foram utilizadas técnicas estatísticas por meio da criação de índices para cada dimensão e a comparação de médias entre os partidos políticos e os vereadores.

Os questionamentos que orientaram essa pesquisa estavam relacionados com a importância e o papel desempenhado pelas estruturas partidárias na estruturação de posições políticas e na produção da coesão entre os vereadores. Esses efeitos sobre os vereadores apresentariam diferenças entre as organizações partidárias, resultando em diferentes graus de coesão entre os vereadores. Esse nível de coesão seria influenciado por um conjunto de fatores organizacionais, demográficos, contextuais e de socialização partidária. Com isso, esperava-se encontrar maior grau de coesão entre vereadores de partidos mais à esquerda, filiados a mais tempo, nos municípios maiores.

De modo geral, os dados mostram bastante variação entre os vereadores dos diversos partidos políticos. Não podemos negar que, em alguma medida, os partidos exercem influência e orientam os vereadores nos aspectos analisados em nossas dimensões. Apesar das variações encontradas, percebem-se sinais de envolvimento e valorização dos partidos por parte dos vereadores. O índice de partidarismo criado para verificar o valor e a importância atribuídos aos partidos políticos foi fundamental para relacionar nossos dados com a literatura utilizada para estruturar este trabalho.

Trabalhamos com a premissa de que a distribuição de incentivos coletivos e seletivos realizada pelas direções partidárias aos membros da organização produziria filiados mais partidários, disciplinados e mais coesos com as políticas e ideias propostas pelos partidos (Panebianco, 2005). O tempo de permanência dos vereadores no partido seria um elemento fundamental para a construção e para o fortalecimento desses vínculos por meio da socialização criados com a organização. Essa justificativa é fundamentada nos estudos de Melo (2004) e Santos (2001) que argumentam que os vínculos são fortalecidos com o tempo

de permanência no partido através dos processos e atividades de socialização promovidas pela organização (Dalton *et al*, 2003).

Nossa primeira hipótese era que o grau de coesão dos vereadores aumentava de acordo com tempo de filiação que eles tinham no partido político. Para isso, aplicamos a correlação de Pearson entre o índice de partidarismo e tempo de filiação dos vereadores no partido político. Nosso objetivo era identificar uma correlação forte entre tempo de permanência na agremiação política e um maior índice na escala criada de valorização do partido. No entanto, apenas os vereadores do PT e PMDB apresentaram uma correlação maior e positiva nos municípios médios e grandes e os vereadores do PSB nos municípios pequenos. Em todos os demais casos encontramos correlações baixa ou no sentido inverso do esperado.

No geral, nossa análise mostra que os vereadores analisados apresentaram um baixo grau de partidarismo. No panorama mais amplo no qual os vereadores são analisados sem a desagregação por porte dos municípios, os vereadores do PP foram os mais partidários, enquanto, os vereadores do PR foram os que apresentaram a menor valorização das organizações partidárias. Apesar de uma pequena diferença entre as médias, podemos afirmar que os vereadores dos municípios médios e grandes apresentaram maiores *scores* no índice de partidarismo em comparação com os vereadores dos municípios pequenos. Na diferença por porte do município, os vereadores do PT, PSDB e PSB apresentaram os maiores níveis de partidarismo nos municípios maiores. Ao mesmo tempo que os vereadores do PTB, PP, PR, PDT e PV tiveram maior grau de partidarismo nos municípios pequenos.

Embora os dados revelem um baixo grau de partidarismo, não é possível afirmar que os vereadores não atribuam nenhum valor aos partidos. Alguns partidos apresentam vereadores com um grau maior de partidarismo e o porte dos municípios também impacta essa dimensão. Nesse sentido, podemos afirmar que, em certa medida, nossa hipótese geral que as organizações partidárias exercem alguma influência nos vereadores foi confirmada. Os partidos parecem importantes para conformar um conjunto de percepções e opiniões dos vereadores de nossa amostra.

A existência de coesão entre os vereadores do mesmo partido foi outra indagação bastante importante que orientou nossa discussão e a análise dos dados neste trabalho. As dimensões analisadas mostraram a existência de coesão entre vereadores do mesmo partido. Esse grau de coesão entre os vereadores do mesmo partido, em alguns casos, se manteve

constante nos dois tipos de municípios; em outros casos, apresentou variações. Esses achados sugerem que a localidade onde os partidos estão organizados exerce alguma influência no grau de coesão entre os vereadores do mesmo partido.

A classificação ideológica dos partidos foi outro elemento que consideramos exercer alguma influência na produção de coesão entre os vereadores. Os partidos mais à esquerda tenderiam a apresentar políticos mais partidários, coesos e mais dependentes da organização comparados aos filiados aos partidos mais à direita. Esse argumento é justificado pelos diferentes padrões de recrutamento e socialização existente entre partidos, que exercem influência na construção das carreiras políticas dos candidatos nos dois campos ideológicos (Marengo e Serna, 2007).

Nossa segunda hipótese foi baseada no argumento em que os vereadores de partidos de esquerda apresentariam um grau de coesão maior que os vereadores dos partidos de direita. No entanto, esse elemento não se mostrou muito explicativo em nossos resultados, essa hipótese não foi confirmada. Em todas as dimensões analisadas encontramos situações em que os vereadores de ambos campos ideológicos se configuraram como os mais coesos.

Na dimensão do partidarismo o PP, classificado como direita, apresentou os vereadores mais partidários. Na dimensão da classificação ideológica nossos dados revelaram maior coesão entre os vereadores do PSB, classificado como esquerda, e do PSDB, classificado como direita pelos vereadores, enquanto os menos coesos pertenciam ao PR, PP e PT. Na relação entre Estado e mercado os vereadores que apresentaram as maiores médias, maior coesão, foram o PT, PSB e PTB, enquanto os vereadores do PSBD tiveram as menores médias.

Nas questões consideradas polêmicas na agenda pública os vereadores do DEM foram os mais coesos de acordo com a médias das respostas; os vereadores do PT foram os menos coesos nesses assuntos. Nesta dimensão identificamos um cenário completamente oposto da nossa hipótese geral, os vereadores dos partidos mais à direita foram mais coesos que os dos partidos mais à esquerda.

Além de verificar o grau de coesão em relação à autoclassificação e à classificação ideológica dos partidos, averiguamos em que medida os vereadores classificaram seus partidos em convergência com a classificação da literatura especializada. Nossos resultados

apresentam vereadores que convergiram e não convergiram com a classificação do partido. Os vereadores do PP, DEM, PT, PSB e PMDB convergiram com a classificação, classificando seus partidos no mesmo campo ideológico que os principais estudiosos os posicionam. Já os vereadores do PV classificaram sua organização mais à esquerda do que a literatura; os vereadores do PDT, PTB e do PR classificaram seus partidos mais para ao centro; e os do PSDB mais à direita.

Nossa terceira hipótese apresentou associações mais fortes que as hipóteses anteriores, tínhamos a suposição que os vereadores dos municípios médios e grandes teriam um grau de coesão maior que os vereadores dos municípios menores. Essa suposição foi parcialmente confirmada nas dimensões da classificação ideológica e relação ente Estado e mercado; e refutada na dimensão das pautas polêmicas.

Em todas as dimensões analisadas foi possível identificar diferenças nas percepções e opiniões entre os vereadores do mesmo partido e entre as agremiações. Os vereadores de alguns partidos políticos apresentaram a tendência de maior grau de coesão em determinado tipo de município. Os vereadores do PT, por exemplo, em todas as dimensões analisadas apresentaram seu maior grau de coesão nos municípios médios e grandes. Em vários casos essas diferenças foram bem significativas. Os vereadores do PSDB, PP e PR, em, pelo menos, três dimensões, apresentaram seus maiores índices de coesão nos municípios pequenos. Os vereadores dos outros partidos apresentaram maiores variações neste aspecto.

Quando analisamos as percepções dos vereadores do mesmo partido a partir do tamanho do município, identificamos algumas variações. Na dimensão da classificação ideológica, os vereadores da maioria dos partidos se mostraram mais coesos nos municípios maiores. Esses vereadores são filiados ao PT, DEM, PTB, PDT, PSB e PV.

Nas questões sobre a relação entre Estado e mercado podemos perceber que as médias obtidas pela maioria dos partidos nos municípios médios e grandes foram menores, que significa maior coesão, quando comparadas aos municípios menores. Nos gráficos 13 e 14 podemos identificar essa diferença de forma mais clara. Nessa dimensão, os vereadores dos municípios maiores na sua maioria foram mais coesos que os vereadores dos municípios menores. Na dimensão das pautas polêmicas aconteceu o fenômeno inverso, os vereadores de todos os partidos, com exceção do PT, foram mais coesos nos municípios pequenos.

As análises desagregadas pelo tamanho dos municípios apresentam achados interessantes. Embora alguns estudos afirmem que nos municípios pequenos os partidos são mais fracos ou não são importantes, foi possível encontrar também pensamentos e opiniões mais coesos entre vereadores de alguns partidos nestes cenários.

A nossa hipótese para esse achado está relacionada com as estratégias e o tipo de estrutura organizativa utilizada pelos partidos políticos para promover e garantir o processo de expansão da organização e das disputas nas eleições para os cargos eletivos. Os municípios considerados estrategicamente importantes para as organizações partidárias tenderiam a apresentar melhor estruturação e institucionalização dos partidos políticos. Essas organizações tenderiam a apresentar atividades e dinâmicas políticas mais ativas, maior investimento e controle das direções partidárias, exercendo efeitos na mobilização e na consolidação da sua base política e eleitoral (Krause *et.al*, 2006; Carneiro e Almeida, 2008, Braga, Rodrigues-Silveira e Borges, 2012).

Com isso, espera-se que partidos maiores e que apresentem estratégias mais nacionalizadas tendam a apresentar maior grau de coesão nos municípios médios e grandes. Isso estaria relacionado aos fatores contextuais e demográficos desses municípios, que apresentam maior concentração eleitoral, maior desenvolvimento econômico, cargos políticos com maiores poderes, influência política e visibilidade. Enquanto os partidos menores ou com dificuldades de organização e atuação nesses contextos maiores, apresentariam melhor organização e coesão nos municípios menores.

Essa dissertação buscou trazer contribuições relativas à temática da política local. Esse estudo exploratório a partir de dados inéditos sobre os vereadores mineiros gerou resultados que permitem, dentro das limitações, responder parte das perguntas que foram propostas em relação ao grau de coesão dos vereadores nos municípios mineiros. Acreditamos que essa pesquisa e, principalmente, esses dados, apresentam grande potencial para futuros trabalhos na área. O desdobramento dessa pesquisa com a inclusão de novos elementos, perguntas, abordagens teóricas e técnicas estatísticas que não foram trabalhados diretamente nesta dissertação, podem ampliar as contribuições para a política local e os estudos sobre partidos políticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; CARNEIRO, Leandro Piquet. Liderança local, democracia e políticas públicas no Brasil. *Opinião Pública*, v. 9, n. 1, p. 124-147, 2003.

AMES, Barry. Os entraves da democracia brasileira. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

ARRETCHE, Marta TS. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 14, n. 40, p. 111-141, 1999.

AVELINO FILHO, George. Clientelismo e política no Brasil: revisitando velhos problemas. 1994.

BOBBIO, Norberto. Direita e Esquerda razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Unesp, 2001.

BORGES, André. Nacionalização partidária e estratégias eleitorais no Presidencialismo de coalizão. *Dados- Revista de Ciências sociais*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 3, p. 651-688, 2015.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; KINZO, Maria D.'Alva Gil (Ed.). Eleitores e representação partidária no Brasil. Editora Humanitas, 2007.

_____, Maria do Socorro Sousa. Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo. *Opinião Pública*, v. 14, n. 2, p. 454-485, 2008.

_____, Maria do Socorro Sousa. Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistemas partidários institucionalizados. *Revista brasileira de ciência política*, Brasília, vol. 4, 2010.

_____, Maria do Socorro Sousa; RODRIGUES-SILVEIRA, Rodrigo; BORGES, Tiago. Organización, territorio y sistema partidario: difusión territorial de la organización de los partidos y sus potenciales impactos sobre la estructura del sistema partidario en Brasil *América Latina Hoy*, Salamanca, v. 62, p. 15-45, 2012.

_____, Maria do Socorro Sousa; SPECK, Bruno Wilhelm. Organizações partidárias e carreiras políticas no nível local. Brasa, Londres, 2014.

BRASIL.Lei n.9096, de 19 de setembro de 1995. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19096.htm>

BRASIL.Lei n.9504 de 30 de setembro de 1997. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm>

BRASIL.Lei n.7454 de 30 de dezembro de 1985. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7454.htm>

CARNEIRO, Leandro Piquet; DE ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. Definindo a arena política local: sistemas partidários municipais na federação brasileira. *Dados-Revista de Ciências Sociais*, v. 51, n. 2, p. 403-432, 2008.

CASTRO, Mônica Mata Machado de; ANASTASIA, Fátima; NUNES, Felipe. Determinantes do comportamento particularista de legisladores estaduais brasileiros. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 4, p. 961-1001, 2009.

CERVI, Emerson Urizzi; BORBA, Felipe. Os diretórios partidários municipais e o perfil sociodemográfico dos seus membros. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Brasília, n.28, p.65-92, Apr, 2019.

COUTO, Claudio Gonçalves. Negociação, decisão e governo: padrões interativos na relação Executivo -legislativo e o caso paulistano. In: DE CASTRO ANDRADE, Regis. *Processo de governo no município e no estado: uma análise a partir de São Paulo*. Edusp, 1998.

D'AVILA FILHO, P. M.; JORGE, V. L.; LIMA, P. C. Comportamento político e produção legislativa: padrões de emissão de "indicações" pelos vereadores cariocas. In: DA ROCHA, Marta Mendes; KERBAUY, Maria Teresa Miceli (Ed.). *Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros*. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), p. 191- 214, 2014.

DALTON, Russell J. et al. Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas. *Análise Social*, p. 295-320, 2003.

DE LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil. *Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional, 1945-1964*. Graal, Rio de Janeiro, 1983.

DOWNS, Anthony. *Uma teoria econômica da democracia*. trad. de Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos. São Paulo, 1999.

DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Zahar/Unb, 1980.

FAGANELLO, Marco Antônio; FERNANDES, Jean Lucas Macedo. Migração partidária nos municípios brasileiros (2000-2016). *Revista de Sociologia e Política*, v. 26, n. 66, p. 101-124, 2018.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Editora FGV, Rio de Janeiro, 1999.

_____, Argelina; LIMONGI, Fernando. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. *Lua Nova*, v. 44, p. 81-106, 1998.

FREITAS, Andréa. Infidelidade partidária e representação política: alguns argumentos sobre a migração partidária no Brasil. *Cad. CRH*, Salvador, v. 21, n. 52, p. 37-45, 2008.

GUARNIERI, Fernando. A força dos partidos "fracos". *Dados-Revista de Ciências Sociais*, v. 54, n. 1, p. 235-258, 2011.

KATZ, Richard; MAIR, Peter. The Evolution of Party Organizations in Europe: The Three Faces of Party Organization. *The American Review of Politics*, Fayetteville, v. 14, p. 593-617, 1993.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. *A morte dos coronéis: política interiorana e poder local*. FCL Laboratório Editorial, UNESP/Araraquara, 2000.

_____, Maria Teresa Miceli. As câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. *Opinião Pública*, Campinas, v. 11, n. 2, p. 337-365, Oct.2005.

_____, Maria Teresa Miceli. Legislativo municipal, organização partidária e coligações partidárias. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 13, n. 53, 2008.

KINZO, Maria D.'Alva G. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. *Revista Brasileira de ciências sociais*, v.19, n.54, p. 23-40, Feb. 2004.

KIRCHHEIMER, Otto. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Brasília, n. 7, p. 349-385, abr. 2012.

KRAUSE, Silvana et al. Fragmentação das eleições locais e a emergência de novas forças políticas no Brasil. In: LAVAREDA, Antônio; TELLES, Helcimara. *A lógica das eleições municipais*. Editora FGV, 2016.

_____, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe. *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências*. Unesp, 2010.

LAVAREDA, Antônio; TELLES, Helcimara. *A lógica das eleições municipais*. Editora FGV, 2016.

LIMONGI, Fernando; CORTEZ, Rafael. As eleições de 2010 e o quadro partidário. *Novos estud. - CEBRAP*, São Paulo, n. 88, p. 21-37, dez. 2010

LOPEZ, Felix G. A política cotidiana dos vereadores e as relações entre executivo e legislativo em âmbito municipal: o caso do município de Araruama. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 22, p. 153-177, jun 2004.

LOPEZ, Felix; ALMEIDA, Acir. Representação política local e clientelismo. In: DA ROCHA, Marta Mendes; KERBAUY, Maria Teresa Miceli (Ed.). *Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros*. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), p.159-190, 2014.

MAINWARING, Scott. "Presidentialism in Latin America: a review essay". *Latin American Research Review*, 25: 157-79, 1989.

_____, Scott. Politicians, parties, and electoral systems: Brazil in comparative perspective. *Comparative Politics*, v. 24, n. 1, p. 21-43, 1991.

_____, Scott; SHUGART, Matthew Soberg (Ed.). *Presidentialism and democracy in Latin America*. Cambridge University Press, 1997.

_____, Scott. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. FGV. Rio de Janeiro, 1999.

MANIN, Bernard. As Metamorfoses do Governo Representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 10, n. 29,1995.

_____, Bernard. A democracia do público reconsiderada. *Novos Estudos*, São Paulo, n.97, p.115-127, 2013.

MARENCO DOS SANTOS, A.; SERNA, M. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 22, n. 64, p. 93-113, 2007.

MELO, Carlos Ranulfo Felix de. Partidos e migração partidária na Câmara dos Deputados. Dados, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, 2000.

MELO, Carlos Ranulfo. Retirando as cadeiras do lugar: Migração partidária na Câmara dos Deputados, 1985-2002. Editora UFMG, 2004.

_____, Carlos Ranulfo. Individualismo e partidarismo em doze estados brasileiros. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 26, n. 75, p. 57-71, fev.2011.

_____, Carlos Ranulfo, CAMARA, Rafael. Estrutura da competição pela Presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil. Dados- Revista de Ciências sociais, Rio de Janeiro, v.55, n.1, p.71-117, 2012.

_____, Carlos Ranulfo. Avaliando vínculos entre partidos e deputados nas Assembleias Legislativas brasileiras. Opinião Pública, Campinas, v. 21, n. 2, p. 365-392, ago. 2015.

NICOLAU, Jairo. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. Dados- Revista de Ciências sociais, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, 2006.

PANEBIANCO, Angêlo. Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

POWER, T.; ZUCCO, C. O Congresso por ele mesmo. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

PRAÇA, Sérgio; GARCIA, Joice. Formação de governo no nível municipal: o caso dos municípios paulistas. In: XXXV Reunião Anual da ANPOCS, 2011. XXXV Reunião Anual da ANPOCS. Caxambu- MG: ANPOCS,2011.

RIBEIRO, Pedro Floriano. Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 10, p. 225-265, 2013.

ROCHA, Marta Mendes da; SILVA, Bruno Souza. O poder de indicar: preferências legislativas de vereadores mineiros. Cadernos Adenauer XVIII, n.2, 2017.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro, 2009.

SANTOS, André Luiz Marenco dos. Sedimentação de lealdades partidárias no Brasil: tendências e descompassos. Revista brasileira de ciências sociais. São Paulo. Vol. 16, n. 45, p. 69-83, 2001.

SHUGART, Matthew Soberg; CAREY, John M. Presidents and assemblies: Constitutional design and electoral dynamics. Cambridge University Press, 1992.

SILVA, Bruno Souza. Produção legislativa e relações Executivo-Legislativo no nível local: uma análise das indicações e dos requerimentos na Câmara Municipal de Araraquara-SP. In: DA ROCHA, Marta Mendes; KERBAUY, Maria Teresa Miceli (Ed.). Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF),p.215 - 244. 2014.

SOUZA, Celina. Governos e sociedades locais em contextos de desigualdades e de descentralização. Ciência & Saúde Coletiva, v. 7, n. 3, 2002.

_____, Celina. Governos locais e gestão de políticas sociais universais. São Paulo em perspectiva, v. 18, n. 2, p. 27-41, 2004.

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v.21, n.45, p. 149-165, 2013.

_____, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos- Análise de um expert survey. *Civitas*, Porto Alegre, v.15, n.1, p. 24-39, 2015.

TSEBELIS, George. Processo decisório em sistemas políticos: veto players no presidencialismo, parlamentarismo, multicameralismo e pluripartidarismo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 12, n. 34, p. 89-117, 1997.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. Editora Cultrix, São Paulo, 2004.

ANEXOS

Tabela 13: Correlação entre ocupou cargo no partido e partidarismo

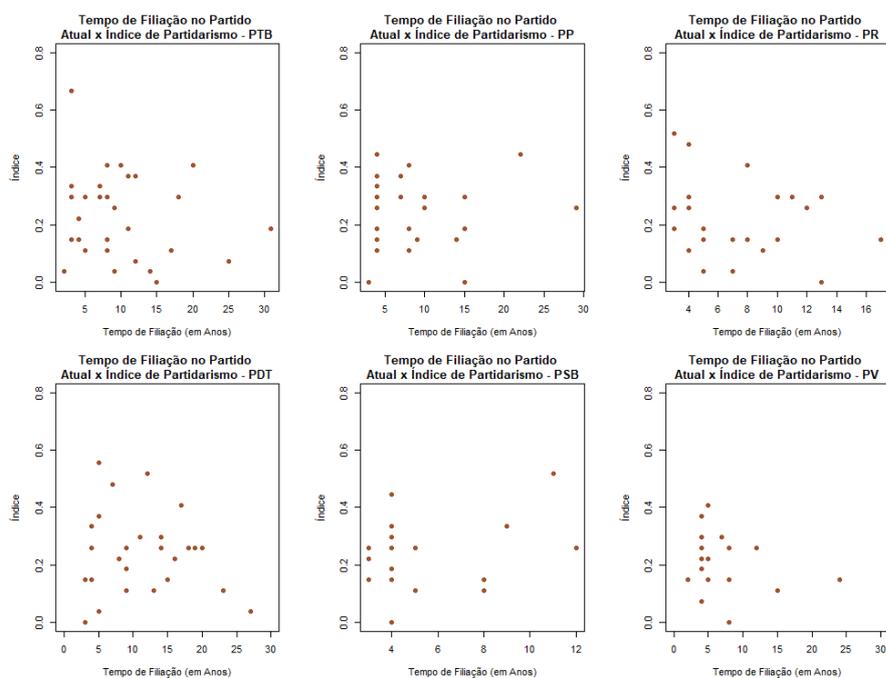
Correlação de Spearman - Ocupou cargo no Partido x Índice de partidarismo										
Partido	PSDB	PT	PMDB	DEM	PTB	PP	PR	PDT	PSB	PV
Geral	0,2674	0,1735	0,2013	0,262	-0,2361	-0,175	-0,0439	-0,0985	0,0582	0,3365
Mun.Médios e Grandes	0,2981	0,4262	-0,3151	-0,2205	-0,2174	-0,7977	0	-0,087	-0,0394	0,5117
Mun. Pequenos	0,2287	0,0668	0,2871	0,3402	-0,2715	-0,1059	-0,1221	-0,1107	-0,2785	0,1148

Fonte: Elaboração própria

Tabela 14: Correlação entre frequência que participou das reuniões e partidarismo

Correlação de Spearman - Frequência que participou de reuniões no Partido x Índice de partidarismo										
Partido	PSDB	PT	PMDB	DEM	PTB	PP	PR	PDT	PSB	PV
Geral	0,2114	0,3621	0,3858	0,4368	-0,0362	0,1003	-0,2621	0,1675	0,1734	0,4646
Mun.Médios e Grandes	-0,0019	0,1502	-0,4157	-0,2495	0,2286	-0,2393	-0,6262	0,1852	-0,0533	0,7513
Mun. Pequenos	0,3764	0,4909	0,5484	0,5324	-0,1818	0,0779	-0,1809	0,1454	-0,1138	0,4321

Fonte: Elaboração própria

Gráfico 18: Correlação entre tempo de filiação e partidatismo

Fonte: Elaboração própria